

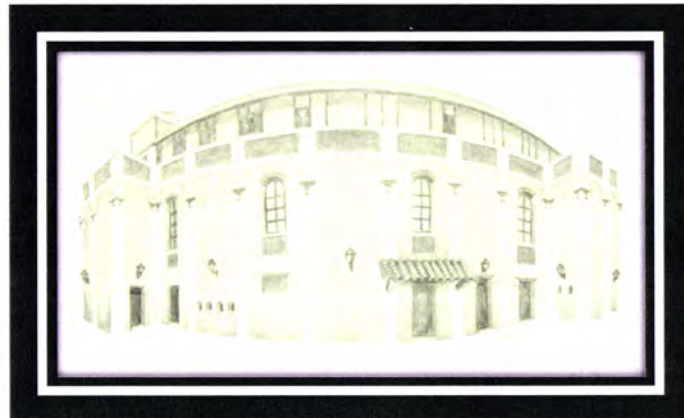
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História



De Praça a Praça

Praças de Toiros Portuguesas (1850-1950): contributo para a sua salvaguarda e divulgação



Irina Maria Monteiro Santos Coelho

Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Co – orientador: Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
(edição 2007/2009)

Évora, Setembro de 2010

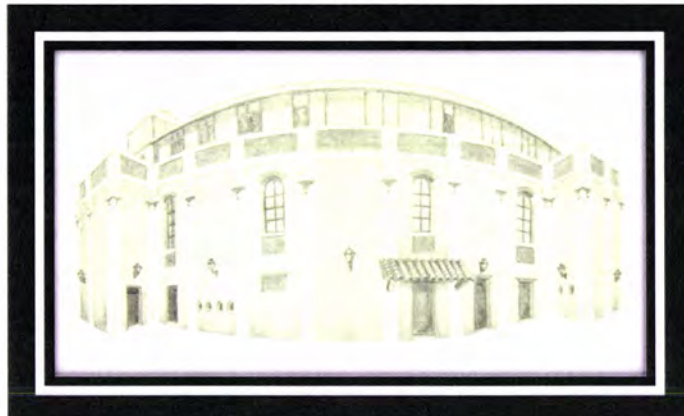
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de História



De Praça a Praça

Praças de Toiros Portuguesas (1850-1950): contributo para a sua salvaguarda e divulgação



Irina Maria Monteiro Santos Coelho

Orientadora: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Co – orientador: Professor Doutor Paulo Simões Rodrigues



172 887

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
(edição 2007/2009)

Évora, Setembro de 2010

Agradecimentos e Dedicatória

Gostaria de começar por dizer que embora a presente dissertação seja fruto do meu esforço e empenho, não deixa de ser um trabalho de equipa. Ao longo de um ano e pouco dediquei-me totalmente ao estudo das praças de toiros, estudo esse que me levou a contactar com muitas pessoas, desde os proprietários e empresários das praças que me forneceram informações sobre os edifícios e se disponibilizaram a abrir as portas dos mesmos, a Associação de Criadores de Toiros de Lide, a IGAC que forneceu dados estatísticos importantes para a justificação do enraizamento da tauromaquia enquanto elemento cultural, aos amigos e conhecidos que frequentam o meio tauromáquico - todos eles deram o seu contributo para que fosse possível a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar tenho a agradecer à minha orientadora de tese, Doutora Antónia Conde, e ao meu co-orientador, Doutor Paulo Simões Rodrigues, por terem aceitado fazer parte da minha equipa de trabalho e embarcar na aventura de descobrir um mundo cheio de simbolismo, por vezes difícil de desmistificar. Aos Doutores o meu muito obrigado pelo empenho, ajuda e paciência. Em segundo lugar gostaria de deixar o meu agradecimento a todas as pessoas e entidades acima referidas, em especial aos amigos que desde sempre se disponibilizaram a ajudar e deram o seu contributo esclarecendo dúvidas, fornecendo fotografias e outros elementos. Deste modo, gostaria de deixar um agradecimento especial a si Nuno Marques, a si Amorim Ribeiro, ao Gonçalo Cardoso e ao Senhor António Bacalhau. Não posso deixar de agradecer também à minha colega Carla Barreiros, pelo apoio que me tem dado nos últimos meses e ao Úlrico que se prontificou a dar um rosto a este trabalho.

Quero agradecer aos meus pais, que sempre fizeram de tudo para que eu realizasse os meus sonhos e por terem estado sempre presentes, tanto nos momentos de glória, como nos de fraqueza. Quero deixar também um agradecimento especial a uma pessoa que sempre me tem acompanhado – o meu Irmão, a quem tenho toda a honra em dedicar esta dissertação.

Se hoje a minha aficón pela tauromaquia é desmedida, como um dia a classificou o matador de toiros Nuno “Velazquez”, devo-o ao meu irmão. Apesar de ter sido pelas mãos dos meus pais que comecei a assistir às corridas de toiros, foi ele que me transmitiu o gosto pelo toiro, pelo cavalo e pelo campo. Na sua companhia, rapidamente percebi que a emoção de poder ver os toiros no campo é mais forte que quando estou no meio da multidão na praça e, assim passei da bancada da praça para o arreio do “Tenor” e descobri a verdadeira essência da arte tauromáquica. De mera espectadora, passei a interveniente e até a “cabeça de cartaz”, nada disto teria ocorrido se não tivesse a meu lado, um grande mestre.

Ser aficionado não é apenas ter presença assídua nas praças de toiros ou nas festas camperas, é ver, entender o que se vê e, acima de tudo sentir. Foi precisamente na companhia do meu irmão que comecei a frequentar o meio tauromáquico e graças a ele, hoje tenho o privilégio de poder privar com ganadeiros, toureiros, campinos e forcados.

Por todos os motivos, sem a tua mão nunca teria chegado até onde já cheguei, por isso, mais uma vez repito, é com todo o prazer e orgulho que te dedico este meu trabalho. O meu, muito, muito Obrigada Daniel!

Por último gostaria de dedicar esta tese também aos Senhores Ganadeiros Isidoro de Oliveira e sua filha Margarida de Oliveira, assim como a todos os aficionados que desde cedo se mostraram interessados em acompanhar o meu estudo. Vá por vocês!

Perpetuar os espaços tauromáquicos significa fazer perdurar no tempo as vivências, a cultura, a entidade do povo português.

“ Observados por milhares de pessoas, é na arena que todos são postos à prova. A praça é o culminar de toda a preparação, é o palco principal de uma peça que não tem segundo acto”.

“ O espectáculo culto e romântico é na praça que atinge a sua magnitude e todo o seu brilhantismo”.

Rodrigo Corrêa de Sá – O toiro. [s.l.]. 2006

Resumo

De Praça a Praça

Praças de toiros portuguesas (1850-1950): contributo para a sua salvaguarda e divulgação

O presente trabalho pretende demonstrar o valor patrimonial das praças de toiros, enquanto manifestações arquitectónicas representativas de uma manifestação cultural e patrimonial herdada – a Tauromaquia.

Assim sendo, é nossa intenção criar mecanismos que despertem interesse pelo referido património e que lhe seja reconhecido valor arquitectónico e cultural, sendo que aliada à materialidade do edificado identificámos também aspectos imateriais: costumes, tradições e rituais que, aliados à prática tauromáquica contribuem para a nossa identificação enquanto povo.

Através da inventariação do património tauromáquico imóvel existente dentro das balizas cronológicas apontadas procuramos sensibilizar a sociedade para o papel que estes edifícios assumem na história e na cultura das populações, contribuindo simultaneamente para a sua preservação e valorização.

O presente trabalho teve como base um vasto leque de leituras alusivas ao tema da tauromaquia que permitiu traçar um percurso de molde a evidenciar a evolução dos preceitos da arte tauromáquica, onde se insere o aparecimento e desenvolvimento das praças de toiros portuguesas.

Julgamos que um dos aspectos mais importantes deste trabalho seja o facto da identificação dos espaços e o registo das suas características nos ter permitido conhecer e dar a conhecer a existência de uma tipologia patrimonial que se encontra como que oculta, que para muitos chega mesmo a ser desconhecida ou ignorada, mas que faz parte do nosso património, transcendendo uma dimensão puramente material.

Palavras-chave:

Tauromaquia; Praça de toiros; Património; Inventariação; Divulgação.

Abstract

Ring to Ring

Portuguese bullrings (1850-1950): contribution for their safeguard and dissemination

This paper aims to demonstrate the heritage value of bullrings as architectural manifestations, representing a cultural heritage and legacy – *Bullfighting*.

First of all, the construction of these buildings requires a “will of manifestation” and the recognition of values with which part of the Portuguese people identifies itself. It is therefore our intention to create mechanisms to awaken interest in this heritage, so that its architectonic and cultural value is recognised. Along with the materiality of the buildings, we have also identified intangible aspects, such as: customs, traditions and rituals, that when allied to bullfighting contribute to our identity as a people.

With the inventorying of the bullfighting assets existing within the established timelines, we seek to enlighten society about the role that these buildings assume both in history and culture, as well as contributing to its preservation and enhancement.

This research was based on a vast range of readings related to bullfighting which allowed us to outline the path of the evolution of the bullfighting art, which includes the appearing and development of Portuguese bullrings.

We believe that one of the most important aspects in this paper is the fact that the identification of the places and the registration of their features has allowed us not only to acknowledge but also to display the existence of a heritage that has been hidden. For many people this is unknown or even ignored, but it's part of our heritage, transcending a purely material dimension.

Keywords: Bullfighting; Bullring; Eritage; Inventory, Dissemination.

Índice Geral

Agradecimentos e Dedicatória	i
Pensamento	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Introdução	14
Capítulo I – História da tauromaquia: o culto ao touro	21
1.1 – Período Pré-histórico.....	21
1.2 – Período Clássico.....	24
1.3 – Período Medieval.....	27
2 – Das primeiras manifestações tauromáquicas à corrida de toiros à portuguesa.....	28
2.1 – Civilização Greco-Romana.....	28
2.2 – Período Medieval.....	32
3 – A situação portuguesa.....	35
3.1 – Toureio a cavalo <i>versus</i> toureio a pé.....	37
3.2 – Desenvolvimento dos preceitos tauromáquicos em Portugal.....	38
Capítulo II – A tauromaquia enquanto património cultural e a importância da sua valorização	49
1 – A prática da tauromaquia em Portugal: localização geográfica.....	49
2 – A tauromaquia enquanto elemento de cultura.....	53
3 – A corrida de toiros: sua caracterização.....	58
3.1 – Sequencia e estrutura de uma corrida de toiros à portuguesa.....	58
3.1.1 – O sorteio.....	59
3.1.2 – As cortesias.....	60
3.1.3 – Início da lide.....	61
3.1.4 – Decorrer da lide.....	62

3.2 – Corrida de toiros de gala à antiga portuguesa.....	64
3.3 – Protagonistas e hierarquias.....	66
Capítulo III – As praças de toiros em Portugal e o seu desenvolvimento.	73
1 – Evolução dos espaços tauromáquicos	73
2 – Composição arquitectónica de uma praça de toiros	79
3 – Praças de toiros portuguesas <i>versus</i> praças de toiros espanholas	82
4 – Especificidades da arquitectura tauromáquica portuguesa	85
5 – Estudo de casos: praças de toiros em Portugal continental e ilhas fundadas entre 1850-1950 – Inventário	94
5.1 – Datação e autoria	95
5.2 – Concessionários e utilização dos espaços tauromáquicos.....	97
5.3 – Protecção e classificação	98
5.4 – Materiais e cores	101
5.5 – A conservação das praças de toiros	102
5.6 – Diagnóstico.....	103
5.7 – Intervenções.....	105
5.8 – A devoção nos espaços tauromáquicos	108
Capítulo IV – As praças de toiros e a questão da classificação	
patrimonial: justificação da criação de um percurso temático	111
1.1 – Proposta de um roteiro	117
1.2 – Apresentação do roteiro	119
Conclusão	129
Glossário.....	132
Bibliografia	144

Índice de figuras
Índice de tabelas

Anexos:

Anexo I – Descrição de uma corrida de toiros no Terreiro do Paço, Lisboa, 1752.

Anexo II – Apresentação de várias manifestações tauromáquicas.

Anexo III – Representação da execução de várias sortes.

Anexo IV – Descrição de uma corrida de toiros à portuguesa.

Anexo V – Descrição de uma corrida de toiros de gala à antiga portuguesa.

Anexo VI – Descrição de uma praça de toiros no Terreiro do Paço, Lisboa, 1752.

Anexo VII – Bases para a construção de uma praça de toiros.

Anexo VIII – Fichas de inventário.

Índice de figuras

Figura 1 – Desenho - Representação de um <i>uro</i>	21
Figura 2 – Pintura mural - Representação de um touro. Paleolítico Superior..	22
Figura 3 – Torso de uma estátua antropomórfica do Deus Ápis.....	24
Figura 4 – Fragmento de um friso – Bucrâneo	26
Figura 5 – Brasão da cidade de Beja	26
Figura 6 – Pintura mural - Rapto de Europa. Casa de Jasão. Pompeia, Itália. C. 15 A. C-15 D.C.....	28
Figura 7 - Pintura mural - Taurokathapsia. Palácio de Cnosso. Séc. XVII a XV A. C	29
Figura 8 - Pintura - Combate de feras no Coliseu de Roma. Reprodução de um quadro de Wagner	30
Figura 9 - Mosaico - Hércules e o Touro. Pla del Arens (Espanha), séc. III D.C	31
Figura 10 - Uma tourada no séc. XIII, Cantigas de Santa Maria de Afonso X.	33
Figura 11 - Pintura - Lanceamento de um toiro em campo fechado – 1144	34
Figura 12 - Desenho - Evolução dos rojões e das farpas	38
Figura 13 - Desenho - Cavaleiro português no início do séc. XVIII	39
Figura 14 - D. Pedro de Alcântara, Marquês de Marialva.....	40
Figura 15 - Desenho - Representação do costume de lançar cães aos toiros	41
Figura 16 - Exemplar de «toiros da terra», fotografia de Carlos Relvas, séc. XIX	42
Figura 17 - Fotografia - Picador testando a bravura de uma novilha	43
Figura 18 - Fotografia - Teste de capote	43
Figura 19 - Fotografia - Teste de muleta	43

Figura 20 - Fotografia - Representação da «casa da guarda» executada em Espanha por um grupo de forcados portugueses.....	44
Figura 21 - Fotografia do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca durante o decorrer das cortesias	45
Figura 22 - Péga de caras realizada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca	46
Figura 23 - Fotografia - Péga à córnea realizada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca	46
Figura 24 - Fotografia – Péga de costas, Grupo de Forcados Amadores de Lisboa.....	46
Figura 25 - Fotografia – Péga da cadeira, Grupo de Forcados do Aposento da Chamusca	46
Figura 26 - Fotografia – Miguel Ribeiro na função de rabejador, Grupo de Forcados Amadores de Coruche.....	47
Figura 27 - Fotografia – Crença popular em que são colocados uns cornos de touro nas cearas para as proteger	50
Figura 28 - Fotografia - Procissão em que um dos participantes leva uma representação de um touro, como forma de agradecimento por alguma benesse	51
Figura 29 - Mapa - Dispersão geográfica do edificado tauromáquico em Portugal continental e ilhas	52
Figura 30 - Gravura - Povo a assistir a uma entrada de toiros	54
Figura 31 - Cartaz da primeira festa do Colete Encarnado, 1932.....	56
Figura 32 - Fotografia - Escolha dos toiros para uma corrida, campos da Golegã	58
Figura 33 - Fotografia – O sorteio da corrida.....	59
Figura 34 - Fotografia - O sorteio da corrida.....	59
Figura 35 - Fotografia – Embolamento de um touro	60
Figura 36 - Fotografia – Recolha do touro feita a cavalo	63
Figura 37 - Fotografia – Recolha do touro feita a pé	63
Figura 38 - Fotografia - Indumentária do cavaleiro tauromáquico profissional	67
Figura 39 - Fotografia - Indumentária do cavaleiro tauromáquico amador	67
Figura 40 - Fotografia – Pormenor do arreio do cavalo durante as cortesias ..	67
Figura 41 - Fotografia – Traje de um matador de toiros	68
Figura 42 - Fotografia – Traje de um bandarilheiro	68
Figura 43 - Desenho representativo dos bandarilheiros portugueses no séc .XVIII.....	68
Figura 44 - Fotografia – Grupo de Forcados Amadores da Chamusca	69
Figura 45 - Fotografia – Indumentária usada pelos forcados em festivais	70
Figura 46 - Fotografia – Indumentária de um campino e arreio do cavalo de campino	71

Figura 47 - Gravura em bronze – Uma corrida real no Terreiro do Paço, 1705	74
Figura 48 - Desenho – Interior da praça de toiros do Campo de Santana	75
Figura 49 - Bilhete (em cartão) para o camarote do sol, séc. XIX	78
Figura 50 - Cortes, projecto para a construção da praça de toiros de Coruche.....	79
Figura 51 - Alçado Poente e Nascente, projecto para a construção da praça de toiros de Coruche	81
Figura 52 - Alçado Sul e Norte, projecto para a construção da praça de toiros de Coruche	81
Figura 53 - Fotografia – Interior da praça de toiros de Ronda	82
Figura 54 - Fotografia – Pormenor da <i>teia</i> da praça de toiros de Ronda.....	82
Figura 55 - Planta – Modelo de uma arena espanhola.....	83
Figura 56 - Planta – Modelo de uma arena portuguesa	84
Figura 57 - Fotografia – Pintura – Praça pública, local onde decorriam os primeiros espectáculos tauromáquicos	87
Figura 58 - Desenho – Praça de toiros de formato rectangular	87
Figura 59 - Esboço de uma praça de toiros de formato redondo	88
Figura 60 - Esboço de uma praça de toiros de formato poligonal	88
Figura 61 - Esboço de uma praça de toiros multiusos	89
Figura 62 - Esboço de uma praça de toiros desmontável	90
Figura 63 - Esboço de um <i>tentadero</i>	90
Figura 64 - Fotografia – Praça de toiros de Barrancos	91
Figura 65 - Fotografia - <i>Curros</i> da praça de toiros do castelo de Monsaraz	91
Figura 66 - Fotografia – Panorâmica da praça de toiros do castelo de Monsaraz	91
Figura 67 - Fotografia – Pormenor da trincheira e de um <i>burladero</i> da praça de toiros do castelo de Monsaraz	92
Figura 68 – Fotografia – Capela da praça de toiros de Monforte	109
Figura 69 - Fotografia – Capela da praça de toiros de Abiúl	109
Figura 70 – Fotografia – Altar da capela da praça de toiros da Moita	109
Figura 71 – Fotografia – Pia da capela da praça de toiros da Moita	109
Figura 72 – Fotografia – Interior da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira.....	110
Figura 73 – Fotografia – Entrada da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira.....	110
Figura 74 – Fotografia – Altar da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira.....	110
Figura 75 - Alçado da antiga praça de toiros de Madrid	112
Figura 76 - Corte da antiga praça de toiros de Madrid	112
Figura 77 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid	113
Figura 78 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid	113
Figura 79 – Planta da antiga praça de toiros de Madrid	

(projecto para o interior)	113
Figura 80 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid	
(projecto para o exterior)	113
Figura 81 - Alçado e corte da praça de toiros do Campo Pequeno	114
Figura 82 - Alçado da praça de toiros de Vila Franca de Xira	116
Figura 83 – Corte da praça de toiros de Vila Franca de Xira	116
Figura 84 - Alçado e corte da praça de toiros de Mourão	116
Figura 85 – Fachada da praça de toiros da Nazaré	120
Figura 86 - Fachada da praça de toiros de Tomar	121
Figura 87 - Fachada da praça de toiros de Vila Nova da Barquinha	121
Figura 88 - Fachada da praça de toiros da Chamusca	122
Figura 89 - Fachada da praça de toiros de Vila Franca de Xira	122
Figura 90 - Fachada da praça de toiros do Campo Pequeno	123
Figura 91 - Fachada da praça de toiros da Moita	124
Figura 92 - Fachada da praça de toiros de Montemor-o-Novo	125
Figura 93 - Fachada da praça de toiros de Évora	125
Figura 94 - Fachada da praça de toiros de Mourão	126
Figura 95 - Fachada da praça de toiros de Reguengos de Monsaraz	126
Figura 96 - Fachada da praça de toiros do Castelo de Monsaraz	127
Figura 97 - Fachada da praça de toiros de Vila Viçosa	127
Figura 98 - Fachada da praça de toiros de Santa Eulália	128

Índice de tabelas

Tabela 1 – Apresentação das diferentes categorias de classificação e respectiva praça de toiros 99,100

Tabela 2 – Apresentação das praças de toiros em bom estado de conservação103, 104

Tabela 3 – Apresentação das praças de toiros que necessitam de ser intervencionadas 104,105

Introdução

1. Problemática

Ao longo do meu percurso académico sempre ambicionei poder elaborar um trabalho, que me permitisse aprofundar os conhecimentos que tinha no que diz respeito à arte tauromáquica. No momento da tomada de decisão do tema da dissertação do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, constatei que tinha à minha frente a grande oportunidade para o fazer. Como grande aficionada que sou e verdadeiramente apaixonada pelo campo e pelo mundo taurino, decidi seguir em frente, e tornar real o enorme desejo que tinha de explorar o tema da tauromaquia.

Dada a diversidade de conteúdos que implicaria abordar, tive que me restringir a apenas a um deles, e por esse facto, a minha opção recaiu sobre a Inventariação das Praças de Toiros portuguesas, que foram fundadas entre 1850/1950 e que se encontram presentemente no activo.

Esta restrição temporal deve-se ao elevado número de praças de toiros existentes no nosso país. Julgo que os cem anos sobre os quais me vou debruçar foram marcantes em termos da “arquitectura tauromáquica”, pois foi precisamente nessa época que assistimos ao alvorecer das praças que hoje consideramos como as mais importantes de Portugal. No entanto, não posso deixar de incluir outras não tão monumentais, que vêm marcar a diversidade e a autenticidade dos tauródromos portugueses.

Importa desde já salientar, que em termos geográficos não foi feita qualquer limitação.

Quanto aos modelos de praças de toiros, devo referir que existem basicamente três: os *tentaderos*, que são as praças existentes nas herdades dos Ganadeiros e nas quais se procede à selecção da bravura das reses; as praças permanentes em meio urbano ou rural, que tanto podem pertencer a entidades particulares como a instituições; e as praças desmontáveis, que

levam os espectáculos tauromáquicos aos recantos mais remotos de Norte a Sul de Portugal. Mais uma vez, a diversidade de conteúdos levou-me a fazer escolhas e por esse motivo, optei por tomar as praças de toiros permanentes em meio urbano e rural como objecto de estudo desta dissertação.

As praças de toiros têm mostrado ser parte integrante do património, pois em qualquer região é comum vermos edificado um “redondel”.

Esta profusão demonstra que em cada terra que se constrói uma praça de toiros existe, antes de mais o reconhecimento da tauromaquia enquanto actividade cultural com valor patrimonial, logo, o edificado representa materialmente a empatia que a comunidade tem para com a tradição tauromáquica e a relevância desta prática na sua memória colectiva.

Independentemente da crueldade que o espectáculo tauromáquico possa representar para o toiro ou para o cavalo, este não deixa de ser uma manifestação cultural, que em Portugal encontra especificidades na corrida de toiros à portuguesa, sendo o seu palco por excelência – a praça de toiros.

“ O estudo da festa de touros no séc. XVII prende-se directa ou indirectamente com vários tipos de factores, não apenas sociais e económicos, como também – ou sobretudo dada a natureza das fontes que dispomos – culturais, morais e religiosos.

Estamos perante um dos hábitos mais naturais do espírito social da época seiscentista (...).”

“ (...) A «festa» e afición, são elementos intrínsecos da nossa cultura, cujas raízes remontam aos tempos longínquos da Idade Média (...), eram, já há mais de três séculos uma expressão própria da alma portuguesa, sendo os grandes acontecimentos nacionais celebrados pelo povo com tardes de touros”¹.

Pegando naquele que é o meu objecto de estudo (as praças de toiros fundadas entre 1850-1950), e com intuito de contribuir para a sua valorização, preservação e divulgação, fui levada a traçar alguns objectivos. Assim sendo, através deste trabalho tenciono:

1. **Demonstrar** a importância destes edifícios enquanto parte integrante do património nacional, sendo eles arquétipos construtivos reveladores da memória colectiva do povo português.

¹ Pepe Luís – **Ribatejo berço de heróis**. Lisboa: Livraria Popular. 1949, p. 59, 69.

2. **Criar** elos de ligação entre o património e o meio onde se encontra inserido, com o intuito de despertar interesse e sensibilizar as populações para a preservação e fruição deste edificado.
3. **Estabelecer** critérios que permitam o conhecimento dos tauródromos, em termos de forma e organização, em consonância com o espaço envolvente, seja ele rural ou urbano.
4. **Valorizar** a relevância dos imóveis do ponto de vista arquitectónico, estético e material, não descurando a importância do trabalho daqueles que contribuíram para as construções, dando evidência à criatividade e ao engenho – o chamado “*saber fazer*”.
5. **Identificar** o que de mais genuíno esta tipologia arquitectónica tem para nos oferecer.
6. **Reunir** um conjunto de informações a nível técnico, construtivo e do ponto de vista da memória descritiva de cada uma das praças em estudo, de modo a que este registo possa contribuir para futuras intervenções, sejam elas de conservação ou transformação do edificado.
7. **Sensibilizar**, não só as populações, mas essencialmente os proprietários e responsáveis pelos espaços tauromáquicos para o valor dos mesmos enquanto testemunhos de uma herança cultural, que é a tauromaquia².

2. Plano Conceptual

As praças de toiros são acima de tudo um suporte/ contexto material da actividade cultural que é a corrida de toiros, mas para além dessa condição que só por si já lhes concede valor patrimonial, acarretam ainda o facto de serem espaços com características arquitectónicas muito específicas.

Mesmo quando as praças não têm qualidades arquitectónicas ou artísticas, são essas características, determinadas pela sua função cultural, que lhe concedem um valor patrimonial. Em casos como o da praça de toiros do

² Os referidos objectivos foram criados com base nos critérios abordados num artigo sobre a exposição de arquitectura – “**Espaces de la tauromachie en Pays Landais**”. [s.d.], p.11.

Campo Pequeno acresce o valor arquitectónico e artístico, que enriquece o cultural, tornando-o mais abrangente.

O trabalho que se segue encontra-se estruturado em três partes. Embora distintas, todas elas convergem no sentido de proporcionar uma melhor compreensão dos objectivos apresentados. Deste modo, a concepção do trabalho assentou numa parte teórica e noutra prática, que implicaram não só a investigação, mas também a observação “*in loco*” e a análise dos casos em estudo.

A primeira parte do trabalho serviu de enquadramento do objecto de estudo. Assim sendo, achei pertinente fazer um recuo no tempo e abordar os factos que levaram o Homem a aproximar-se do touro, quer do ponto de vista da subsistência quer através dos rituais mágicos/religiosos. Nesta fase foi feita toda uma descrição da aproximação entre Homem e Touro desde a Pré-História à actualidade, traçando a evolução da História da tauromaquia. Foi abordado também o valor da tauromaquia enquanto elemento cultural e a importância do seu reconhecimento como realidade identitária. Ainda na primeira parte do trabalho teve lugar um estudo sobre o aparecimento das praças de toiros nacionais e o seu desenvolvimento.

Já na segunda parte, fez-se um inventário das praças de toiros existentes em território nacional (no activo), fundadas entre os anos de 1850 e 1950. Depois de reunida uma amostra significativa dos vários modelos arquitectónicos do edificado tauromáquico, foi feita uma análise comparativa entre eles e apresentadas as conclusões retiradas do subsequente cruzamento da informação.

Numa terceira etapa, e num intuito de valorizar e divulgar o património tauromáquico imóvel decidi criar um roteiro tauromáquico. Para finalizar, pareceu-me fundamental a elaboração de um glossário, dada a diversidade e especificidade da linguagem utilizada no meio tauromáquico.

No que se refere à linguagem chamo a atenção para o facto de ser comum a utilização de dois termos distintos: toiro e touro. Em meandros taurinos o mais frequente é utilizar-se o termo toiro. No entanto, quando nos reportamos a épocas mais remotas, julgamos não ser apropriado utilizar a designação toiro, mas sim touro, todavia o significado dos diferentes vocábulos é o mesmo, refere-se ao animal bravo, de hastes afiadas e porte robusto.

3. Metodologia

Numa fase inicial, tornou-se fundamental a definição de objectivos e a organização de metodologias que permitissem alcançar as respostas que serviram de base para avançarmos no sentido de aprofundar a temática que me havia proposto a investigar e que posteriormente irei apresentar.

Para a realização do estudo em torno das praças de toiros foi imprescindível fazer uma abordagem ao tema não só de uma forma sincrónica, mas também diacrónica, pois não faria sentido falar desta tipologia do edificado sem que fosse feita uma análise quer das origens do mesmo, quer dos factos que contribuíram para o seu aparecimento.

Dada a diversidade de aspectos que o tema envolve e a sensibilidade com que devem ser encarados, tornou-se necessário recorrer às mais variadas metodologias e áreas do saber. Assim sendo, a minha pesquisa iniciou-se pela leitura. Seleccionei autores, artigos de revistas e jornais, programas de televisão, enciclopédias, dicionários sobre tauromaquia e outras teses, desde as publicações mais antigas às mais recentes, num âmbito geral e específico. Consultei também entidades como a Associação de Criadores de Toiros de Lide, a Inspeção-Geral de Espectáculos e Actividades Culturais, entre outras personalidades ligadas ao meio tauromáquico. Para além da leitura, não poderia faltar a observação dos factos *“in loco”*. Para tal, foi feita uma visita a cada uma das praças de toiros em estudo ficando a mesma registada em fichas de inventário, com reproduções fotográficas e uma descrição das características mais genuínas de cada um dos espaços. Sempre que foi possível usei o método das entrevistas, feitas aos proprietários ou aos responsáveis pelas praças. Devo dizer que o modelo das fichas de inventário foi baseado em modelos aplicáveis a outras tipologias patrimoniais.

4. Estado da Arte

O processo de investigação foi moroso e um pouco difícil. Por um lado, resultante da falta de bibliografia que abordasse de uma forma específica o

tema das praças de toiros - facto que me levou a recorrer aos estudos espanhóis, tendo sempre o cuidado de ressaltar as devidas distâncias, dada a diferença entre os espectáculos, pois também as praças de toiros são fruto do tipo de espectáculo praticado e da maneira como é vivido pelas populações locais; por outro, e no que se refere à observação dos espaços tauromáquicos, estive sempre dependente da boa vontade dos proprietários dos mesmos.

Retomando a questão da bibliografia, e no que se refere ao tema da tauromaquia em geral, foi na Biblioteca e no Arquivo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, onde encontrei uma maior abundância de documentação. No entanto, ao aprofundar as obras detectei que relativamente à temática das praças de toiros existiam poucas referências. Entre a bibliografia consultada apenas duas obras abordam exclusivamente o tema das praças de toiros nacionais: “ *A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno)* ” de António Morais, datada de 1992, e “ *Praças de touros em Portugal* ” de J. Nunes Oliveira, datada de 1997. Qualquer uma das obras acima referidas foi apenas um ponto de partida para avançar com a pesquisa. A primeira dá a conhecer um levantamento de todas as praças de toiros existentes em Portugal, assim como alguns elementos de carácter informativo sobre cada uma dessas praças (datação, propriedade, lotação, etc.), no entanto a obra encontra-se um pouco desactualizada, pois em alguns casos as praças foram demolidas, outras que estavam em ruína foram reedificadas. Dentro desta obra foi útil, essencialmente o capítulo referente ao historial da construção da praça de toiros do Campo Pequeno. Da segunda consta apenas um pequeno resumo sobre a existência de algumas das praças de toiros em território nacional.

Foram úteis também estudos, embora muito sucintos, sobre a edificação das praças de toiros de Monforte – “ *Monforte “vila taurina”. Elementos para o seu historial* ” de António José Zuzarte, Aljustrel – “ *Praça de touros de Aljustrel – Subsídios para a historia do toureio em Aljustrel* ” de Artur Martins e Francisco Colaço, Cabeço de Vide – “ *Cabeço de Vide – Memórias de um povo de hoje e de ontem* ” de Augusto Serras, Évora - “ *1º centenário da praça de toiros de Évora* ” de José Tello Barradas, Vila Franca de Xira – “ *O centenário (1901-2001) da praça de touros de Vila Franca de Xira (Palha Blanco)* ” de Vasco Nuno Alves de Morais, Alcochete – “ *Praça de toiros de Alcochete. Pequena Resenha Histórica* ”.

Para proporcionar uma melhor compreensão sobre a História da tauromaquia, onde se insere a explicação da origem e evolução dos espaços tauromáquicos tomei como referência as seguintes obras: “*História das toiradas*” de Eduardo de Noronha, “*História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureio*” Vol.I de Jayme Duarte de Almeida, “*O toiro de lide em Portugal*” de Francisco Palha Botelho Neves, “Homens que pegam toiros em defesa de valores” de Teresa Soares, e “ O toiro, mitos, rituais, celebrações” de Amílcar Guerra et al. Todavia, na tentativa de apresentar um trabalho o mais completo possível, analisei também alguns estudos espanhóis, nomeadamente: “ *Los toros, la fiesta, el toro, la plaza y el toreo*” Vol.I de José Maria Cossío, e “ *Sobre las plazas de toros en la nueva Espana del siglo XVIII*” de Benjamin Flores Hernandez.

Estas duas últimas obras permitiram comparar as semelhanças e distinguir as diferenças entre a arquitectura tauromáquica portuguesa e a arquitectura tauromáquica espanhola.

Para a elaboração das fichas de inventário, consultei também o site: www.monumentos.pt, onde encontrei informação que me permitiu prosseguir com o trabalho de inventariação.

Apesar das dificuldades que a falta de bibliografia alusiva ao tema em questão proporcionou, julgo ter conseguido contornar esse obstáculo e levar por diante o trabalho a que me havia proposto.

I. História da Tauromaquia

I.1. O Culto ao Toiro

Período Pré-Histórico

Como teremos oportunidade de constatar, a figura do touro, mais concretamente do *auroque* (por vezes designado de *uro*), seu antepassado, esteve presente em diferentes momentos históricos.

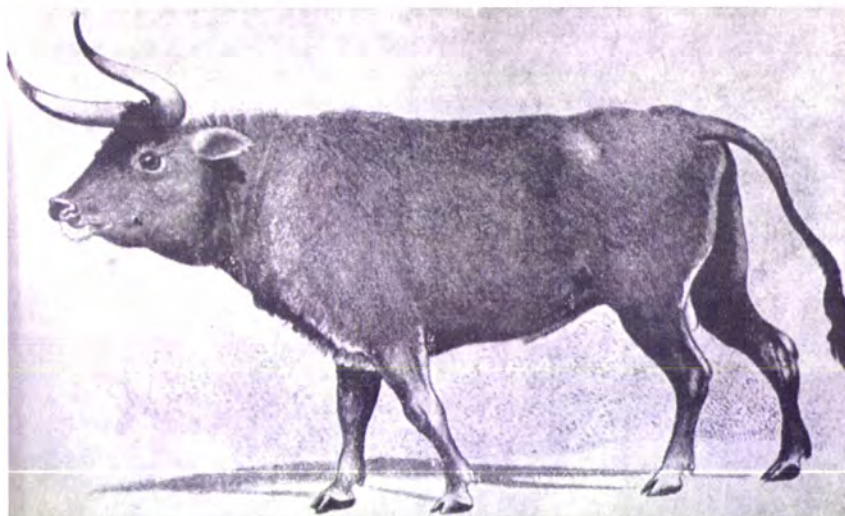


Fig.1- Representação de um *uro*. [s.d.], Francisco Palha Botelho Neves – **O touro de lide em Portugal**. 1992, p.11.

A Pré-História é um dos períodos mais ricos em representações iconográficas do elo de ligação entre o Homem e o touro. Gravuras e pinturas representadas nas paredes das grutas ou nas rochas, junto às margens dos rios, testemunham a proximidade entre as duas espécies³.

³ Como exemplo, apontamos as gravuras da Gruta de Altamira, Espanha e da Gruta de Lascaux, em França. Mariana Diniz – **Figuras de touro na pré-história: faces de um mito, a (in) substancia dos ritos**. In: Amílcar Guerra e tal - O touro. Mitos. Rituais. Celebrações. [s.d.], pp.13,14.

A diversidade de animais que o Homem pré-histórico desenhava não teria um carácter meramente decorativo. Por detrás dessas figuras existiria provavelmente um simbolismo. No entanto, a inexistência de documentação escrita não nos permite desvendar o significado concreto da “arte rupestre” ou “parietal”.



Fig.2 - Sala dos touros (pormenor), Lascaux, França. Paleolítico Superior, Pintura mural. Centre National de Prehistoire. [s.d.]. Fotografia: CNP – Ministère de la Culture. Mariana Diniz – “Figuras de touro na pré-história: faces de um mito, a (in) substancia dos ritos”. In: Amílcar Guerra e tal - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.14.

Numa sociedade de caçadores/recolectores, a caça poderá ter sido um dos motivos que levou o homem da Pré-história a representar figuras de animais. Tratar-se-ia de “caçadas mágicas”: acreditar-se-ia que ao ser representado, o animal ficaria como que previamente aprisionado, processo que garantiria uma caçada de sucesso⁴.

Outra das hipóteses apontadas por arqueólogos e historiadores diz-nos que a representação sucessiva dos animais serviria para evocar a reprodução das espécies.

⁴ Mariana Diniz – “Figuras de touro na pré-história: faces de um mito, a (in) substancia dos ritos”. In: Amílcar Guerra e tal - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.14.

Fosse qual fosse o seu significado, a “arte rupestre” parece denunciar um carácter utilitário, mas também de ritual, mágico, tornando os lugares em espaços sagrados⁵.

Tudo aponta para a tese de que o touro estava presente na vida do Homem tanto pela matéria-prima que dele podia retirar, como pelo que simbolizava na esfera divina. O touro era visto como um animal sagrado, capaz de comunicar com as divindades e de prestar auxílio aos mortais, servindo de intermediário entre os homens e os deuses. Possuidor de uma espécie de energia criadora tornou-se símbolo da reprodução podendo o Ser humano utilizar esse “poder” em seu próprio benefício recorrendo ao uso da “magia simpática contaminante”⁶.

Teve também um papel importante enquanto meio de subsistência, o Neolítico (aproximadamente entre 10.000 - 6.500 a.C.), mais precisamente durante o período pós-glaciar, veio proporcionar condições para que as sociedades de caçadores/recolectores fossem substituídas pelas primeiras sociedades agro-pastoris, apostando na produção de alimentos. A partir de então, estas sociedades passaram a domesticar os animais, que, reproduzindo-se, proporcionavam uma maior abundância de alimento.

Existem indícios de que em território europeu, durante o período Calcolítico (aproximadamente entre os finais do 4º/3º milénio a.C.) para além do alimento, o Homem também aproveitava os “produtos secundários” de origem animal, como o couro e a força de trabalho.

“ (...) o homem inicia um culto agrícola baseado no touro, que passa a ser o grande símbolo da potência invencível e fecundadora, que se identifica com a força vital da terra. Assim, este animal alcança uma alta consideração como animal doméstico (...) mas também como (...) engendrador de mitos, de manifestações culturais (...)”⁷.

⁵ Como evidenciou André Leroi – Gourhan. Cf. Mariana Diniz – “Figuras de touro na pré-história: faces de um mito, a (in) substancia dos ritos”. In: Amílcar Guerra e tal - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.15.

⁶ Sanchez Dragó— “Ritos y juegos del toro”. In: Andrés Amorós – Toros y cultura. 1987, p.54.

⁷ Teresa Soares – **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, p.37.

Período Clássico

Na Antiguidade, em distintos pontos geográficos, o culto ao touro tornou-se mais frequente. Para os Egípcios, este animal era fruto da manifestação de Osíris. Arthur Evans, arqueólogo de origem inglesa, ao estudar a cidade de Cnossos, na ilha de Creta, por volta do ano de 1900, pôs a descoberto uma civilização pré-helénica que remontaria aos anos 3000 – 1000 a.C., com esse trabalho, Evans deu a conhecer um vasto número de achados arqueológicos correspondentes a práticas ritualizantes do culto ao touro⁸. Para os Gregos, seria a encarnação de Mnevis⁹. No complexo cultural de Hal Tarxien, na ilha de Malta, foram encontradas câmaras subterrâneas, que continham gravuras representativas do sacrifício de touros em honra do Deus Touro¹⁰.



Fig.3 - Torso de uma estátua antropomórfica do Deus Ápis. Mônfis, Egito. Séc. VI-IV A. C. Escultura de vulto pleno, Granito. Museu Gregoriano Egípcio. Fotografia: Museus do Vaticano. In: Luís Manuel Araújo - **O touro no mundo pré-clássico**. In: Amílcar Guerra e tal - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.35

⁸ Cit. por Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. VOL.I. 1953, p.7.

⁹ Versão grega de Meru-Hur – touro sagrado venerado em Heliópolis. **Dicionário AKal de Mitologia Universal**. 1993, pp.401-402.

¹⁰ Teresa Soares – **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, p.39.

À semelhança da Grécia, também em Roma prevalece o sentido mitológico-religioso ligado ao touro¹¹. As festas taurinas de Roma parecem reaver a tradição mediterrânea de louvar o animal enquanto elemento fulcral da economia das populações. Nas arenas romanas encenavam-se mitos gregos, relembrando as lendas associadas aos touros. Estes mitos taurinos foram também recordados quando os cristãos passaram a ser condenados às feras¹² (touros, ursos, leões, tigres, etc.). Deste modo, os condenados “interpretavam” as personagens fictícias da mitologia. A partir do momento em que o Cristianismo foi reconhecido como religião oficial do Império, as práticas realizadas com animais, nomeadamente o lançamento dos cristãos às feras desapareceram, possivelmente a tourada terá sido o que restou da divinização e dos espectáculos da Antiguidade. O touro tornou-se protagonista de mitos e cultos¹³. Tanto em Roma, como na Grécia, o sacrifício do animal significava uma aproximação com a divindade, e o domínio de parte da natureza¹⁴.

Em território nacional, também são visíveis testemunhos arqueológicos que revelam a importância do touro enquanto Ser divino, nomeadamente em localidades que foram importantes cidades romanas, com estatuto de colónia ou município, como é o caso de Beja ou Évora¹⁵.

¹¹ Os Ludi Taurii faziam parte das festividades do calendário romano, facto que demonstra o apreço que a civilização tinha pela figura do touro, enquanto símbolo mitológico e de religiosidade, Nuno Simões Rodrigues – “O imaginário taurino no mundo greco-romano”. In: Amílcar Guerra et al - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.54.

¹² Na Antiguidade Clássica o Cristianismo foi considerado pelos romanos, como uma religião *strana et illicita*, pelo facto desta nova religião não aceitar o culto ao Imperador, nem venerar as divindades pagãs de Roma. Deste modo, os cristãos passaram a ser perseguidos e castigados. Um dos martírios a que estavam sujeitos era serem atirados às feras, entre as quais se encontrava presente o touro ou vaca brava, José Orlandis – **História breve do Cristianismo**.1993, pp.18-22.

Os Cristãos no tempo das perseguições. [em linha] «<http://www.catacombe.roma.it/br/persecuzioni.html>». (acedido em 25/03/2010).

¹³ Exemplo do culto de Mitra, cuja lenda fundadora tinha o touro e o combate contra o mesmo como elemento primordial, Nuno Simões Rodrigues – “O imaginário taurino no mundo greco-romano”. In: Amílcar Guerra et al- O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.55.

¹⁴ Idem p.58.

¹⁵ Teresa Soares – **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, p.39.





Fig.4 - Bucráneo. Fragmento de um friso. Évora, Museu Regional de Évora, Período Augustano 830 A.C. a 14 D. C.). Granito estucado, 57 cm (alt). Fotografia: José Pessoa, Amílcar Guerra – “Os touros na tradição histórica e mítica da antiga Hispânia”. In: Amílcar Guerra - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.71.

Ainda hoje o touro é símbolo da cidade de Beja. Diz a lenda que quando esta era apenas uma localidade envolta num imenso matagal, um dos problemas com que a população se deparava era a ameaça constante de uma serpente assassina. Para resolverem a situação, colocaram um touro envenenado na floresta. A serpente acabou por morrer depois de devorar o animal. O mito deu lugar à representação iconográfica de uma cabeça de touro no brasão da cidade, representando a salvação, a protecção e a riqueza do gado bovino¹⁶.



Fig.5 - Brasão da cidade de Beja. In: Eye, (26/04/2009), “História do nosso brasão”, *Noites Alentejanas*, [em linha]

«<http://noitesalentejanas.weblog.com.pt/arquivo/071090.html>». (acedido em 12/11/2009).

¹⁶ Eye, (26/04/2009), “História do nosso brasão”, *Noites Alentejanas*, [em linha] «<http://noitesalentejanas.weblog.com.pt/arquivo/071090.html>». (acedido em 12/11/2009).

Período Medieval

O período Medieval reflecte a proximidade do Homem ao touro através da caça. Também a necessidade do treino militar levou a que a nobreza beneficiasse da bravura e da ferocidade do animal para se exercitar e foi deste modo que os touros passaram a fazer parte do cenário dos torneios medievais, que viriam a dar lugar a actividades lúdicas e consecutivamente, às primeiras práticas tauromáquicas. No entanto, o carácter mitológico, divino, que se havia manifestado em épocas anteriores parece não ter grande manifestação na época Medieval. Com o reconhecimento do Cristianismo como religião oficial do Império, as práticas realizadas com animais desapareceram. O touro deixou de ser agente de martírio e passou a ter a função de “juízo de Deus”. A História *Compostelana* revela-nos alguns exemplos dessa faceta do touro enquanto juiz. Mediante uma situação de falsidade das acusações, as vítimas, ao serem atiradas a um touro ou a uma vaca brava, para serem sacrificadas, acabavam por serem poupadas pelo próprio animal, como que reconhecendo a injustiça e a inocência dos acusados, acabando por ser a mão humana a sacrificar essas pessoas¹⁷. Julgamos que o papel do touro como juiz seja uma variante da presença deste animal nas actividades humanas. Possivelmente, a tourada terá sido o que restou da divinização e dos espectáculos da Antiguidade.

Todas estas manifestações, embora por vezes difíceis de compreender, demonstram que o touro esteve, de facto, presente em diferentes momentos históricos e lugares geográficos, fazendo parte da vida terrena, mas também das crenças e convicções religiosas de diferentes povos e civilizações.

Como teremos oportunidade de constatar, a partir da Idade Média a história em seu redor e em redor das práticas ritualistas que lhe prestam culto confundem-se com a própria história da tauromaquia.

¹⁷Ana Maria S.A. Rodrigues – “Da caça no monte às corridas em campo fechado: como se lidavam toiros na idade média”. In: Amílcar Guerra et al. - **O touro: mitos, rituais, celebração**. [s.d.], pp.77, 78.

I.2. Das primeiras manifestações tauromáquicas à corrida de toiros à portuguesa

Civilização Greco-Romana



Fig.6 - Rapto de Europa. Casa de Jasão. Pompeia, Itália. C. 15 A. C-15 D.C. Pintura mural. Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Soprintendenza Archeologica per el Province di Napoli, Nuno Simões Rodrigues – “O imaginário taurino no mundo greco-romano”. In: Amílcar Guerra et al - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.40.

Depois de termos procurado sublinhar a importância da presença do touro no quotidiano do Homem ao longo da História, vamos abordar, neste subcapítulo, a relação existente entre os primeiros jogos com touros e as tradições populares de foro tauromáquico que vingaram na Península Ibérica e se mantiveram na cultura mediterrânea.

Na cultura Greco-Romana, encontramos diversas manifestações culturais onde touro é o protagonista.

Como já referimos, este animal tinha um papel de intermediário e permitia a evocação entre os humanos e o divino. Muitas dessas manifestações integravam rituais claramente religiosos.

Os jogos de Creta, por exemplo, parecem ter como génese uma convicção do carácter mágico, que se manifestava através do atributo genesíaco¹⁸ do

¹⁸ Ramón Brio refere que o poder genesíaco do touro se encontra ligado com o fenómeno da criação em conformidade com as crenças associadas ao mundo religioso. Para os egípcios, há semelhança do significado que *falo* (representado por uma pedra erguida de forma fálica) tem,

touro, cujo contacto possibilitava a transmissão da força criadora e reprodutiva ao homem. Com base neste mito, muitas foram as cerimónias ritualistas que se celebraram em honra da figura mitológica do touro¹⁹. As *Taurokathapsias* de origem tessálica, um tipo de jogos com touros, provavelmente descendentes das corridas de Creta, são um exemplo de outro cerimonial ritualista cuja intenção seria homenagear o touro enquanto símbolo da divindade. Neste caso, os touros eram agarrados e depois derrubados com as mãos²⁰, por outro lado, tinham também a intenção de homenagear o próprio touro enquanto divindade.



Fig.7 - Taurokathapsia. Palácio de Cnosso. Séc. XVII a XV A. C. Pintura mural. Archaeological Museum of Heracleion, Nuno Simões Rodrigues – “O imaginário taurino no mundo greco-romano”. In: Amílcar Guerra et al. - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.52.

Os exercícios continham grande espectacularidade²¹, o que leva a suscitar a dúvida se, de facto, o touro utilizado nestes espectáculos seria bravo ou manso, pois um animal bravo muito dificilmente permitiria este tipo de interacção. O jogo não propiciava o ataque ao animal, consistia, simplesmente, em receber as suas investidas, finalizando com o sacrifício do mesmo.

também o touro foi por eles representado sobre a forma de uma coluna que fecundava a terra (elemento feminino). A localização geográfica onde se constata uma maior abundância da presença da espécie taurina, junto às margens dos Rios Nilo, Guadalquivir ou Tejo, vem reforçar o sentido de fecundidade e de reprodução que é atribuído a este animal, pois também estas zonas são bastante férteis. Cit. por Teresa Sores - **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, pp.40, 41. Cof. Ramón Brio, op.cit. p.84.

¹⁹ Idem p.54.

²⁰ Eduardo Noronha – **História das toiradas**. 1900, pp.9,10.

²¹ Estes jogos consistiam num salto mortal por cima do dorso do touro. Um dos jovens apoiava-se nos cornos do animal para dar impulso e seguidamente concretizava o salto mortal, na retaguarda estaria outro artista que o auxiliava na fase final da proeza, Fernando Claramunt – **História ilustrada da tauromaquia**. 1989, pp.44,45.

Julga-se que o fascínio pelos jogos com touros praticados na Grécia terá sido levado para Roma pelas mãos de Júlio César que, desde sempre, manifestou o seu agrado por estes espectáculos. Todavia, o carácter religioso que se fazia sentir nos jogos gregos foi substituído pelo espírito profano, tornando-se num espectáculo onde passou a imperar o sentido da *luta*.



Fig.8 - Combate de feras no Coliseu de Roma. Reprodução de um quadro de Wagner²². [s.d.], Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.17

Dentro dos jogos romanos existiam outras modalidades: as *Taurocentae* e os jogos de *Venationes*. Ambos consistiam na caça ao animal dentro da arena. Na primeira, o animal era ferido com dardos até morrer. Na segunda, também estava destinado à morte, mas cansavam-no antes que tal acontecesse para posteriormente se lançarem sobre ele e finalizarem o espectáculo torcendo-lhe o pescoço²³.

²² Desconhecemos o apelido do autor da reprodução.

²³ Teresa Soares – *Homens que pegam toiros em defesa de valores*. 2008, p.57.



Fig.9 - Hércules e o Touro. Pla del Arens (Espanha), séc. III D.C. Mosaico, Museu Arqueológico Nacional, Madrid, Nuno Simões Rodrigues – “O imaginário taurino no mundo greco-romano”. In: Amílcar Guerra et al - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.45.

Aponta-se a possibilidade de terem sido os romanos a introduzirem o gosto pelos espectáculos tauromáquicos na Península Ibérica. De facto, são inúmeras as semelhanças que existem entre os espectáculos romanos e as corridas de toiros de hoje em dia, sobretudo no que se refere à ritualidade dos mesmos. Vejamos algumas dessas semelhanças: o formato dos recintos onde ocorrem os espectáculos, o próprio *paseo* que antecede o espectáculo em si, que é muito idêntico ao acto precedente ao início dos combates, em que os gladiadores atravessavam a arena dirigindo-se ao camarote do Imperador com o intuito de o saudarem. É comum os bandarilheiros ou matadores de toiros, depois de fazerem o *paseo*, dirigirem-se à *barreira* para colocarem os seus *capotes de passeio* estendidos à frente de alguma personalidade importante. Na verdade, este acto também acontecia nos “circus romanos” com o “velum”, que fazia notar a presença das vestais que assistiam aos festejos²⁴.

²⁴ O *Velum* era um tipo de pano ou véu que era colocado no local onde estavam as *Vestais*, Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol. I. 1953, pp.11-13.

Período Medieval

Antes de descrevermos a forma como se lidavam os toiros na Idade Média, julgamos ser importante dar a conhecer a origem do animal que veio proporcionar o aparecimento das diversas actividades tauromáquicas.

Podemos dizer que o toiro de lide que chegou à Idade Média é fruto da evolução que cruzou o «*Bos primigenius Bojani*» (proveniente do Norte, da Europa Asiática) com o «*Bos primigenius Hahni*» (proveniente do Sul de África)²⁵. A transformação desta raça levou à sua divisão em direcção ao Ocidente e ao aparecimento de novas espécies: na Europa surge o «*Bos taurus ibéricus*»; no Norte de África o «*Bos taurus mauritanicus*», que veio a fixar-se no Egipto, seguindo em direcção ao Estreito de Gibraltar. A evolução destas duas espécies proporcionou o aparecimento, na Península Ibérica, de novas castas. Do «*Bos taurus ibéricus*» surgem as castas navarras «*jijonas*» e de «*Razo del Portillo*»; do *Bos taurus mauritanicus* surgem as castas de «*Cabrera*», «*Galhardo*», «*Vista-Hermosa*» e «*Vasquenha*».

Seguindo o caminho que as diferentes castas tomaram, julgamos que terá sido o *Bos primigenius*, rês com semelhanças muito idênticas às do toiro de lide da actualidade - de pelagem negra, veloz na sua corrida e de grande bravura - a dar origem ao toiro de lide. Ao fixar-se na Península Ibérica, foi evoluindo tanto no aspecto fenotípico como no genotípico, e, cruzando-se com outras espécies, terá contribuído para o aparecimento do toiro bravo predominante em Portugal e Espanha²⁶.

A montaria (uma das práticas desportivas muito apreciadas na época Medieval) terá contribuído para um primeiro contacto entre o "Homem medieval" e o toiro. «*O Tratado da Montaria*» de D. João I, embora aborde a caça, mostra o gosto em montar a cavalo, bem como as advertências e o modo como chegar à peça de caça. Provavelmente, estes conceitos terão sido aplicados a outras actividades que exigiam a necessidade de dominar o

²⁵ Fernando Sommer de Andrade – *O toureio equestre em Portugal*. 1991, pp.21, 23.

²⁶ Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.10.

adversário, como os treinos militares da época Medieval ou mesmo as primeiras corridas de toiros²⁷.

A época medieval é um período cronológico bastante extenso. Como tal, o início do mesmo não foi muito documentado no que se refere à “festa de toiros”. Citando Ana Maria Rodrigues, “ A única referência a festejos taurinos durante a época visigótica data do reinado de Sisebuto (612-621) e consiste numa carta em que este monarca censura o bispo de Barcelona pelo seu excessivo amor pelas corridas de touros (...)”²⁸.

Apesar da ausência de relatos, para esta época encontramos alguma documentação em que se manifesta o gosto pelos festejos tauromáquicos, não só por parte de populares e nobres, como também entre eclesiásticos. Por exemplo, as *Sete Partidas* de Afonso X, rei de Castela (1221- 1284): “ (...) proibiam os clérigos de participarem nessas corridas ou mesmo de a elas assistirem (...)”²⁹.



Fig.10 - Uma tourada no séc. XIII, Cantigas de Santa Maria de Afonso X. [s.d.]. Real Biblioteca do Mosteiro do Escorial, Ana Maria S.A. Rodrigues – “Da caça no monte às corridas em campo fechado: como se lidavam toiros na idade média”. In: Amílcar Guerra et al - O touro. Mitos. Rituais. Celebração. [s.d.], p.84.

²⁷Fernando Sommer de Andrade— **A montaria**. In: Fernando Sommer de Andrade – O toureiro equestre em Portugal.1991, pp.29, 30.

²⁸Ana Maria S.A. Rodrigues – “Da caça no monte às corridas em campo fechado: como se lidavam toiros na idade média”. In: Amílcar Guerra et al - **O touro. Mitos. Rituais. Celebração**. [s.d.], p.76.

²⁹Idem p.76.

Também estão documentadas algumas proibições, quase sempre revogadas³⁰.

Sabemos, no entanto, que o Homem começou por se relacionar com o toiro de uma forma desportiva, perseguindo-o e abatendo-o por meio de uma lança. Depois usou-o para se treinar militarmente - defrontar um animal selvagem e de grande porte possibilitava-lhe pôr em prática estratégias militares. Os combates entre Homem e toiro ganharam tal importância que se transformaram em espectáculos, contudo, a participação nestes era restrita, tornando-se exclusiva para membros da aristocracia. Tornou-se comum celebrar as mais diversas ocasiões com espectáculos tauromáquicos.

As primeiras corridas de toiros continham um carácter essencialmente bélico, assumindo as características dos “torneios medievais”, a este acto chamava-se *lanceamento de toiros*.



Fig.11 - Lanceamento de um toiro em campo fechado – 1144. Recriação de Roque Gameiro. [s.d.], Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.18.

A própria designação do espectáculo, corrida de toiros, faz perceber como decorriam: os animais eram soltos pelas ruas, onde corriam até ao ponto de ficarem fracos e acabarem por se renderem. Segundo Henrique Gil Calvo, a época medieval é também marcada por um “toureio feudal – casticista” um toureio equestre em que predominava o sentido senhorial e marialvista dos

³⁰ Como exemplo, apresentamos o caso da Bula de 1567, de Pio V, que proibia as touradas em todo o reino, no entanto, acabou por ser revogada em 1596 (a proibição manteve-se para os eclesiásticos). Ibidem p.76.

cavaleiros³¹, ou seja, pretendia-se que um fidalgo, para além de bom cavaleiro, fosse, acima de tudo, um verdadeiro cavalheiro.

A situação portuguesa

No caso português, a primeira notícia que documenta com alguma precisão uma corrida de toiros, data de 1383 e refere-se aos festejos do casamento da Infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando, com D. João I de Castela. Citando a crónica de Fernão Lopes “ (...) depois de comer, justaram, tornearam, e lidaram touros (...)”³².

O *Agitatio Taurorum* era um dos divertimentos preferidos das camadas populares e consistia na largada dos toiros pelas ruas, enquanto o povo os desafiava demonstrando a sua coragem³³. A Corte, por seu turno, apreciava outro tipo de manifestações taurinas, demonstrando o seu desempenho no defrontar dos toiros a cavalo exibindo o domínio das *montadas* e a destreza no maneio das armas. Paulatinamente, os festejos de cavalaria, que até então tinham um carácter guerreiro, foram dando lugar a manifestações de ostentação e afirmação social.

Para o séc. XV, existem relatos de acontecimentos tauromáquicos, nomeadamente em Évora (1431, 1432 e 1439) e em Lisboa, por ocasião do casamento de D. Leonor, irmã de Afonso V, com o Imperador Frederico da Alemanha (1450)³⁴.

No reinado de D. Afonso V (1438-1481), decretou-se que as hastes dos toiros a serem corridos teriam que ser cortadas, para minimizar a gravidade das *colhidas*. Também a rainha de Castela, D. Isabel, a Católica, sugeriu que por cima dos cornos dos toiros fossem colocados uns chifres falsos e

³¹ Cit. por Fernando Teixeira - **Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural**. 1992, p.29.

³² Ana Maria S.A. Rodrigues – “Da caça no monte às corridas em campo fechado: como se lidavam toiros na idade média”. In: Amílcar Guerra et al - **O touro. Mitos. Rituais. Celebração**. [s.d.], p.81.

³³ Teresa Soares – **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, p.59.

³⁴ Francisco Palha Botelho Neves – **O touro de lide em Portugal**. 1992, p.18.

inclinados para trás, de modo a que ninguém se ferisse. Contudo, nenhuma das hipóteses foi levada por diante e continuou-se a correr toiros em pontas³⁵.

No séc. XVI começam a surgir os primeiros tratados de tauromaquia. No entanto, o mais notável destes tratados, intitulado «*Arte de cavallaria de gineta e esterdiota, bom primor de ferrar e alveitaria*»³⁶, é-nos apresentado um século mais tarde, pela mão do Mestre António Galvão de Andrade, estribeiro mor de D. João IV. Neste documento encontram-se estabelecidas todas as regras que definem o toureio praticado na corrida de toiros à portuguesa. Com o referido tratado, em 1678, D. António de Andrade preconiza a prática do “toureio de frente”.

Durante o período da monarquia dual ocorreram em território nacional várias corridas de toiros que se destacaram pela sumptuosidade e que eram muito apreciadas por Filipe II de Espanha, I de Portugal. Estes espectáculos envolviam um aparato impressionante. Ali estavam as mais prestigiadas figuras do reino e, para as receber, um espaço cuidadosamente adornado com os melhores panejamentos, tapeçarias e os mais caros brocados vindos da Flandres.

Durante estas corridas lidavam-se vinte e trinta toiros, o que as tornava bastante prolongadas. Segundo as descrições referentes a estes espectáculos, podemos entender que eram distintos daquilo que hoje em dia vemos nas arenas: “ (...) As touradas eram, dentro dos vários espectáculos, um dos mais completos. Conjugavam não só a diversão que proporcionavam os touros, mas também cortejos com carros triunfantes, bailes, música e fogo-de-artifício (...)”³⁷.

Para além do número elevado de animais que se corriam, estes espectáculos eram precedidos por cortejos de oficiais, cantares e bailes, finalizando com um desfile de artistas, que se faziam acompanhar por pajens, lacaios e auxiliares de lide. O cortejo era o momento em que cada fidalgo tinha a oportunidade de mostrar a sua importância social perante o reino.

³⁵ Ana Maria S.A. Rodrigues – “Da caça no monte às corridas em campo fechado: como se lidavam toiros na idade média”. In: Amílcar Guerra et al - O touro. Mitos. Rituais. Celebração”. [s.d.], p.77.

³⁶ Fernando Teixeira - **Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural**. 1992, p.37.

³⁷ Jaime B. Ferreira Alves – **Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do séc. XVIII. Subsídios para o seu estudo**. [s.d.], p.24.

Vide anexo I – Descrição de uma corrida de toiros no Terreiro do Paço, Lisboa.

Após as *cortesias*, iniciava-se a corrida. O objectivo do cavaleiro era o de cravar o *rojão*, fosse de que maneira fosse, isto significa que ainda não existia o toureio propriamente dito. Actualmente, tourear significa ter o domínio sobre o toiro, mas também do cavalo, levando a uma simbiose harmónica entre os três protagonistas da “festa brava”: Homem, Cavalo e Toiro.

No intervalo actuavam ainda os “intervaleiros”, que entretinham os espectadores com actos cómicos, muito apreciados, em especial pelas camadas populares³⁸.

Toureio a cavalo e toureio a pé

Durante o reinado de Filipe V de Espanha notaram-se grandes evoluções na lide dos toiros. Os espectáculos iam tornando-se cada vez mais artísticos e menos violentos, começou-se a presenciar um domínio das *montadas*, tornando-se a elegância num ponto de referência destas corridas.

O monarca, contudo, completamente contra aos espectáculos tauromáquicos proibiu o toureio em Espanha.

A proibição acabou por vir contribuir para a distinção entre o tipo de toureio que é praticado em Espanha e o que se pratica em Portugal.

A interdição da lide dos toiros a cavalo no país vizinho levou a que as camadas populares se inclinassem para o toureio apeado, enquanto no território português, o toureio a cavalo foi evoluindo e ganhando cada vez mais notoriedade. A partir do século XVII, a Restauração da Independência (1640) contribuiu para o alvorecer das touradas reais em Lisboa e ao afastamento do toureio apeado que se ia enraizando em Espanha³⁹.

³⁸ Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.122.

³⁹ Fernando Teixeira - *Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural*. 1992, p.35.

O desenvolvimento dos preceitos tauromáquicos em Portugal

À medida que os tempos foram avançando, também os preceitos tauromáquicos foram sendo alterados, de tal modo que no séc. XVIII, os *rojões metálicos* foram postos de lado e passou-se a utilizar bandarilhas de vários tamanhos.

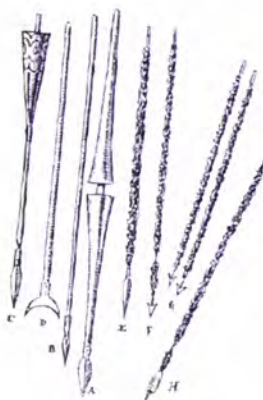


Fig.12 - Evolução dos rojões e das farpas. [s.d]. Coleção Martim Maqueda. António Manuel Morais – **A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno)**. 1992, p.12.

Os toiros, que até então eram corridos sem qualquer tipo de “protecção”, passaram a sair à arena *embolados*. Para uma maior protecção dos artistas, passou a aplicar-se nos cornos dos toiros *bolas de metal*, mais tarde substituídas por protecções em couro, tal como ainda hoje é usual. Este aspecto veio, no entanto, diminuir o nível de emoção que se gerava em torno da corrida de toiros⁴⁰.

Segundo o que nos relata Francisco Botelho Neves, Advogado, Ganadeiro e cronista tauromáquico, no séc. XVIII existia apenas uma ganadaria em Portugal (anteriormente os toiros para as corridas eram fornecidos por carneiros), a do Marquês de Rio Maior. Nesta época, a maioria dos toiros pertencia às ordens religiosas, que os recebiam como forma de pagamento dos dízimos e impostos devidos à Igreja. De entre as várias Ordens destacava-se a dos Dominicanos do Convento de Jericó de Benavente, pela exemplaridade de toiros que possuía. Saliente-se também que a selecção do toiro era um acto pouco comum, e os espectáculos finalizavam com a morte do animal na arena, facto

⁴⁰ Ibidem p.47.

que só teria fim com a proibição das corridas de morte decretada pelo Marquês de Pombal⁴¹.

Ainda no decorrer do séc. XVIII, no reinado de D. José I, intensificou-se o número de corridas⁴² e começaram a despontar os primeiros contornos da organização comercial dos espectáculos. Surgem novos cavaleiros e praças de toiros e começam a aparecer os primeiros toureiros profissionalizados, a maioria deles oriundos da plebe - serviam os cavaleiros fidalgos, logo estavam familiarizados com a preparação dos cavalos de toureio. É também no séc. XVIII que surge em Portugal o primeiro regulamento tauromáquico.



Fig.13 - Cavaleiro português no início do Séc. XVIII. [s.d.]. Gravura. Museu da Cidade de Lisboa.

Legrand, Fernando Teixeira – **Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural**. 1992, p.60.

Nesta época observou-se um progresso na apresentação estética dos cavaleiros, sendo o Marquês de Marialva o responsável por trazer os preceitos da “Alta Escola de Cavalaria” para as arenas portuguesas⁴³.

⁴¹ Francisco Palha Botelho Neves – **O toiro de lide em Portugal**. 1992, p.119.

⁴² Para o séc. XVIII, temos relatos de diversos festejos celebrados com espectáculos tauromáquicos: 1760- casamento da Princesa do Brasil com o seu tio Infante D. Pedro; nascimento do Príncipe da Beira, D. José; nascimento do Infante D. António, Jaime B. Ferreira Alves – **Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do séc. XVIII. Subsídios para o seu estudo**. [s.d.], p.24.

⁴³ Fernando Teixeira – **Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural**. 1992, p.53.



Fig.14 - D. Pedro de Alcântara, Marquês de Marialva (segunda metade do séc. XVIII); Desenho e gravura de Frois, na «Luz da Liberal e Nobre Arte de Cavallaria», 1790, Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol.I. 1953, [s.n.].

No reinado de D. Maria I, filha de D. José, assistimos a uma nova evolução no toureio equestre, pondo-se fim aos vestígios de violência nos espectáculos. Apesar dessas medidas a Rainha mostrou-se pouco simpatizante com os espectáculos tauromáquicos e acabou por proibi-los:

“Faço saber a V. Mercê (...) que passará as ordens mais precisas e sem perda de tempo para proibir que se corram toiros em todas as terras dessa comarca (...) ainda que sejam de farpa, de cajado, ou de cavalo (...) seis meses de prisão no Limoeiro (...) Duzentos mil réis a favor dos presos das enxovias (...) para de uma vez se desterrar o bárbaro e cruel divertimento impróprio de uma nação culta e civilizada”⁴⁴.

Apesar da interdição das corridas de toiros, estas continuavam a decorrer no seio das camadas populares, longe dos “olhares” da lei, o que proporcionou o retorno às práticas mais violentas.

⁴⁴ Ibidem p.55.

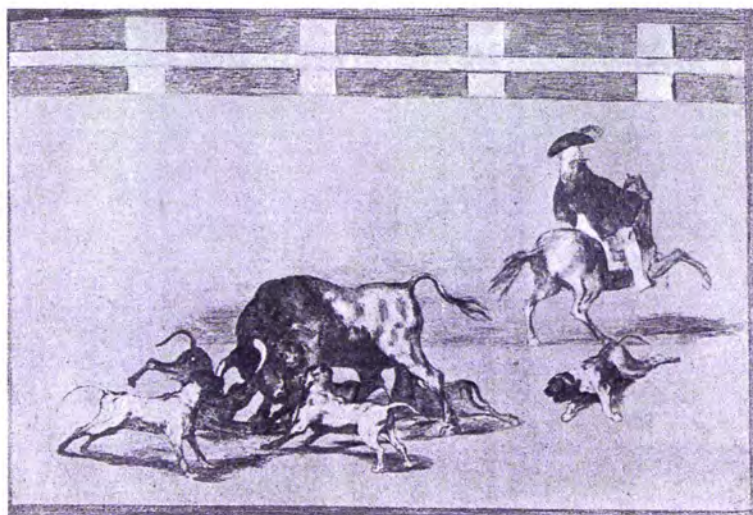


Fig.15 - Representação do costume de lançar cães aos toiros, Água-forte de Goya da série «Tauromaquia». [s.d], Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol.I. 1953, p.73.

No séc. XIX, no reinado de D. João VI, os espectáculos tauromáquicos são postos em causa, mais uma vez, com as sucessivas dificuldades a que o reino foi exposto: Invasões Francesas, a transferência da Corte para o Brasil, a Revolução liberal, etc. Também a “festa brava” sentiu o clima de instabilidade e acabou por sofrer um abrandamento acentuado.

O regresso da Corte a Portugal e o entusiasmo do Infante D. Miguel permitiram restaurar, novamente, as touradas. Por esta altura, a tauromaquia teve grande adesão popular e estabeleceram-se novas regras: os cavaleiros passaram a envergar o “trajo cavalheiresco do séc. XVIII”, as cortesias ganharam outros modos e começaram a surgir novas formas de tourear⁴⁵.

A nobreza tinha as suas manadas de toiros, os “toiros da terra” que lidavam a cavalo. Se por ventura estes toiros se revelassem propícios para a lide, eram toureados novamente noutros espectáculos, prática que só terminou quando o cavaleiro Mestre João Nuncio se negou a tourear toiros já corridos (década de 60 do séc. XX, aproximadamente).

⁴⁵ Ibidem p.57.



Fig.16 - Exemplar de «toiros da terra», fotografia de Carlos Relvas, séc. XIX, Francisco Palha Botelho
Neves – **O toiro de lide em Portugal**. 1992, p.28.

Nesta fase, a preferência dos criadores de toiros recai sobre os toiros mansos, aqueles que eram fáceis de manobrar e bons para trabalhar a terra.

A criação do toiro de lide em Portugal concentrou-se basicamente em quatro zonas: Mondego, Golegã, Vila Franca de Xira e Alentejo. Hoje em dia, a grande predominância concentra-se apenas nas lezírias do Tejo e na Região Alentejana.

Com o fim do Absolutismo tenta-se novamente pôr fim às touradas. D. Maria II chega mesmo a proibi-las em 1836. À semelhança do que havia acontecido anteriormente, a proibição leva a uma regressão dos princípios do toureio, voltando-se a um tipo de divertimento de contornos violentos, todavia, por força de nobres e plebeus, o decreto da proibição foi revogado e a “festa” assumiu novos rumos. Em 1837 a Rainha proclama através de uma lei (lei de 21 de Agosto de 1837) que a receita das corridas em que era cobrado bilhete ao público teria que reverter a favor da Casa Pia de Lisboa, caso o espectáculo ocorresse noutra localidade do reino, o rendimento seria entregue às Misericórdias. Este poderá ser um dos motivos que contribuiu para que as Misericórdias se tornassem que fez das Misericórdias proprietárias de grande parte das praças de toiros nacionais.

Em termos estéticos, a tourada ia ganhando determinação e mostrava-se cada vez mais evoluída. Nesta época começou a notar-se um maior espírito de competitividade entre toureiros, contribuindo, consequentemente, para que a

corrida de toiros ganhasse outra espectacularidade. Em 1871, José Pereira Palha Blanco inicia o apuramento da bravura do toiro de lide, por meio de *tentas*, aplicando os conhecimentos sobre a genética do toiro bravo que havia adquirido em Espanha⁴⁶.



Fig.17 - Picador testando a bravura de uma novilha. *Tentadero de Herdeiros* de Alberto Cunhal Patrício. Fotografia da autora. (2009)



Fig.18 – Teste de capote. *Tentadero de Herds*. Alberto Cunhal Patrício. Fotografia da autora. (2009).



Fig.19 – Teste de muleta. *Tentadero de Herds*. Alberto Cunhal Patrício. Fotografia da autora. (2009).

Em praça aparecem também os primeiros forcados⁴⁷ de forma organizada. A sua figura centra-se na representação da plebe imitando o modo de vestir do povo à época da Idade Média. Em ocasiões anteriores a figura do forcado já se havia feito notar, embora de uma forma um pouco aleatória. Por exemplo, a

⁴⁶ Francisco Palha Botelho Neves – **O toiro de lide em Portugal**. 1992, p.39.

⁴⁷ No Século XIII os grupos de forcados eram profissionais e actuavam em função de uma remuneração (a sua composição não era fixa). No séc. XX começaram a surgir novos grupos de forcados de carácter amador. Hoje em dia só existem grupos amadores (não recebem remuneração individual), Teresa Soares – **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, pp.98, 99.

sua presença foi imprescindível nos festejos pagãos da Alta Idade Média. Nessa época não participavam nas corridas de toiros no papel de artistas⁴⁸, mas sim de defensores do rei e da Corte que se encontrava a assistir ao espectáculo. A defesa era feita por oito fidalgos do séquito real, número que ainda se mantém para se efectuar a péga de caras - a este acto chamava-se *casa-da-guarda*. Também tinham como função encerrar as ruas que davam acesso ao local onde estava a decorrer a tourada, de modo a que os toiros não fugissem.

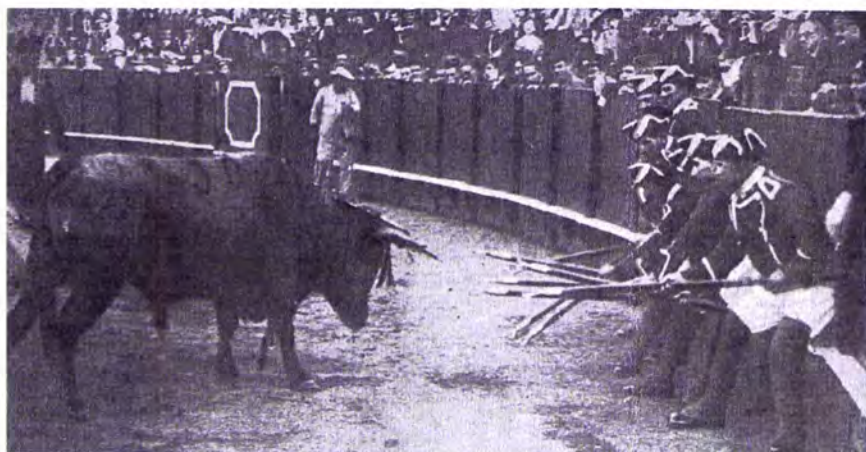


Fig.20 - Representação da «casa da guarda» executada em Espanha, por um grupo de forcados portugueses. [s.d.], Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol.I. 1953, p.264.

Posteriormente, os fidalgos foram substituídos por alabardeiros⁴⁹ que actuavam em bloco, empunhando as suas armas (as alabardas) contra os toiros⁵⁰. Muitas vezes, perante a investida brusca do animal, acabavam por feri-lo ou mesmo abatê-lo, acto que não era bem visto pela nobreza, que detinha para si o privilégio de usar armas para matar os toiros. Deste modo, as “alabardas”⁵¹ foram substituídas pelos “forcados dos mosquetes”, daí a designação de *grupo de forcados* ou *moços de forcados*. Antes de se

⁴⁸ É no reinado de D. João V que as pégas começam oficialmente a fazer parte das corridas de toiros.

Idem p.88.

⁴⁹ Homem armado de alabarda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2004, p.52.

A substituição dos fidalgos pelos alabardeiros terá ocorrido no reinado de D. Pedro II. Apud António Manuel Morais – *Enciclopédia de Tauromaquia*. 1992, p.57.

⁵⁰ Nessa época as operações ficavam a cargo do *alabardeiro-mor*, que terá dado origem ao cargo de cabo. Teresa Soares – **“Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, p.86.

⁵¹ Tipo de arma usada em épocas passadas. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2004, p.52.

designarem moços de forcados foram apelidados de “*monteiros das chocas*”. Esta designação tem a ver com o acto de *mancornar*, que significava derrubar o animal agarrando-o pelos cornos e que possivelmente terá contribuído para o aparecimento da figura do forcado. A actividade ainda hoje é praticada e encontra-se ligada aos trabalhos de índole taurina executados no campo, como a *ferra* do gado, por exemplo⁵². Os animais a serem agarrados poderiam ser mansos ou bravos, os primeiros eram conhecidos como as *chocas*. Poderá ter sido esta designação que levou a que os primeiros forcados a actuarem em praça fossem denominados de “*monteiros das chocas*”.

Há que salientar que a *péga* propriamente dita aparece só a partir do momento em que os toiros passaram a ser embolados, tal como acontece hoje em dia⁵³. Esta foi uma das medidas tomadas para se reduzir a gravidade das *colhidas*, uma vez que os forcados têm uma intervenção directa com o toiro, dado que não usam qualquer tipo de defesa para o enfrentarem, recebendo-o com o seu próprio corpo.

No século XIX, a fatalidade de morrerem forcados na arena era uma ameaça de tal ordem que no reinado de D. Luís, o Governador Civil de Lisboa decreta a proibição de se pegarem toiros no reino⁵⁴.

A *péga* consiste em *citar* o toiro, esperar a sua investida e por fim imobilizá-lo. Para tal, entram na arena oito elementos capitaneados pelo *cabo*; o qual, para além de comandar o grupo, tem também a responsabilidade de o aconselhar consoante as características do toiro a pegar.



Fig.21- Grupo de Forcados Amadores da Chamusca durante o decorrer das cortesias, fotografia da autora, praça de toiros de Abiúl, 2009.

⁵² Jayme Duarte de Almeida – *Enciclopédia tauromáquica ilustrada*. 1962, p.390.

⁵³ Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.174.

⁵⁴ Fernando Teixeira – *Touros em Portugal - um património histórico artístico e cultural*. 1992, p.85.

Dos oito homens, um vai à cara do toiro, o outro toma a posição de *rabejador* e os restantes ajudam na imobilização do animal, sem deixar que o forcado da cara saia do seu lugar, só assim se dá a péga por consumada. Jaime Duarte de Almeida aponta as diversas formas de pegar toiros: de “*caras*” ou de “*cernelha*”. A péga de “*caras*” pode ser executada à *barbela*, à *córnea*, ao *sopé*; de “*costas*” e ainda de “*rabo*”. Há que referir que a péga de “*costas*” é pouco utilizada hoje em dia, enquanto a péga de “*rabo*” caiu totalmente em desuso⁵⁵.



Fig.22 – Péga de caras realizada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca. [s.d.]. Fotografia cedida pelo actual cabo do Grupo.



Fig.23 – Péga à córnea realizada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca. [s.d.]. Fotografia cedida pelo actual cabo do Grupo.



Fig.24 – Péga executada de costas realizada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores de Lisboa. Festa do Forcado, Évora, 2010. Fotografia da autora.



Fig.25 – Péga da cadeira. Representação executada por um elemento do Grupo de Forcados Amadores de Coruche. Fotografia cedida por Gonçalo Cardoso, elemento do Grupo.

⁵⁵ Jayme Duarte de Almeida – **A festa brava. Cartilha do novo aficionado**. [s.d.], pp.82-84. Ver no glossário a descrição das várias formas de pegar toiros.



Fig.26 - Miguel Ribeiro, elemento do Grupo de Forcados Amadores de Coruche, na função de rabejador.
[s.d.]⁵⁶.

Como acima assinalámos, no período Republicano, a tauromaquia começa a depender cada vez mais das empresas comerciais, assim sendo, e com o desejo de obterem um maior lucro, começaram a aparecer toiros já corridos em praça. Esta era sem dúvida uma fraude inaceitável, pois punha em causa a vida dos artistas.

Anos mais tarde, nomes como o de Mestre João Branco Nuncio, Mestre David Ribeiro Telles, assim como Simão da Veiga, vêm trazer um novo significado à “festa de toiros”; ocorria então a época de ouro do toureio a cavalo, dos anos 40-50 do séc. XX. Nesta altura, os primeiros matadores de toiros nacionais já tinham começado a aparecer nas arenas portuguesas.

Na década de 60 do século XX, assistiu-se a nova época esplendorosa do toureio a cavalo, destacando-se os nomes de José Manuel Lupi, D. José João Zoio, José Mestre Baptista, os irmãos Nuncio, Luís Miguel da Veiga, etc.

A cada época foram singrando novas personalidades no meio tauromáquico: João Moura, Paulo Caetano, Joaquim Bastinhas, os irmãos Telles, posteriormente, Luís Rouxinol, Rui Salvador, João Salgueiro, José Manuel Duarte, entre outros nomes que se têm mantido nas arenas até à actualidade⁵⁷.

⁵⁶Fotografia gentilmente cedida por Amorim Ribeiro, actual Cabo do Grupo de Forcados Amadores de Coruche.

⁵⁷ Manuel Nascimento Vasquez Bulhosa – **Um século de toureio equestre em Portugal**. 1996, p.36.

Nos últimos anos, outros toureiros de renome têm surgido, destacando-se alguns deles no feminino, enfrentando um mundo que aparentemente pertencia aos homens, como é o caso de Ana Baptista e Sónia Matias, entre outros.

II. A tauromaquia enquanto património cultural e a importância da sua valorização

II.1. A prática da tauromaquia em Portugal: localização geográfica

A bibliografia alusiva ao tema da tauromaquia aponta para o facto da região Centro-Occidental da Península Ibérica ser aquela que apresenta um maior índice de vestígios arqueológicos relativos à presença do toiro em práticas religiosas,⁵⁸ bem como a que ainda hoje perpétua a relação existente entre o Homem e o referido animal. Esta é por excelência uma zona fértil devido ao clima e à abundância de água, propícia à prática agrícola, daí que a agricultura seja a actividade principal das comunidades que a habitam, característica que favorece a criação do toiro, pois esta encontra-se intimamente ligada ao mundo rural, agrícola:

“ A imagem do toiro de lide remete para o trabalho no campo, para o reino do gado bravo, dos cavalos, das searas e dos domínios onde impera o campino, cuja vida de sacrifícios se encontra fortemente ligada às noções morais e de reprodução social como “sofrimento”, “confiança” e trabalho”⁵⁹.

A domesticação do toiro selvagem na Pré-História veio permitir que o homem se servisse do animal como força de trabalho; desde então ter-se-á estabelecido uma relação telúrica com o animal. A interligação entre o meio agrícola e o pastoril poderá ter a sua génese nos ritos e cultos praticados em torno da figura do toiro, desde épocas ancestrais. Como vimos no capítulo anterior, muitas das ritualidades descritas por diversos investigadores, remetem para o sacrifício do toiro em honra de uma

⁵⁸ Pepe Luís – Ribatejo berço de heróis. 1949, p.59.

Teresa Soares – Homens que pegam toiros em defesa de valores. 2008, pp.37-40, 75.

⁵⁹ João Alves Ramalho – Lugares de encontro (s), tertúlias e outros lugares da tauromaquia. 1999, p.25.

divindade como forma de agradecimento pela fertilidade dos campos e pelas boas colheitas⁶⁰.

A escolha do toiro para o sacrifício poderá estar ligada com o mito da fecundidade que a este se associa em conexão com a terra, entendida como elemento feminino, que após receber a semente dá o “fruto”⁶¹.



Fig.27 - Crença popular, na imagem os cornos do toiro servem de símbolo protector da ceara. [s.d.],
Fernando Teixeira – **Touros em Portugal - um património histórico, artístico e cultural**. 1992, p.26

A memória da relação do sacrifício do toiro com a fertilidade está patente no período em que a época tauromáquica atinge o seu auge, os meses de Verão, por ocasião das festas populares, cujo carácter religioso, à semelhança das festividades agrícolas⁶², visa enaltecer o fecho de um ciclo e agradecer aos padroeiros locais as bênçãos concebidas ao longo do ano.

⁶⁰“Um dos ritos agrários da Magnésia consistia na compra de um touro pela comunidade, na altura da sementeira dos cereais, para ser oferecido a Zeus Sosipolis. Durante o tempo que mediava entre a sementeira e a colheita, o touro era tratado como um Deus. No início da colheita era sacrificado a Zeus durante uma festa, e a sua carne era cozinhada e consumida em banquete ritual por toda a comunidade”, Teresa Soares - **Homens que pegam toiros em defesa de valores**. 2008, pp.75, 76.

É importante referir que este costume ainda hoje subsiste em algumas zonas do país, como é o caso das festas de Barrancos, ou da tourada no Castelo de Monsaraz, em que o toiro é morto no final das corridas e a sua carne dividida pela população.

⁶¹Idem pp.76,77.

⁶² As festas das vindimas ou as adiafas, são exemplos de festividades que encerram o ciclo das colheitas, cujo seu intuito é o de louvar e comemorar, o que a terra e o trabalho ofereceram.



Fig.28 - Fotografia que ilustra uma procissão em que um dos participantes leva uma representação de um toiro, como forma de agradecimento por alguma benesse. [s.d.], Fernando Teixeira – Touros em Portugal - um património histórico, artístico e cultural. 1992, p.24.

Estes são alguns dos aspectos que podem contribuir para a justificação de uma maior atractividade pelas actividades tauromáquicas por parte de regiões como o Ribatejo, o Alentejo ou mesmo algumas ilhas açorianas, pois fazem da terra, do campo, a sua forma de subsistência, o seu modo de vida.

De igual modo, justificamos o facto desta mancha geográfica ser aquela onde se concentra um maior número de praças de toiros e de grupos de forcados, onde estão sediadas a maioria das ganadarias, ou seja onde a *afición* pelo toiro é maior⁶³.

Relativamente à distribuição das praças de toiros em território nacional e embora o nosso objecto de estudo se cinja ao levantamento patrimonial do edificado tauromáquico construído entre os anos de 1850 e 1950, julgamos ser importante apresentar também a distribuição geográfica de todos os tauródromos portugueses para que seja perceptível a sua distribuição e de que modo é que esta tipologia do edificado marca a paisagem no nosso país.

Feito o levantamento, constatámos que a arquitectura tauromáquica marca, de facto, o território nacional, sendo possível identificar cerca de 80 praças de toiros construídas em alvenaria, de Norte a Sul de Portugal, inclusivamente nas ilhas açorianas: Angra do Heroísmo e Graciosa. No entanto, fruto da tradição em torno da figura do toiro, talvez em consonância com as festividades cíclicas

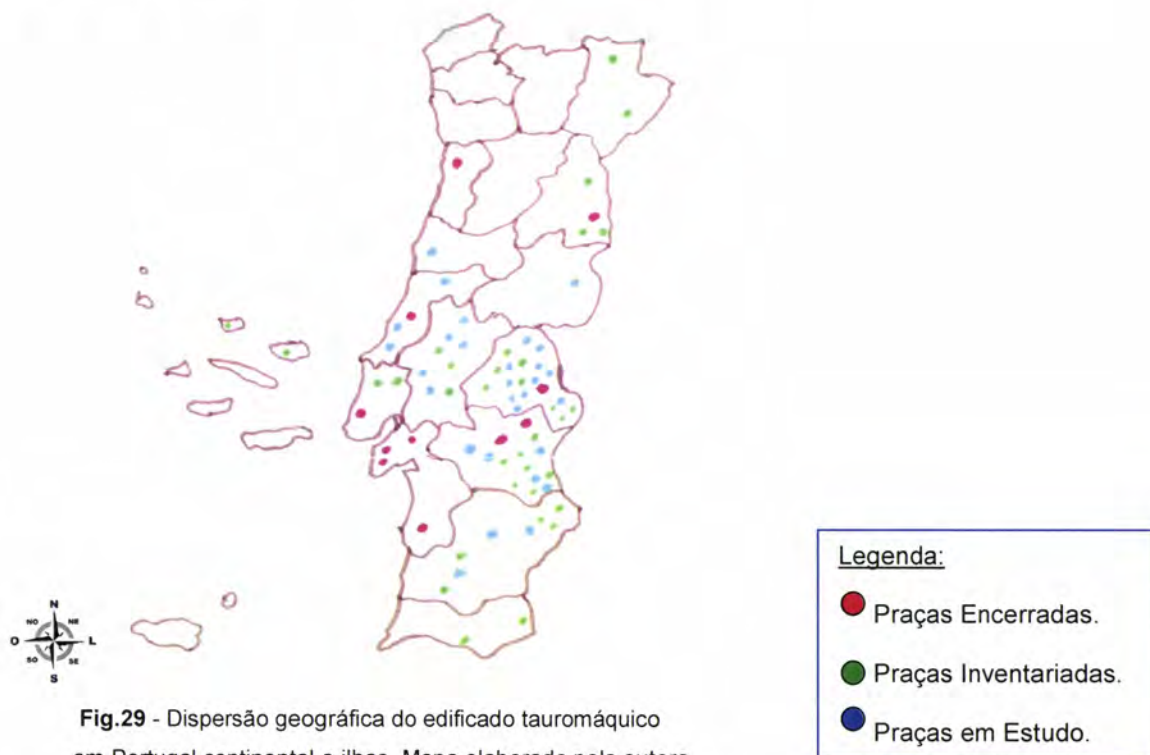
⁶³ Ministério da Cultura – Relatório da actividade tauromáquica 2007 e 2008. Análise comparativa. Divisão de Administração e Gestão, [em linha] «<http://www.igac.ml.pt>». (acedido em 05/10/2009).

ligadas ao cultivo da terra, destacamos a Região do Alentejo como aquela onde se regista um maior número de espaços tauromáquicos (cerca de 42 tauródromos).

A edificação de praças de toiros em zonas onde não parece existir tradição tauromáquica prende-se com questões turísticas, de lazer. Deste modo, não nos surpreende a existência de praças de toiros em localidades ligadas a estâncias balneares ou a espaços termais como é caso da Nazaré, Pova do Varzim, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, etc.

Segundo António Rodovalho Duro, durante alguns anos o Algarve foi a única região do país onde os espectáculos tauromáquicos não tiveram grande aceitação⁶⁴. Mais uma vez, foi a vertente turística que impulsionou a construção de praças de toiros e levou às localidades algarvias a actividade tauromáquica.

Vejamos então a dispersão geográfica das praças de toiros em território continental e ilhas.



Optámos por assinalar a vermelho às praças de toiros que já não se encontram no activo, como é o caso da praça da Azaruja, Estremoz, etc., a verde todas as praças que se encontram no activo mas que não entram na cronologia que nos

⁶⁴ António Rodovalho Duro – **História do toureio em Portugal**. 1907, p. 16.

propusemos estudar, e a azul foram assinaladas as praças de toiros que são o nosso objecto de estudo (fundadas entre 1850-1950).

II.2. A tauromaquia enquanto elemento de cultura

Uma das formas de reconhecimento da identidade de um povo passa pela observação dos seus modos de vida, dos seus costumes e das suas tradições, factores que lhe conferem valor.

Em tempos de modernidade, e perante uma sociedade predominantemente industrializada, torna-se difícil encontrar indícios do que foram um dia os modos de vida do mundo rural. As práticas quotidianas, específicas de uma determinada zona, de um determinado grupo, quando se repetem no tempo longo, conferem identidade e são elemento de cultura.

A tauromaquia expressa a vida rural, ou seja, o modo de vida daqueles que no seu dia-a-dia se dedicam ao cultivo dos campos e ao maneio do gado. A *corrida de toiros*, as *largadas*, as *picarias*, a *tourada à corda*, a *condução de cabrestos* são algumas das manifestações taurinas que, para além de representarem costumes, servem de marco festivo no seu carácter profano ou religioso, e assumem importância enquanto manifestação cultural; por isso achamos importante mostrar em anexo a representação dos diferentes espectáculos tauromáquicos que acabámos de referir⁶⁵. Geralmente, são as festividades cíclicas, de carácter popular, aquelas que não dispensam a presença do toiro.

Como exemplo dessa realidade temos: as “Festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo” em Coruche, que ocorrem em Agosto; as “Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem” na Moita, que ocorrem em Setembro; as “Festas em Honra de Nossa Senhora das Candeias” em Mourão, que decorrem em Fevereiro; entre muitas outras espalhadas pelo nosso país. Como podemos observar, as festas onde a figura do toiro é indispensável não se resumem aos meses de Verão. A temporada tauromáquica inicia-se no dia 1

⁶⁵ Vide anexo II - Imagens de diferentes espectáculos tauromáquicos.

de Fevereiro, em Mourão, e termina no dia 1 de Novembro, no Cartaxo. Os meses de Dezembro e Janeiro são os únicos em que não se regista este tipo de manifestações culturais.

Mas a tauromaquia não se resume ao espectáculo que é a corrida de toiros. Julgamos que o espectáculo, só por si, denota o valor cultural e histórico, na medida em que representa os costumes herdados dos nossos antepassados: “ Os toiros deram lugar a uma multiplicidade de criações estéticas e culturais de valor inegável (...) são cultura e servem para conhecermos a nossa psicologia colectiva. O toiro tem raízes muito profundas com a peculiar vivência do homem (...)”⁶⁶.

Esse valor deve-se a uma série de outros fenómenos que o enriquecem e lhe dão sustentabilidade: “ (...) não se pode entender e amar uma forma artística sem, antes de tudo, a sentir. Todavia, não é suficiente sentir através do que o nosso olhar descobre; é preciso compreender o que se faz e como é feito (...)”⁶⁷.



Fig.30 - Povo a assistir a uma entrada de toiros, gravura. Colecção Palhares. [s.d], Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro.**Vol.I.1953, p.79

A tauromaquia só pode ser entendida como parte integrante do património nacional quando interligada com a comunidade e com o território, daí que a expressão tauromáquica tenha maior notabilidade nas regiões Centro e Sul de

⁶⁶ Andrés Amorós – **Toros y cultura**. 1987, p. 22.

⁶⁷ Leopoldo Nunes – **A arte, o gosto e a amargura de ser aficionado tauromáquico**. 1965, p.3.

Portugal, não sendo esta uma “festa nacional”, como acontece em Espanha: “A sobrevivência de qualquer actividade depende, antes de mais, da sua capacidade de interligação com o meio envolvente. O espectáculo tauromáquico em Portugal, ao contrário do que acontece em Espanha, não é considerado “Festa Nacional”⁶⁸.

Há que salientar que mesmo dentro da mancha geográfica considerada “tauromáquica”, as diversas actividades culturais de índole taurina têm uma aceitação diferente de região para região, facto que se explica através do reconhecimento, por parte das populações locais, dos seus modos de vida, ou seja, cada actividade tem características próprias e retratam de forma diferente os costumes que nelas estão incutidos.

No Ribatejo, por exemplo, não faltam encenações do modo de vida dos campinos. O maneio do gado⁶⁹ é um aspecto simbólico assumido como de tradição ribatejana que figura como “cabeça de cartaz” nas Festas do “Barrete Verde” em Alcochete (existentes desde 1941) ou do “Colete Encarnado” em Vila Franca de Xira (existentes desde 1932): “ (...) Estou a falar do Colete Encarnado que é, sem sombra de dúvida, a Festa mais importante do Ribatejo. Faz parte da nossa identidade e ajuda a afirmá-la em cada ano que passa (...)”⁷⁰. Esta é, sem dúvida, uma forma de “ritualização” que preserva aquilo que o povo ribatejano considera como uma sua tradição.

⁶⁸ Paulo Pereira – “O espectáculo tauromáquico no limiar do III milénio”. In: Leopoldo Nunes – A arte, o gosto e a amargura de ser aficionado tauromáquico. 1965, p.44.

⁶⁹ Antigamente, os touros eram conduzidos pelos campinos a pé com o auxílio de um jogo de cabrestos para as corridas ou quando mudavam de pastagem: “Os touros partem de Vila Franca de Xira a pé na 4ª feira de manhã e ficarão na Herdade Chalrito até à corrida”, António Maria Costa – **Tauromaquia**. O jornal d’ Estremoz. Semanário político, literário e noticioso. Nº 896. 27 Agosto 1904.

⁷⁰ Maria da Luz Rosinha – **75 anos do Colete Encarnado/ 75 anos do Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira**. Jornal das Exposições. Julho de 2007.



Fig.31 - Cartaz da primeira festa do Colete Encarnado, 1932. Acervo fotográfico do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. **75 anos do Colete Encarnado/ 75 anos do Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira.** Jornal das Exposições. Julho de 2007.

Segundo o antropólogo Aurélio Lopes: “Fruto de necessidades de cunho folclórico, o campino foi elevado à situação de símbolo e modelo de virtudes do homem ribatejano; valente, austero, impetuoso, sempre pronto a afrontar o perigo a qualquer preço e sem olhar para trás⁷¹”. Podemos dizer que a própria indumentária (festiva) do campino, bem como os adereços das suas “montadas”, se encontram entre os arquétipos da imagem da nacionalidade portuguesa. Em qualquer lugar onde um campino se apresente é de imediato reconhecida a sua nacionalidade pelas cores e pelo seu fardamento, pois estes são elementos únicos e característicos da região ribatejana.

No Alentejo, não encontramos representações do género das que acabamos de referir, simplesmente porque as práticas que lhes estão subjacentes não fazem parte do modo de vida e de sentir dos alentejanos. A sua preferência vai para as *largadas* e corridas de toiros: “Ora se o touro tem o seu habitat no meio rural, se o homem está habituado a lidar com ele nesse meio, a existência de “jogos ou diversões” que envolvam estes dois elementos é óbvia⁷²”.

Também no Norte de Portugal encontramos locais onde a *afición* pelas tradições tauromáquicas é notória, como é o caso da Povia do Varzim ou da Figueira da Foz. Logo, podemos dizer que um pouco por todo o território português encontramos vínculos com a tauromaquia, sendo este o fenómeno

⁷¹Aurélio Lopes - *Vale de Santarém, uma comunidade em mudança*. 1986, p.223.

⁷²Teresa Soares – *Homens que pegam toiros em defesa de valores*. 2008, p.77.

que poderá fazer da arte tauromáquica memória colectiva dessas populações. Desta abordagem, concluímos que a cultura de determinadas regiões nacionais se encontra intrinsecamente ligada ao toiro e às actividades culturais e festivas subordinadas à sua figuração: “ A História de um Povo faz-se de Passado, Presente e Futuro. Faz-se das memórias que nos transmitiram os que vieram antes de nós e da convicção clara que há tradições que vale a pena não perder, que vale a pena reforçar (...)”⁷³.

A tauromaquia não pode ser vista apenas como um divertimento, é importante desmistificar o que existe para além do espectáculo – Andrés Amorós – refere que: (...) o mundo do toiro manifesta-se na arena, mas vai muito além dessas meras horas de espectáculo”⁷⁴. Dentro do meio tauromáquico, tudo se processa de forma “artesanal”, seguindo os preceitos herdados de outrora. Podemos afirmar que esta é uma das poucas actividades que em tempos de modernidade se move segundo princípios ancestrais: “O mundo da tauromaquia é baseado no respeito pelas tradições, pelos mais velhos, pela sapiência de uma arte centenária. Tudo é feito a preceito, como era há dez, vinte, trinta anos”⁷⁵.

O facto de a tauromaquia ser uma arte que dá a conhecer expressões, rituais, artefactos e técnicas de trabalho ancestrais poderá conceder-lhe o valor que faz com que seja reconhecida como parte integrante da herança histórica e cultural do povo português⁷⁶.

A tauromaquia, no entanto, não se restringe à dimensão do património intangível, pois associado a este, encontramos uma outra tipologia patrimonial, onde se insere o tangível. Neste caso o ícone que mais evidencia e representa o meio tauromáquico em cada localidade é a praça de toiros. O “palco” final de todas as outras realidades, as praças de toiros, não só marca o território, como também denuncia a *afición* que ali se vive.

⁷³ Maria da Luz Rosinha – **75 anos do Colete Encarnado/ 75 anos do Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira**. Jornal das Exposições. Julho de 2007.

⁷⁴ Andrés Amorós – **Toros y cultura**. 1987, p. 22.

⁷⁵ Marta Curto – **As últimas 24 horas da vida de um touro**. Grande Reportagem. Ano XV. 3ª série. 25 de Setembro de 2004, p.45.

⁷⁶ Em Portugal, e segundo a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, cujos conteúdos visam estabelecer as bases de protecção e valorização do Património, devem ser preservados todos os testemunhos que apresentem um valor relevante para o reconhecimento da identidade de um povo, seja este valor cultural, histórico, arquitectónico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico, paisagístico, etc. Portugal. Assembleia da Republica. Decreto-Lei nº. 107/01 – Lei de bases do Património Cultural Português. DR I Série – A.

II.3. A corrida de toiros: sua caracterização

A organização de uma corrida de toiros envolve uma série de antecedentes, como a criação do toiro de lide, o ensino dos cavalos e um conjunto de outros procedimentos, todos pensados para que o espectáculo decorra da melhor forma.

Dentro da categoria dos espectáculos tauromáquicos não estão apenas as corridas de toiros, também temos as *novilhadas*, as *novilhadas populares* e as *variedades taurinas*. No entanto, neste capítulo iremos abordar apenas o espectáculo da corrida de toiros. As corridas de toiros podem ser mistas ou não. Em Portugal, dentro deste espectáculo, há que estabelecer a distinção entre a corrida de toiros à portuguesa e a corrida de toiros de gala à antiga portuguesa.

II. 3.1. Sequência e estrutura de uma corrida de toiros à portuguesa

Em primeiro lugar a empresa responsável pela organização do espectáculo desloca-se à ganadaria que elegeu para a compra dos toiros, a fim de os escolher (geralmente este processo decorre alguns meses antes da data do espectáculo, para que os animais tenham tempo se compor fisicamente). Também são estabelecidos os contactos com os toureiros e forçados a actuarem no espectáculo.



Fig.32 - Escolha dos toiros para uma corrida, campos da Golegã. Fotografia de Carlos Relvas, séc. XIX, Francisco Palha Botelho Neves – **O toiro de lide em Portugal**. 1992, p.30.

O sorteio:

No dia da corrida, o ritual inicia-se com o sorteio das reses, o sorteio é sempre feito 5 horas antes da hora do espectáculo: “ Meus senhores, quem não é dos curros é favor sair daqui para procedermos ao sorteio”⁷⁷.

Um representante de cada artista, e da ganadaria (no mesmo espectáculo podem estar toiros de diversas ganadarias), assim como o Director de corrida e o veterinário, observam os toiros, depois fazem blocos de dois para cada toureiro, sendo os blocos equilibrados em casta, peso, idade e forma de armação. De seguida, o representante do toureiro mais velho escreve os lotes em pequenos papéis que são colocados dentro de um saco escuro, os papéis são retirados, primeiro pelo bandarilheiro mais velho e assim sucessivamente.



Fig.33, 34 - Sorteio. [s.d], João Aranha – Tauromaquias - um olhar diferente sobre a festa de toiros em Portugal. 2005, pp.52, 53

Feito o *sorteio*, os toiros são *embolados* e é-lhes colocada a *divisa* da ganadaria a que pertencem e assim permanecem até à hora do espectáculo.

⁷⁷ Marta Curto – *As últimas 24 horas da vida de um touro*. Grande Reportagem. Ano XV. 3ª série. 25 de Setembro de 2004, p.45.



Fig.35 - Embolamento de um toiro. [s.d], João Aranha – **Tauromaquias - um olhar diferente sobre a festa de toiros em Portugal**. 2005, p.55.

As cortesias:

O espectáculo inicia-se com as *cortesias*. Nelas entram todos os intervenientes directos na corrida, que se dispõe em filas paralelas em frente ao camarote presidencial (onde se encontra o director de corrida, o veterinário, o cornetim e um agente da autoridade). Em primeiro lugar ficam os bandarilheiros, depois os forcados seguidos pelos moços de arena e os campinos.

Ao primeiro toque do cornetim, que é dado pelas ordens do director, abrem-se as portas do pátio de cavalos. Entram os cavaleiros, que formam uma só linha, ao meio. Os mais antigos são ladeados pelos que se seguem em antiguidade⁷⁸, da direita para a esquerda, alternadamente. Avançam até ao meio da arena, aí tiram o chapéu e baixam a cabeça em sinal de respeito e da mesma forma recuam até à porta da entrada. Segue-se o cumprimento ao público (trocando de posição de forma alternada) e chegando novamente junto do camarote do presidencial voltam a saudar o dirigente do espectáculo e recuam novamente até à porta por onde haviam entrado. Os restantes intervenientes avançam em direcção ao director de corrida, saúdam-no e saem da arena para ocuparem os respectivos lugares. A própria “indumentária”

⁷⁸ A antiguidade de um toureiro tem a ver com os anos de alternativa que tem. A alternativa é uma cerimónia idêntica ao “armar cavaleiro” da Idade Média. O toureiro escolhe outro de alternativa já consumada para seu padrinho. O padrinho, por sua vez, toma a responsabilidade de assumir diante do público a aptidão do seu afilhado para se tornar cavaleiro profissional. A cerimónia é acompanhada por um júri, que confirma ou recusa a alternativa do toureiro.

usada pelo cavalo nas cortesias é especial, pois apresenta riqueza e luxo. O arreio utilizado neste cerimonial é revestido de veludo, bordado a ouro ou prata. O *guarda-perna* e o *xairel* também são de veludo e bordados. Os estribos, feitos de pau-santo ou magno, são engalanados com efeitos em bronze cinzelado. A cabeça é ornamentada com um penacho de penas de avestruz coloridas. Pendente do *rabicho* usa uma *rabeira*, trata-se de um laço de seda com fitas coloridas que caem sobre o rabo do cavalo. As crinas são entrelaçadas com fitas iguais às que se aplicam na *rabeira*⁷⁹.

Início da lide:

Um novo toque e entra na arena o cavaleiro mais antigo a cavalo. Do seu lado esquerdo, a pé, estão os restantes cavaleiros em fila e por ordem de antiguidade. O primeiro *ferro* é trazido por um dos bandarilheiros do cavaleiro, que se desloca desde a presidência, atravessando a arena até chegar junto dele. Nessa altura entrega o *ferro* ao segundo cavaleiro mais antigo, que tira o *tricórnio* e entrega o *ferro* ao cavaleiro que irá actuar em primeiro lugar. Este ao entrar na arena tira o *tricórnio* e passa-o para a mão esquerda, levando a mão direita às costas para receber o *ferro*. O *ferro* é passado por cima da *garupa* do cavalo e colocado na mão esquerda, a direita fica disponível para cumprimentar os seus colegas e, por fim, o seu bandarilheiro.

De seguida, os intervenientes saem da arena, com excepção do primeiro cavaleiro e do bandarilheiro. Depois de experimentar o piso, o cavaleiro coloca-se junto da trincheira, olha para o *Inteligente*, tira o *tricórnio* e pede que este mande sair o toiro (o cerimonial é repetido para cada toiro da corrida). O director manda o cornetim tocar para que se abra a porta dos curros e saia o toiro. Do lado de fora da trincheira um bandarilheiro lança-lhe o capote, induzindo o toiro na direcção do cavaleiro. O bandarilheiro que se encontra dentro da arena dá alguns lances de capote para que o cavaleiro se aperceba do comportamento do toiro. O bandarilheiro sai da arena (só volta a entrar

⁷⁹ Depois de feitas as cortesias, os cavalos usados durante a lide dos toiros apresentam-se do seguinte modo: usam arreio da corte de Luís XV de França – “arreio de Guérinière”. A sela é composta por peitoral e rabicho atrás. Sobre a zona dos rins coloca-se um *xairel* em pele com pêlo. Usam cilha e contra-cilha, os estribos são de madeira e ferro. A cabeçada é de uma só focinheira, o freio é simples sem *bridão* e com uma só rédea, ornada com fivelas. Este seria o tipo de arreio usado em combate na Idade Média.

quando o cavaleiro o solicitar, ou caso haja algum percalço durante a lide) e o cavaleiro inicia a sua lide.

O decorrer da lide:

Como se pode constatar em anexo⁸⁰, a lide passa por várias fases: primeiro, o cavaleiro tenta captar a atenção do toiro, fixando-o no cavalo, depois pára-o e de seguida toureia-o, ou seja o cavaleiro deve entender as características do toiro para que possa proporcionar uma boa lide. As sortes aplicadas têm a ver com as características do animal e com o perfil de cada toureiro⁸¹. A *sorte* é o procedimento que o cavaleiro toma e que lhe permitirá cravar a bandarilha.

Geralmente, cada lide é composta por 5 sortes, o que equivale à colocação de 3 ferros compridos e 2 curtos⁸². Pode o director de corrida não autorizar este número de ferros, se for detectado que o toiro não tem condições físicas para continuar a ser lido⁸³.

⁸⁰ Vide anexo IV - Fotografias ilustrativas das cortesias de uma Corrida de Toiros à Portuguesa e decorrer da lide.

⁸¹ Durante a lide, o cavaleiro pode optar por executar diferentes sortes. Dependente da localização da arena onde a sorte é executada temos a: "sorte gaiola" ou "à porta gaiola", "sorte ao sesgo", "de largo", "em curto" e de poder-a-poder". Estando o toiro em movimento ou parado: sortes "recebendo", "acometendo", "a dois tempos", "em terrenos cambiados", "galeando". Segundo a posição do toiro dentro da arena: sortes "por dentro", "por fora", "de dentro para fora", "de fora para dentro", "nos médios", "nos tercios", "em tábuas". Posição relativa entre toiro e cavalo: sortes - "de caras", "à tira de frente", "à tira perpendicular", "à meia-volta" e "à garupa". Ver no glossário a descrição de cada uma das sortes. Vide anexo III – Execução de algumas das sortes mencionadas.

⁸² Os ferros compridos possuem uma haste de madeira comprida que mede 1m 40cm, armada com arpão de duas farpas. Ao partirem soltam uma bandeirola de papel, ficando uma parte da bandarilha na mão do cavaleiro e a restante no toiro; os curtos medem cerca de 80 cm, armados de arpão de uma só farpa, são enfeitados com papel de seda recortado. Pode ainda o cavaleiro optar por colocar um par de bandarilhas. Neste caso, a medida das mesmas deve corresponder a 90 cm, ou um ferro de palmo, que serve apenas de adorno e, tal como o nome indica, tem o tamanho de um palmo. O cavaleiro pode ainda optar por colocar em simultâneo um par de bandarilhas, sendo o cavalo conduzido apenas com as pernas e os pés, enquanto que as rédeas são amarradas aos calções. "A ferragem é fornecida, junto dos curros, pelo embolador aos moços de cavalos e moços de espadas, sendo entregue por estes aos lidadores em zonas fixas da trincheira, definidas pela DGEDA e devidamente assinaladas". **Decreto-lei nº 306/91, de 17 de Agosto – Regulamento Tauromáquico**, [em linha] «<http://toureio.no.sapo.pt/principais/regulamento.htm>» (acedido em 23/11/08).

⁸³ Dentro do tempo de lide, que não deve exceder os 10 minutos - caso se ultrapasse o tempo limite, o cornetim dá um toque, que corresponde ao primeiro aviso, alertando o cavaleiro que se deve retirar - o Director pode conceder mais ferros que os 5, se o público se mostrar agradado com o desempenho, tanto do toureiro, como do toiro.

O número de toiros a serem lidados por cada cavaleiro varia consoante o *cartel* anunciado. Pode ainda dar-se o caso de dois cavaleiros lidarem o mesmo toiro em simultâneo, ou seja a lide pode ser executada a solo ou a duo.

Terminada a lide a cavalo, segue-se a péga. Uma péga não pode exceder 5 minutos e 3 tentativas; caso ultrapassem o tempo estipulado, o director de corrida dará o primeiro aviso aos 2 minutos seguintes e o segundo aos 4 minutos, sendo o toiro recolhido de seguida, mesmo sem ser pegado. A concretização da péga é feita com o auxílio de um bandarilheiro, correspondente à *quadrilha*⁸⁴ do toureiro que lidou o toiro, que tem por dever colocar o toiro no sítio designado pelo *cabo* ou o forcado a pegar.

Depois de concretizada a péga, saem à arena os campinos com um jogo de cabrestos para recolherem o toiro. Um jogo de cabrestos é geralmente composto por 7 reses, a recolha pode ser feita a pé ou a cavalo.



Fig.36 – Recolha do toiro feita a cavalo. Fotografia da autora. (2009).



Fig.37 – Recolha do toiro feita a pé. Fotografia da autora. (2009).

Uma vez recolhido o toiro, o cavaleiro volta à arena acompanhado da sua *quadrilha* juntamente com o forcado, depois de saudarem o director passam a dar a volta a arena para agradecerem os aplausos do público. Se a intervenção do cavaleiro ou do forcado não for no mínimo, razoável, este não deverá sair à arena para receber os aplausos. Caso o toiro tenha demonstrado um comportamento exímio durante a lide, também o ganadeiro, ou o seu representante, deverá dar a volta à arena. Tal como referimos, o ritual é sempre o mesmo para cada actuação.

⁸⁴ Uma *quadrilha* é, geralmente, composta por bandarilheiros em número igual ao de reses a lidar.

Findo o espectáculo, todos os intervenientes abandonam o recinto, pedindo permissão ao *Inteligente*.

II.4. Corrida de toiros de gala à antiga portuguesa

Uma corrida de toiros de gala à antiga portuguesa processa-se, exactamente da mesma forma que uma corrida de toiros à portuguesa, com excepção do cerimonial das *cortesias*. Para uma melhor compreensão dos preceitos aplicados no referido cerimonial, resolvemos colocar em anexo uma sequência de fotografias que o ilustram⁸⁵.

A corrida de toiros de gala à antiga portuguesa é uma representação da tourada real praticada no séc. XVIII (reinado de D. João V). As *cortesias* deste espectáculo obedecem a uma série de encenações que retratam os contornos do espectáculo tauromáquico de há três séculos atrás. O ritual, preservado ao longo dos tempos evoca grande valor histórico, assim como os trajes, a pompa com que os cavaleiros são recebidos, a representação do “bando”, formam um conjunto de elementos simbólicos que revelam precisamente esse valor.

Tal como na corrida à portuguesa, este espectáculo inicia-se com as *cortesias*. O primeiro interveniente a entrar em praça é o “neto”, que representa a autoridade, era esta a personagem que fazia chegar as ordens do rei aos artistas durante a corrida. Hoje em dia, o “neto” retira-se da arena logo após as *cortesias*. No entanto, no séc. XVIII, permanecia aí durante todo o espectáculo. Julga-se que a designação de “neto” advém do apelido de um Meirinho do Rei D. José, que representava a autoridade nas corridas reais e assim se foi adoptando o nome, que permaneceu até hoje.

Esta personagem entra na arena a cavalo e dirige-se ao camarote presidencial fazendo a devida saudação, seguidamente entram os seus pajens, que se perfilam em linha recta, três de cada lado da porta dos cavalos. Dois desses pajens dirigem-se ao “neto”, num acto de vassalagem: um recebe o *tricórnio* e o outro recebe uma espécie de capa. Sucede-se a entrada dos oito “chameleiros”. Estes homens constituem o “bando” apresentam-se tocando trompetes a cavalo e tinham como função anunciar a corrida. Depois de darem

⁸⁵ Vide anexo V - Fotografias ilustrativas das cortesias de uma Corrida de Toiros de Gala à Antiga Portuguesa.

uma volta à arena ficam perfilados em meia-lua de cada um dos lados da trincheira⁸⁶.

Reaparece o “neto”, que se dirige à porta dos cavalos e faz entrar os “porta-estandartes” – no séc. XVIII a nobreza mandava os seus representantes levarem os estandartes com os brasões, numa espécie de desfile da riqueza e da importância de cada nobre, perceptível através do seu estandarte. Depois de entrarem na arena, formam duas filas verticais, lado a lado, que se vão cruzando à medida que vão avançando. Eis a vez de entrarem os pajens dos cavaleiros, que se perfilam atrás dos pajens do “neto”. Seguidamente, entram os coches que transportam os cavaleiros. Estes param junto à presidência, saem os cavaleiros e cumprimentam o director de corrida.

Cada vez que um novo interveniente entra na arena, o “neto” faz o trajecto entre a porta dos cavalos e o camarote presidencial, anunciando a presença do mesmo – actualmente o director de corrida substitui o rei a dar as ordens. Na arena entram também quatro cavalos, que simbolizam os cavalos de combate. Todos os intervenientes vestem a rigor, envergando o traje usado no séc. XVIII. Depois deste cerimonial, os intervenientes vão-se retirando pela mesma ordem que foram entrando. Já com a arena desocupada, o “neto” manda entrar os forcados com a “azémola” das farpas. Ou seja, dois forcados trazem uma mula engalanada que transporta as farpas dentro de dois baús, atrás figuram os cabos de cada grupo. Todos os forcados usam chapéu e o respectivo *forcado* na mão, à excepção dos que conduzem a mula. As caixas das farpas são descarregadas e como a mula não é um animal dito “nobre”, não deverá permanecer muito tempo na arena saindo o mais rápido possível picada pelos moços de forcados. A cerimónia só termina, depois da mula sair e o “neto” se dirigir ao director de corrida para receber as chaves que irão abrir as portas dos curros. Estas são atiradas para dentro do chapéu do “neto”, que as entrega aos moços de curros. Seguidamente, são feitas as cortesias habituais da corrida de toiros à portuguesa. Uma vez terminadas, inicia-se o espectáculo propriamente dito.

⁸⁶ O “bando” era composto por um conjunto de homens que andavam pelas ruas a anunciar algum evento ou notícia, o nascimento de algum príncipe, por exemplo. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves – **O bando**. In: **Festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do séc. XVIII. Subsídios para o seu estudo**. [s.d.], p.14.

II.5. Protagonistas e hierarquias

Numa corrida de toiros, todos os intervenientes, sejam eles directos ou indirectos - porteiros, bilheteiros, arrumadores, músicos, polícias, bombeiros, enfermeiros, médicos, e veterinários, moços de arena, moços de curro, embolador, distribuidores de bandarilhas, campinos, forcados, bandarilheiros, cavaleiros, director de corrida e o cornetim - têm a sua importância. No entanto, a importância é maior ou menor consoante o cargo ou função que essa pessoa desempenha dentro da praça. De entre aqueles que não intervêm dentro da arena destacam-se as presenças do director de corrida, que preside ao espectáculo, do veterinário, que atesta a integridade física do animal, do cornetim, que actua sob as ordens do director, e da autoridade. Para este conjunto de intervenientes, existe um camarote privativo. A banda também tem um papel fulcral num espectáculo tauromáquico (a sua presença é obrigatória por lei), devendo tocar durante as cortesias, durante o decorrer da lide e no momento em que os intervenientes dão a volta à arena para receberem os aplausos (sempre que o director de corrida o determinar). Visto que o director de corrida não se encontra perto da banda, a ordem para que a banda toque é dada por meio de um lenço branco que o dirigente estende à sua frente no momento em que os músicos devem intervir. Entre os protagonistas da corrida de toiros, e de uma forma hierárquica, destacam-se os cavaleiros, seguidos pelos seus bandarilheiros, os forcados e os campinos. A importância de cada um destes intervenientes distingue-se não só pelo trato que lhes é dado e pela forma como se apresentam em praça, mas também pelos seus trajes. O **cavaleiro**, descendente de uma linha fidalga, ocupa uma posição de destaque e veste o traje semelhante ao que era usado no séc. XVIII, que tem sido adaptado consoante as épocas e o gosto dos cavaleiros. O cavaleiro usa um chapéu denominado *tricórnio* (outroa usou-se um penacho em vez do tricórnio), que é ornado com plumas de avestruz e com um escudo de família, caso o cavaleiro fosse nobre (hoje em dia usa-se um escudo de fantasia). Veste camisa de rendas ou folhos, que com o decorrer dos tempos passaram a ser aplicados directamente nos punhos da casaca, e no próprio colete. Do bolso direito da casaca emerge uma renda que simula um lenço.

A casaca é de seda ou veludo, debruada com galões e bordada a ouro ou a prata. Os botões são de filigrana de ouro ou prata. O comprimento da casaca também foi sendo alterado, umas vezes mais curta outras mais comprida. Nas costas da casaca é colocado um laço preto que simboliza aquele que se usava nas cabeleiras, hoje completamente em desuso.

O calção, que foi de seda hoje é de lã de cor clara. Usa meia acima do joelho, bota alta de calfe preto e salto de prateleira. Na bota usa também espora à portuguesa, de roseta, geralmente de prata, com correia de fivela quadrada⁸⁷. Concluindo, um cavaleiro tauromáquico veste como um verdadeiro fidalgo.



Fig.38 – Indumentária de um cavaleiro profissional.
Cavaleiro José Manuel Duarte. Fotografia de
Joaquim Mesquita. Santarém, (2006).



Fig.39 - Indumentária de um cavaleiro amador.
Cavaleiro Alexandre Gomes. Fotografia cedida
pelo cavaleiro. [s.d.].



Fig.40 - Pormenor do arreio do cavalo durante as cortesias, diferente do que é utilizado no decorrer da lide, cavaleiro Manuel Caetano, fotografia da autora, (2007).

⁸⁷ Em festivais, um cavaleiro enverga o chamado *traje curto*, que é composto por chapéu de aba larga, camisa de colarinho direito e revirado, fechado com dois botões duplos, peitilho de rendas, de bofes de pregas, ou liso, de tecido branco. O colete pode ser de corte direito ou cavado, a condizer com a jaqueta. A jaqueta é um casaco curto que não desce abaixo da cintura do cavaleiro. Usa calça justa de côs alto, com faixa de tecido ou um lenço de ramagens à cintura. Pode usar a bota de cano alto ou o botim a meia canela, com esporas de fivela ou de mola, sem correias. Só os cavaleiros praticantes, categoria que antecede a profissional, podem usar a casaca e tricórnio e fazer as cortesias com arreio de cortesias.

Quanto ao traje usado pelos **bandarilheiros**, o actual nada tem de nacional, pois trata-se de uma apropriação do traje que os bandarilheiros espanhóis usam. Esta indumentária é composta por camisa branca, gravata, colete, jaqueta e calções, meias claras (geralmente cor-de-rosa), sapatilhas e um chapéu que se denomina de *montera*. Ainda fazem parte deste traje, uma faixa (colocada na cintura), a *coleta* e o *capote de passeio* (também este traje foi sofrendo alterações)⁸⁸.

Enquanto um matador de toiros pode optar por adornar o seu traje com ouro ou prata, um bandarilheiro só pode usar prata, para que se denote a sua condição, é um auxiliar da lide.

89



Fig.41 – Traje bordado a ouro. Matador de toiros João Augusto Moura.



90

Fig.42 – Traje bordado a prata. Bandarilheiro Pedro Gonçalves.

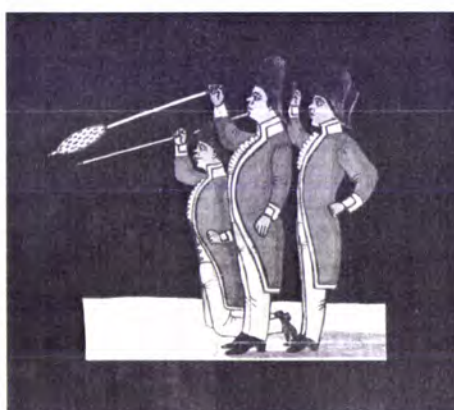


Fig.43 - Representação dos bandarilheiros portugueses no final do séc. XVIII, Fernando Teixeira – Touros em Portugal, um património histórico, artístico e cultural. 1992, p.54.

⁸⁸ Em festivais, o traje usado pelos bandarilheiros, à semelhança dos cavaleiros, é também o *traje curto*.

⁸⁹ Jorge Sampaio - **As imagens da encerrona de Augusto Moura**, (20/09/09), [em linha] «<http://www.toureo.com/mm/noticias/setembro/6180.html>» (acedido em 20/11/09).

⁹⁰ Idem - **As imagens da encerrona de Augusto Moura**.

Os **forcados** vestem de forma humilde. O único elemento ornamental que apresentam, é a jaqueta, sendo esta peça a mais importante peça da farda pois identifica cada um dos grupos. A jaqueta é uma casaca curta, com as abas da frente a terminarem em bico, um pouco mais compridas do que atrás. Possui três botões de metal na frente e outros três em cada uma das mangas (sendo os da frente da jaqueta maiores). Tem um pequeno bolso de cada lado e outro, interior, do lado esquerdo. As mangas pegam ao corpo da jaqueta através da ombreira, ficando a zona interna do braço aberta para facilitar os movimentos. Em geral, o padrão das jaquetas é composto por flores ou ramagens. As jaquetas pertencem ao grupo de forcados, sempre que um elemento deixa de pegar, a sua jaqueta volta a ser entregue ao *cabo*.



Fig.44 - Grupo de Forcados Amadores da Chamusca. [s.d].

91

O barrete - os forcados começaram por usar um chapéu em vez do barrete, hoje em dia o chapéu é utilizado apenas nas corridas de gala à antiga portuguesa⁹². Durante as cortesias, o forcado usa o barrete ao ombro, enquanto o campino o usa na cabeça. Para a péga, só o forcado da cara é que usa o barrete na cabeça (dentro do barrete, alguns forcados guardam imagens religiosas)⁹³. A cinta, de cor vermelha e debruada com franjas, é colocada à cintura, a servir de protecção. As suas medidas podem variar, sendo comum a medida de 5m de comprimento e 20cm de largura. Os calções são de lã

⁹¹ Fotografia cedida por Nuno Marques, actual Cabo do Grupo de Forcados Amadores da Chamusca.

⁹² É formalmente idêntico ao que os campinos usam, a diferença está na maneira como é colocado: o forcado usa a ponta para o lado e o campino para trás.

⁹³ No caso do Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde todos os elementos usam o barrete na cabeça durante a péga.

riscada e de cor castanha⁹⁴, têm cós alto e o comprimento termina abaixo do joelho, com um debrum de atilhos de fitas de algodão ou nastro de cor vermelha fazendo um laço do lado exterior de cada perna. Fazem ainda parte do vestuário dos forcados os suspensórios, que geralmente são cremes ou vermelhos⁹⁵.

As meias são brancas e fixadas junto à coxa com ligas de elástico. A camisa é branca e nos punhos, à semelhança dos calções, usam-se atilhos de fita de algodão ou nastro vermelho. A gravata é vermelha. No entanto, caso o forcado esteja de luto, é substituída por uma gravata preta. Os sapatos são de couro de bovino, de cor natural, de pala recortada com atacadores amarelos e salto de prateleira. Do fardamento também faz parte o *forcado*⁹⁶.



Fig.45 - Indumentária dos forcados utilizada em festivais, ou outros espectáculos tauromáquicos, que não as corridas de toiros. Grupo de Forcados Juvenis Amadores da Chamusca. Fotografia da autora (2009).

⁹⁴ Distintamente dos restantes grupos de forcados nacionais, os Amadores do Aposento do Barrete Verde usam calção de cor verde.

⁹⁵ Os suspensórios também fazem parte também da indumentária de cavaleiros, matadores de toiros, bandarilheiros e campinos.

⁹⁶ Vara de madeira com aproximadamente 1m,60cm de comprimento, cilíndrica até cerca da altura em que se torna cónica. Na extremidade tem uma forquilha de metal amarelo, com as pontas emboladas. Na extremidade oposta é ferrada com o mesmo metal. Era também o instrumento utilizado para deter o toiro quando se executava a *casa da guarda*. Há que referir que noutros espectáculos taurinos, que não as corridas de toiros, os forcados envergam um fardamento diferente, composto por calça de ganga, camisa branca, cinta vermelha, barrete e o tipo de sapatos supra mencionado.

Do fardamento do **campino** fazem parte a camisa branca de colarinho baixo, o colete encarnado⁹⁷, onde é colocado o ferro da casa agrícola a que pertencem, que é uma reminiscência do antigo “gibão”⁹⁸. O calção é azul-escuro, engalanado com seis botões metálicos em cada perna (dois junto ao joelho e os restantes junto da anca), que termina ligeiramente abaixo do joelho. O barrete é curto, com borla verde e orla encarnada. A cinta é encarnada e a jaqueta é azul escura⁹⁹. Usa meias brancas de canhão bordado e sapatos pretos de salto de prateleira, em que são colocadas as esporas presas com correias afiveladas¹⁰⁰.



Fig.46 - Indumentária de campino e do cavalo do mesmo, fotografia de Joaquim Mesquita, (2008).

O cavalo de um campino é reconhecido pela forma como se encontra aparelhado. A sela chama-se *almantrixa*, está coberta por uma pele de ovelha e foi herdada dos antigos “ginetes ibéricos”. Por baixo da sela é colocada uma manta de riscas. Os estribos são de caixa e os restantes apetrechos são idênticos aos que outro tipo de cavaleiro usa.

⁹⁷ O colete usa-se abotoado com botões metálicos, tendo também um botão de cada lado da aba do colarinho.

⁹⁸ Veste usada noutras épocas pelos homens, desde o pescoço à cintura, J. Almeida Costa; A. Sampaio e Melo – *Dicionário da Língua Portuguesa*. [s.l.]. 2004, p.830.

⁹⁹ A jaqueta é usada dobrada no braço esquerdo, tem quatro botões em cada punho e na frente dois de cada lado, possui ainda um bolso interior e dois em cada frente.

¹⁰⁰ Enquanto um forçado mostra o seu estado de luto através da gravata preta, o campino e o cavaleiro demonstram-no através de uma facha também de cor preta, que usam no braço esquerdo.

A vara ou *pampilho* é um instrumento de defesa que faz parte da indumentária de um campino, podendo ser feito de eucalipto ou de bambu. A sua forma vai estreitando da base para a ponta. Possui o couto (ornamenta e protege a vara) na base e uma ponteira composta por um bico que pode ter duas, três ou quatro quinas. A vara é a reminiscência da “lança de conto”¹⁰¹.

¹⁰¹ A lança de conto era a lança utilizada nos torneios medievais, Fernando Sommer de Andrade – *O toureio equestre em Portugal*. 1992, p.56.

III. As praças de toiros em Portugal e o seu desenvolvimento

III.1. Evolução dos espaços tauromáquicos

Tal como já dissemos na introdução, pretendemos estudar as praças de toiros existentes em Portugal designadamente as activas construídas entre o ano de 1850 e 1950, numa tentativa de identificar o vocabulário arquitectónico que as caracteriza. Com base neste vocabulário propomos o traçar de uma rota com vista à valorização destes espaços arquitectónicos que fazem parte da nossa cultura e da nossa tradição. Efectivamente, conservar e valorizar o Património supõe tarefas que incluem, obrigatoriamente, a inventariação e o levantamento patrimonial, para que as acções seguintes possam ser de alguma forma justificadas. Porém, para a compreensão destes espaços é também essencial entender a sua evolução, aqui se enquadrando a contextualização que se segue.

Quando a nobreza começou a usar os toiros para treino militar, não existia um local próprio para essa finalidade. A partir do momento em que estes combates se tornaram num espectáculo, onde imperava a destreza e a medição de forças, passaram a improvisar-se locais onde a Corte e o povo os pudessem presenciar. Estes eventos decorriam nos adros das igrejas, nos largos das povoações ou nos pátios dos palácios. A princípio, os locais onde se lidavam as reses eram cercados com carros de lenha, que eram colocados junto das paredes das casas. Os muros, telhados, ou construções em madeira serviam a assistência. Era comum aproveitavam-se as grandes fachadas, rasgadas por inúmeras janelas, para servirem de apoio à construção de palanques¹⁰². Para engalanar os carros e os palanques, usavam-se colchas de

¹⁰² Francisco Palha Botelho Neves – *O toiro de lide em Portugal*. 1992, p.122.

própria evolução do espectáculo, bem como o aspecto comercial das corridas¹⁰⁷, levaram a que se pensasse na construção de um edifício fechado, de maior solidez. A sua forma manteve-se rectangular ou mesmo quadrada, só a evolução dos preceitos da lide levou à adaptação da estrutura da praça às formas poligonais, propícia a um maior equilíbrio das lides.

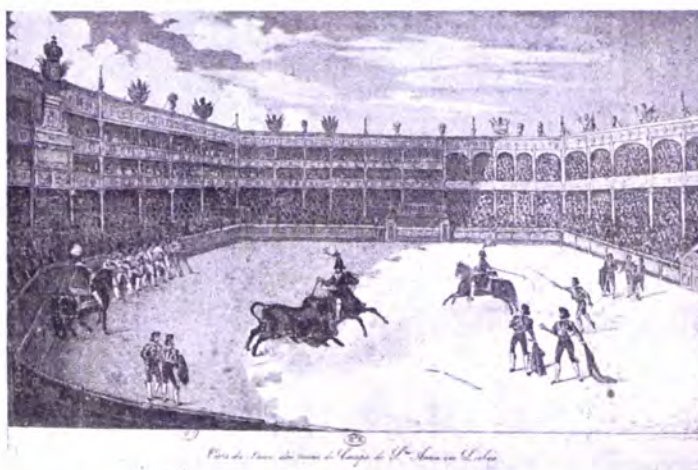


Fig.48 - Interior da praça de toiros do Campo de Santana, desenho de C. Legrand, [s.d.], Jayme Duarte de Almeida – **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol. I. 1953, p.153.

Por volta do século XVIII, a estrutura das praças ainda era de madeira, mais tarde a este material juntou-se a pedra. Estes edifícios não possuíam *trincheira*, *teia*, nem *burladeros*, apresentavam apenas algumas aberturas que eram utilizadas pelos moços de praça. Também a *barreira* era de madeira, com *estribos* para facilitar o salto dos artistas. Nesta época já existiam camarotes, que eram reservados às famílias mais ilustres, nomeadamente, a lavradores ou beneméritos locais que haviam contribuído para a construção das praças ou até aos próprios accionistas, que tinham o privilégio de assistir aos espectáculos gratuitamente, todavia, a resistência das mesmas não deixou de ser frágil, muitas delas foram vítimas de incêndios, dada a sua construção com um material tão inflamável¹⁰⁸.

Jaime Duarte de Almeida, na sua “ História da Tauromaquia” (1951), refere que nas praças do século XVIII, e até quase ao final do século XIX, não se

¹⁰⁷ A ausência das corridas reais levou a que os espaços se adaptassem às exigências dos aspectos comerciais, Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro**. Vol.I. 1953, p.336.

¹⁰⁸ Muitas foram as praças que foram vítimas de incêndios, como exemplo desse tipo de acidente, temos algumas das praças de toiros de Vila Franca de Xira, Vasco Nuno Alves de Moraes – **O centenário (1901-2001) da praça de touros de Vila Franca de Xira**. 2001, p.21.

constatou uma grande preocupação arquitectónica, as praças de toiros ainda se assemelhavam aos primeiros tauródromos, pouco cómodos. Estas praças eram geralmente públicas e não se cobravam entradas, mas a partir do momento em que a tourada se tornou numa “instituição”, os recintos foram fechados, passaram a existir entradas próprias para os espectadores e começou-se a cobrar bilhete:

“As toiradas, nesse tempo, eram quase sempre de graça, e em praças montadas na altura das Festas, pelos lavradores. Havia os sectores sol, para onde iam os criados, e o sector sombra, que tinha camarotes e para onde iam os lavradores com a sua família e amigos”¹⁰⁹.

No século XIX começaram a surgir novos materiais construtivos, entre os quais o ferro e o betão armado, situação que podemos constatar através da leitura das bases que foram elaboradas para a construção da praça de toiros de Estremoz, que figuram em anexo¹¹⁰. Sucessivamente a arquitectura assumia contornos inovadores que vieram permitir uma maior resistência e, como tal, a arquitectura tauromáquica não ficou alheia à modernidade dos tempos.

Pouco a pouco, iam aparecendo por todo o país inúmeras praças de toiros. As construções inspiraram-se nos antigos “circos romanos”, e passaram a apresentar uma maior solidez.

Actualmente, para falarmos de uma praça de toiros, em termos de elementos arquitectónicos, e de acordo com os actuais critérios da IGAC¹¹¹, temos que falar da existência obrigatória dos *curros*, da enfermaria e de instalações sanitárias, bem como da existência de “*burladeros*” entre *barreiras* (estas exigências aplicam-se apenas às praças de 1ª e 2ª categoria). A IGAC exige também a criação de espaços adequados para pessoas em cadeiras de rodas, bem como coxias de acesso a esses lugares. Ainda se tem procedido, à remarcação dos lugares, para que estes ofereçam um maior conforto aos espectadores. No que se refere às condições de segurança, as praças de

¹⁰⁹ José Luiz Pereira - **Aqui está Coruche. Os dizeres do seu povo, os seus trajes, os seus usos, os seus costumes**. 1983, p.62.

¹¹⁰ Vide anexo VII – Bases para a construção da praça de toiros de Estremoz, Século XIX.

¹¹¹ IGAC – Inspeção-Geral de Actividades Culturais.

toiros devem estar equipadas com sistemas de iluminação de emergência e sinalética de segurança.

Em suma, a IGAC tem dado uma maior importância às questões de segurança, conforto e higiene. Sempre que os tauródromos não obedeçam aos requisitos exigidos pela Inspeção, estes são automaticamente encerrados, para que se proceda às devidas remodelações.

Se hoje em dia as empresas e os proprietários das praças de toiros encaram os critérios da IGAC como exigências demasiado rígidas e por vezes complexas¹¹² houve épocas em que estes aspectos não tinham importância.

Das praças mais antigas, que enumeraremos a seguir, nem todas tiveram estes elementos de origem, nomeadamente as enfermarias, os sanitários, os bares, as cavalariças; até os próprios *curros* - estes poderiam ser substituídos por um compartimento onde os toiros ficavam resguardados, sem obedecerem ao formato articulado que têm hoje em dia; outro dos elementos que possivelmente não existiria nas primeiras praças seria a capela - actualmente ainda é um espaço dispensável em alguns dos tauródromos nacionais, todavia, em determinadas localidades, será impensável a ausência de uma capela na praça de toiros local¹¹³.

Entre as primeiras praças edificadas em Portugal mencionamos as da Nazaré (1807), dentro das muralhas da praia da Nazaré; Caldas da Rainha (1840), no Campo da Choca; Évora (1848), dentro da cerca do Convento das Mercês¹¹⁴; Salvaterra de Magos (1855), no Largo de S. Sebastião; Alcácer do Sal (1863), no Convento de S. Francisco; Viana do Castelo (1871) existia uma

¹¹² Muitas das vezes atender a todos estes critérios implica a remodelação parcial ou quase total da estrutura de uma praça, facto que nem sempre é possível devido à falta de financiamento ou mesmo pela própria estrutura arquitectónica do edifício.

¹¹³ Segundo Jaime Duarte de Almeida: " (...) a ausência de capelas nas praças revela o desconhecimento da personalidade de um verdadeiro toureiro. Assim como as enfermarias mal equipadas demonstram a inconsciência da fatalidade de uma colhida (...)", Jaime Duarte de Almeida – **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureio**. Vol. I.1953, p.343.

¹¹⁴ Também em Évora, na Praça Maior (actual praça do Geraldo), se correram toiros, era pela Rua dos Touros que as reses entravam. Em 1838 a Câmara Municipal da cidade promoveu uma corrida de toiros para celebrar o aniversário de D. Maria II. Em 1858, festejou-se o casamento de D. Pedro V também com um festejo tauromáquico, António Rodovalho Duro – **História do toureio em Portugal**. 1907, p.256.

" Também na segunda metade do Século XVIII, foram construídos três curros, o mais importante dos quais no Campo de Santo Ovídio em 1793 (Porto), para os festejos do nascimento da Infanta D. Maria Teresa (...)", Jaime B. Ferreira Alves – **Festa Barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo**. [s.d.], pp.46,47.

praça no Campo do Castelo; Chamusca (1888); Leiria (1891), junto ao Santuário de Nossa Senhora da Encarnação; Figueira da Foz (1895). Em Lisboa, antes e depois do terramoto de 1755, existiram diversas praças de toiros no Rossio, na Junqueira, no Casal da Estrela, no Salitre, no Largo da Anunciada, nos Paços dos Negros sendo as mais importantes, a do Campo de Santana e do Campo Pequeno.

Com as praças dos finais do século XIX e dos princípios do século XX surgiu uma maior preocupação com o aspecto da segurança dos toureiros e assim passou-se a instalar *burladeros*¹¹⁵ na arena. Foi também a partir desta data que se passou a introduzir luz eléctrica nas praças¹¹⁶. Mais tarde, generalizou-se o uso da *trincheira corrida*, estabelecendo-se um corredor onde pudessem permanecer os auxiliares de lide. Nem todas as praças puderam adaptar esta medida, pois as suas construções iniciais não tinham espaço suficiente¹¹⁷.

A generalidade da cobrança de bilhetes levou a uma divisão dos lugares da praça, estabelecendo várias localizações e os respectivos preços.



Fig.49 - Bilhete para camarote de sol, em cartão, meados do séc. XIX, Jayme Duarte de Almeida – *História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureio*. Vol. I. 1953.

A primeira divisão foi feita entre os sectores do sol e os sectores de sombra, depois entre *barreira* - *contra-barreira* (locais privilegiados, dada a proximidade com a *arena*) e a bancada geral, que também foi dividida em bancada alta e

¹¹⁵ Hoje em dia, nas arenas portuguesas, os *burladeros*, só são colocados quando se lida a pé.

¹¹⁶ Manuel Vasquez Bulhosa – *Um século de toureio em Portugal*. 1996, p.10.

¹¹⁷ Como exemplos apontamos as praças de Mourão, Sousel, Aljustrel, entre outros.

bancada baixa. Diferenciaram-se ainda os lugares dos *camarotes* e o das *galerias*.

III.2. Composição arquitectónica de uma praça de toiros

Uma praça de toiros é composta por três partes: *arena*, dependências e localizações que correspondem às bancadas, aos *camarotes* e às *galerias*. A *arena* é o espaço onde se lidam os toiros, deve ser regular e a sua forma circular ou de diversos polígonos, para que se torne quase circular. Este espaço é delimitado pela *trincheira* (construída em madeira) ou por um muro adjacente à *barreira*, e deverá ter um diâmetro de 50m. Quando se pratica o toureio apeado são marcadas na *arena* três circunferências com cal, delimitando os *terrenos* a serem usados durante as diferentes fases da lide, assim sendo destacamos as *tábuas*, os *tércios* e os *médios*. A *trincheira* deve medir 1,60m de altura e o *estribo* deve encontrar-se a 40cm do solo, para facilitar o salto dos intervenientes para a *arena* ou para fora dela. Na *arena* só são colocados *burladeros* (construídos em madeira, são moveis para poderem ser retirados sempre que necessário) quando se lidam os toiros a pé. Neste caso, deverão existir oito *burladeros*, a abertura entre estes e a *trincheira* deve rondar os 35cm, para que os toiros não consigam entrar nos esconderijos. Também na *teia* devem existir *burladeros* para os ajudantes de lide.

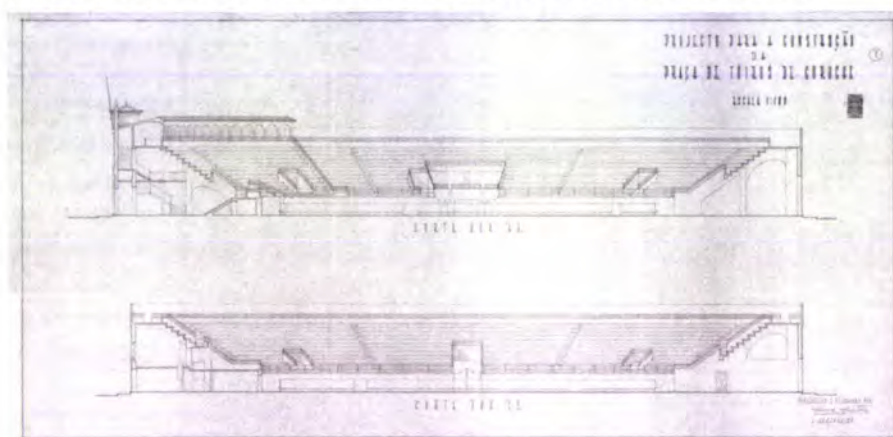


Fig.50 – Cortes. Projecto para a construção da praça de toiros de Coruche. [s.d]. Documentação cedida por António Bacalhau, Desenhador na Câmara Municipal de Coruche.

Quanto à orientação de uma praça de toiros, deverá obedecer aos princípios da construção das mesquitas do Islão Ocidental¹¹⁸. Ou seja, virada para Oriente, de modo a que nas horas de maior incidência de sol, a parte dita presidencial se encontre à sombra. Assim sendo, os sectores da sombra encontram-se do lado Poente, os do sol estão a Nascente e os que se localizam a Norte e a Sul são aqueles que recebem sombra e sol. Digamos que o sector da sombra é o mais procurado, normalmente é aí que se localiza a entrada principal da praça e onde se encontra o camarote destinado ao director de corrida, a um membro da autoridade e ao delegado da IGAC.

Em termos de dependências, as que devem ter relação directa com a arena são: o *pátio de quadrilhas* ou *pátio de cavalos* (que por vezes é o mesmo), os *curros* e a enfermaria. As restantes dependências poderão corresponder à capela, à casa de arrumos, às bilheteiras, à sala de reuniões, aos bares, aos sanitários, etc.

As áreas que se destinam ao público apresentam-se como a mais propícias para a criatividade arquitectónica, nomeadamente no que se refere à ornamentação do espaço. Esta zona divide-se em sectores de sombra, de sol, e de sol/sombra, podendo conter também *galerias* e *camarotes*. A zona das *bancadas* é sempre apresentada sobre a forma de um cercado fechado. À primeira fila chamamos *barreira*, à seguinte *contra-barreira*, sucede-se a *delantera* (dianteira) e as restantes encontram-se ordenadas segundo o número de lugares que o espaço oferece¹¹⁹. Cada praça de toiros apresenta uma entrada principal, onde se impõe a fachada, adjacente a esta desenvolvem-se as restantes áreas de serviço.

¹¹⁸ José Maria Cossío – **La plaza de toros**. In: José Maria Cossío – **Los toros: la fiesta, el toro, la plaza y el toreo**. Vol.I. 1965, p.585.

¹¹⁹ Ibidem pp.579-593.

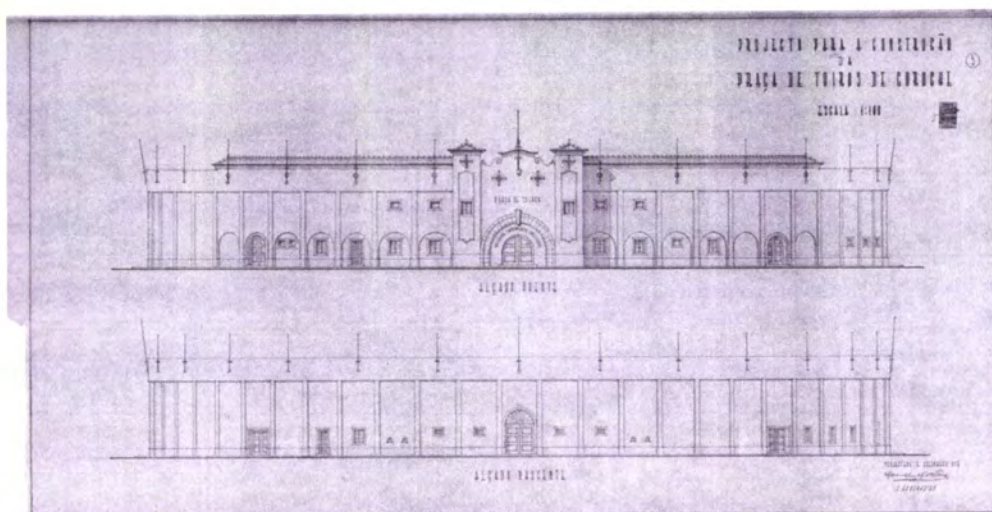


Fig.51 - Alçado Poente e Nascente. Projecto para a construção da praça de toiros de Coruche. [s.d].
Documentação cedida por António Bacalhau, Desenhador na Câmara Municipal de Coruche.

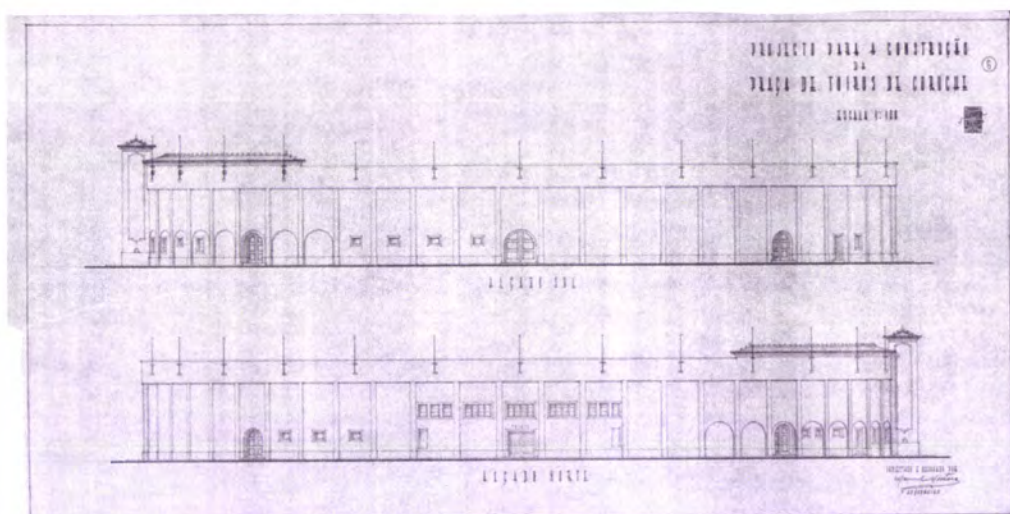


Fig.52 - Alçado Sul e Norte. Projecto para a construção da praça de toiros de Coruche. [s.d].
Documentação cedida por António Bacalhau, Desenhador na Câmara Municipal de Coruche.

Para além da existência dos vários espaços que já referimos há que salientar ainda a presença de sítios específicos para a banda, autoridade e dirigentes do espectáculo. O camarote presidencial localiza-se geralmente, num local específico das bancadas de frente com o *pátio de quadrilhas*.

Apesar da arquitectura tauromáquica portuguesa apresentar características idênticas às de outros tauródomos internacionais¹²⁰, circunstância que poderá ser explicada pelo facto do modelo adaptado para as construções das praças

¹²⁰ Exemplo da praça de toiros do Campo Pequeno, cujo projecto arquitectónico foi inspirado no modelo da antiga praça de toiros de Madrid.

ser comum, os circos romanos, a arquitectura nacional assumiu os contornos característicos do tipo de toureio que se pratica em Portugal.

III.3. Praças de toiros portuguesas *versus* praças de toiros espanholas

Como já referimos, os circos romanos influenciaram grande parte das características arquitectónicas das praças de toiros. Em Espanha, por exemplo, a partir do momento em que o espectáculo tauromáquico passa a ser sustentável em termos económicos, deixou-se de recorrer à adaptação das praças públicas e as novas construções, inevitavelmente, assumiram um estilo arquitectónico considerado romano¹²¹, circunstância que provinha da semelhança entre os espectáculos romanos e as corridas de toiros. Há que referir que a influência dos circos romanos nas praças de toiros portuguesas só foi notória muito depois do que havia sido em Espanha.



Fig.53 - Vista do interior da praça de toiros de Ronda (fundada no Séc.XVIII) Fonte: **Plaza de toros de Ronda** [em linha] « <http://www.turismoderonda.es/catalogo/esp/plazatoros.htm> » (25/03/2010).



Fig.54 - Teia da praça de toiros de Ronda. Características arquitectónicas semelhantes às de um circo romano. Fonte: **Plaza de toros de Ronda** [em linha] « <http://www.turismoderonda.es/catalogo/esp/plazatoros.htm> » (25/03/2010).

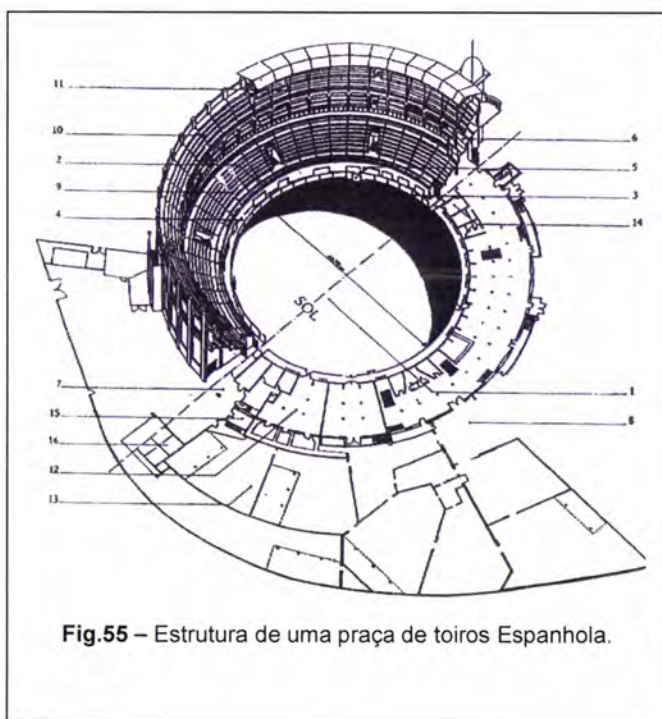
Ao passo que os tauródromos nacionais só nos finais do Séc. XIX começaram a apresentar preocupação em termos arquitectónicos, no país

¹²¹ Jayme Duarte de Almeida – **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureio**. Vol. I. 1953, pp.335-337.

vizinho, questões como a solidez e a beleza artística das praças já haviam sido tidas em conta anteriormente (Séc. XVIII, aproximadamente).

A profissionalização do toureio, bem como o carácter comercial dos espectáculos, também contribuíram para a organização física dos espaços e, mais uma vez, o exemplo veio de Espanha. A partir do momento em que se passou a cobrar um preço pelos lugares nos palanques e nas janelas na Plaza Mayor de Madrid¹²², passou a existir uma maior fiscalização das entradas e em função desse aspecto passaram-se a construir recintos fechados e a estabelecer a marcação de lugares, estas medidas seriam aplicadas também as praças de toiros portuguesas, embora só alguns anos mais tarde.

Como temos vindo a constatar, a arquitectura tauromáquica portuguesa foi seguindo os contornos arquitectónicos adaptados pelas praças de toiros espanholas. Observemos algumas das diferenças existentes entre os dois modelos.



Modelo de uma Arena Espanhola. Linguagem Arquitectónica¹²³

1. Arena. (arena)
2. Barrera. (barreira)
3. Talanquera. (parede que serve de defesa, neste caso, o mesmo que trincheira)
4. Callejon. (passagem estreita entre paredes)
5. Burladero. (burladero)
6. Palco Presidencial. (camarote presidencial)
7. Pátio de Caballos ou Pátio de cuadrillas. (pátio de cavalos ou pátio de quadrilhas)
8. Puerta de l' Arrastre.

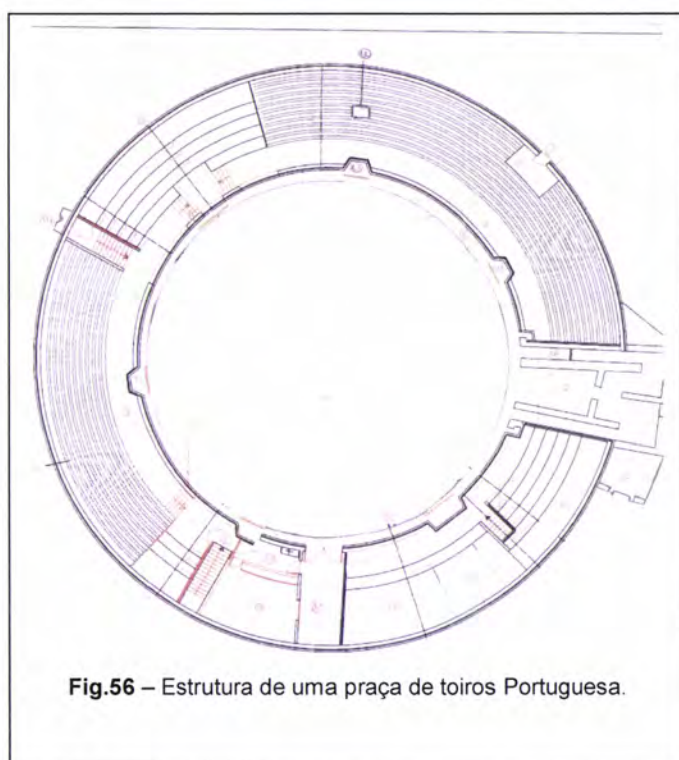
(porta de arraste)

¹²² Ibidem pp.332, 339.

¹²³ Alain Delma; Jacques Leccia – **Espaces de la tauromachie en pays Landais**. Exposition d' Architecture/ Conseil d'Architecture d' Urbanisme et de l' Environnement des Landes. [s.d]. p.9.

9. Tendidos. (bancadas gerais)
10. Gradas. (camarotes ou galerias)
11. Gradas cubiertas. (galerias cobertas)
12. Chiqueros. (curros)
13. Corrales. (currais)
14. Enfermaría (enfermaria)
15. Capilla. (capela)
16. Entrada principal.

Modelo de uma Arena Portuguesa¹²⁴



15. Zona destinada à Banda.
16. Camarotes.
17. Entrada e zona para deficientes.
18. Embolador.
19. Galerias.
20. Bilheteiras.
21. Capela.

Linguagem

Arquitectónica:

1. Arena.
2. Curros.
3. Barreira e contra-barreira.
4. Bar.
5. Teia.
6. Trincheira.
7. Enfermaria.
8. Sanitários.
9. Bancada geral.
10. Cavalariças.
11. Pátio de quadrilhas ou Pátio de cavalos.
12. Camarote Presidencial.
13. Burladeros.
14. Entrada para o público.

¹²⁴ Apesar de as dependências serem quase as mesmas em ambos os modelos (português/espanhol), a arquitectura e a disposição dos espaços é diferente. Planta da praça de toiros de Aljustrel ajustada pela autora. Documento cedido pela Câmara Municipal de Aljustrel.

Em termos de dependências, não assinalamos grandes diferenças entre as praças portuguesas e as espanholas, salientamos apenas a *porta de arrastre* como uma das diferenças entre os espaços dos dois modelos arquitectónicos. Como referimos, o formato de uma praça de toiros é influenciado pelo tipo de espectáculo que nela se pratica, daí as praças portuguesas não possuírem a *porta de arrastre*, que serve para encaminhar o toiro, no fim de morto, para um compartimento onde o seu corpo é de imediato desmanchado e a sua carne devidamente preparada para mais tarde poder ser consumida. A grande divergência encontra-se na questão da monumentalidade. O facto das corridas de toiros espanholas serem vistas como “festa nacional” e vividas de uma forma mais intensa que aquela com que os portugueses admiram as corridas de toiros à portuguesa, levou a que os espaços fossem maiores e, consecutivamente as suas dimensões permitiram uma aplicação de elementos artísticos, decorativos muito mais notória, sobretudo quando as fachadas das praças espanholas passaram a apresentar um aspecto mourisco, quer em termos forma, como de cor¹²⁵. Já em 1836, Francisco Montes escrevia:

“ (...) las plazas de toros debian tener la mayor solidez y el gusto más exquisito, debiendo ser el gobierno quien cuidase de todo lo concerniente a su hermosura y magnificencia, pues son edificios publicos, susceptibles de recibir cuantes bellezas posee la más brillante arquitectura y en que debe dar-se a conocer a todos los que los observen el grado de esplendor y de adelanto en que se hallan las artes en Espana”¹²⁶.

Comparando o caso português com o espanhol, raras são as fachadas ou interiores que ostentam uma riqueza artística/arquitectónica semelhante à das praças espanholas, contudo, não deixam de ter o seu próprio valor artístico e cultural.

III.4. Especificidades da arquitectura tauromáquica portuguesa

Em termos de tipologia, verificamos que as praças de toiros portuguesas se enquadram na categoria da arquitectura civil e assumem contornos distintos

¹²⁵ Ibidem p.336.

¹²⁶ Cit. por Jayme Duarte de Almeida. Ibidem p.343.

consoante a região onde foram edificadas. A especificidade e complexidade deste edificado concedem-lhe um cunho de originalidade que ilustra o território nacional. Tal como já mencionámos, os espaços tauromáquicos foram alvo de evolução, se no início era o improvisado que estruturava a construção de uma praça de toiros, pouco a pouco começou-se a recorrer ao uso de novos materiais e a recrutar pessoas especializadas para esse fim.

A cor e a forma são elementos fulcrais na arquitectura tauromáquica, de tal modo que podemos observar várias tipologias de edificado: umas rústicas, outras mais sofisticadas, umas simples, outras mais emblemáticas, todas elas são um verdadeiro testemunho da cultura nacional, ou seja, são uma representação material e simbólica de uma parte integrante e dissociável da herança cultural do povo português.

A estrutura arquitectónica de uma praça de toiros pode prender-se com os mais variados factores. O contexto cultural em que o imóvel irá ser edificado é fundamental, assim quanto maior for a ligação da população à tradição tauromáquica, mais exigente será a construção do tauródromo. A tipologia de uma praça de toiros pode depender também do gosto de quem a manda construir, da criatividade do próprio construtor ou do capital disponível para o efeito. As especificidades da arquitectura corrente local são igualmente um aspecto influente na construção das praças. Habitualmente, os materiais, as técnicas e as cores, utilizados na edificação destes espaços coincidem com aqueles que são aplicados na arquitectura tradicional de cada região.

Como já referimos existem diferentes modelos de espaços tauromáquicos que foram evoluindo ao longo do tempo. Assim sendo, gostaríamos de apresentar aqui o percurso evolutivo, bem como uma breve caracterização dos mesmos.

Descrição:

Praça pública – Quando falamos em praça pública, não nos referimos à natureza do acesso ao edifício, mas sim ao espaço onde decorreram as primeiras corridas de toiros, sendo comum o aproveitamento das praças

públicas, assim como, das fachadas dos palácios, dos adros de igrejas e conventos.



Fig.57 - D. Luís de Meneses na Praça de Xabregas. Composição original de Roque Gameiro. Praça pública, local onde ocorreram os primeiros espectáculos tauromáquicos¹²⁷.

Praça de toiros de planta rectangular – As primeiras praças de toiros construídas de forma permanente e destinadas exclusivamente à prática do toureio assumiram uma estrutura rectangular. Como já foi referido em capítulos anteriores, eram espaços de madeira, alguns de madeira e pedra, apresentando uma arquitectura muito simples. Em Portugal não existe este modelo de praça.

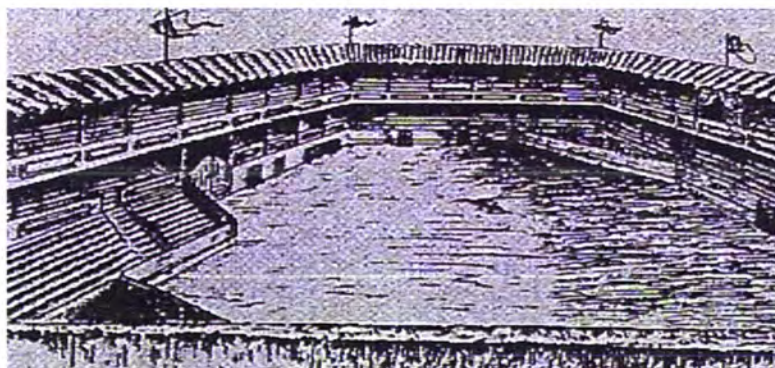


Fig.58 - Praça de toiros rectangular. Antiga praça de toiros de Vila Franca de Xira¹²⁸.

Praça de toiros de planta circular # poligonal – A evolução do toureio, bem como o engenho dos mestres-de-obras e arquitectos, proporcionou o aparecimento de novas formas arquitectónicas, nomeadamente circulares e poligonais.

¹²⁷ Francisco Palha Botelho Neves - **O toiro de lide em Portugal**. 1992, p.2.

¹²⁸ Vasco Nuno Alves de Moraes - **O centenário (1901-2001) da praça de touros de Vila Franca de Xira (Palha Blanco)**. 2001, p.17.

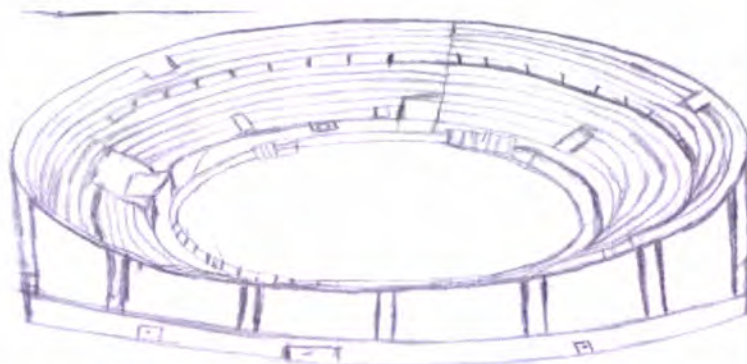


Fig.59 - Esboço de uma praça de toiros de formato redondo, sem zona de camarotes, nem galerias, totalmente descoberta. Desenho da autora.

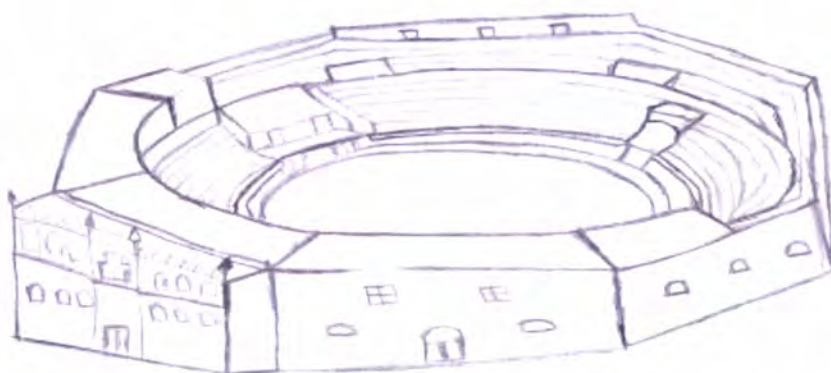


Fig.60 - Esboço de uma praça de toiros de formato poligonal, com cobertura apenas numa parte da estrutura (zona dos camarotes e galerias). Desenho da autora.

Praça de toiros com zonas habitacionais – O facto da maioria das praças de toiros portuguesas serem propriedade das Misericórdias poderá ter contribuído para a construção de habitações por baixo da zona de bancadas, galerias e camarotes, de modo a poderem albergar famílias carenciadas. O modelo destas praças geralmente é circular ou poligonal. Apontamos como exemplo as praças de Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal e Reguengos de Monsaraz.

Praça de toiros coberta/ multiusos – Embora recente, a adaptação das praças de toiros a espaços multiusos tem sido uma prática muito adoptada pelos proprietários e concessionários dos imóveis. Algumas das vantagens desta “inovação” passam pela valorização e preservação dos tauródromos, dada a maior fruição dos espaços, possibilitando que a actividade tauromáquica se prolongue pelos meses de Inverno, uma vez que a estrutura destas praças é coberta. Em Portugal, este aspecto constata-se na praça de

toiros do Campo Pequeno, Coliseu José Rondão Almeida, Arena d' Évora e Coliseu do Redondo. Existem projectos para a aplicação desta iniciativa a outras praças, nomeadamente às de Setúbal e Azambuja.

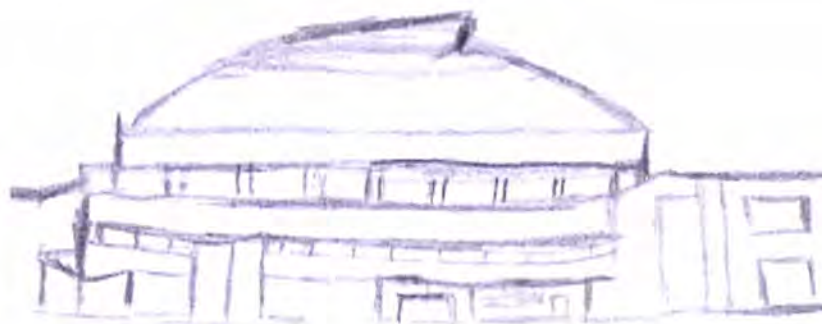


Fig.61 - Esboço de uma praça de toiros multiusos, espaço totalmente coberto. Desenho da autora.

Praça de toiros em meio rural – Verificámos que as praças de toiros construídas em meio rural, nomeadamente na região do Alentejo, apresentam uma arquitectura simples. São praças que albergam apenas as dependências indispensáveis para a ocorrência de espectáculos tauromáquicos, daí as suas dimensões serem diminutas. Estas praças não têm *trincheira*, nem *teia*, sendo a divisão entre a arena e as bancadas feita por um muro. Como exemplo apresentamos as praças de Sousel, Mourão e Aljustrel.

Praça de toiros desmontáveis/ permanente – Como temos vindo a observar, a tradição tauromáquica encontra-se dispersa por todo o território nacional, dada a inexistência de praças de toiros em algumas localidades do país, as praças desmontáveis vieram resolver essa “lacuna”, levando as corridas de toiros até ao povo aficionado que se vê privado de ter na sua terra uma praça de toiros construída em alvenaria. Estas praças, construídas em chapa e ferro, com bancadas de madeira, não possuem *curros*, nem outras dependências, sendo a entrada e saída dos toiros feita directamente da camioneta em que são transportados para a *arena* passando por um pequeno corredor existente na praça. Temos também casos em que, por qualquer motivo, não houve a possibilidade de se construir uma praça de toiros em alvenaria, mas existe uma praça desmontável que se encontra permanentemente nessa localidade. A praça de toiros do Alandroal e a praça

de toiros de Barbacena (inaugurada em Agosto de 2008) são exemplos de tauródromos desmontáveis/permanentes.

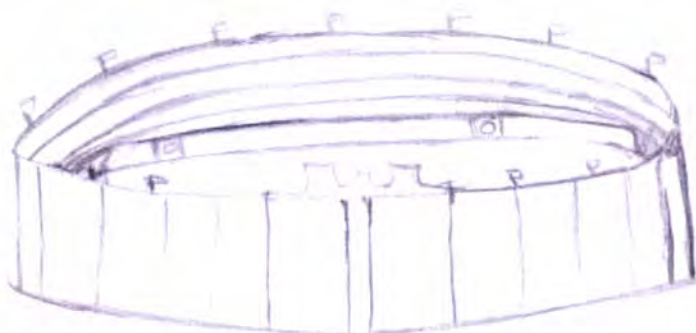


Fig.62 - Esboço de uma praça de toiros desmontável. Desenho da autora.

Praça de toiros de acesso privado/ tentadero – São praças que existem nas herdades dos Ganadeiros, cuja sua utilidade se destina à realização do apuramento das reses bravas (tentas). Estas praças de toiros são de propriedade privada, inacessíveis ao público comum. Em termos construtivos, estes tauródromos podem assumir as mais variadas características, consoante o gosto e necessidade de quem as mandou edificar.

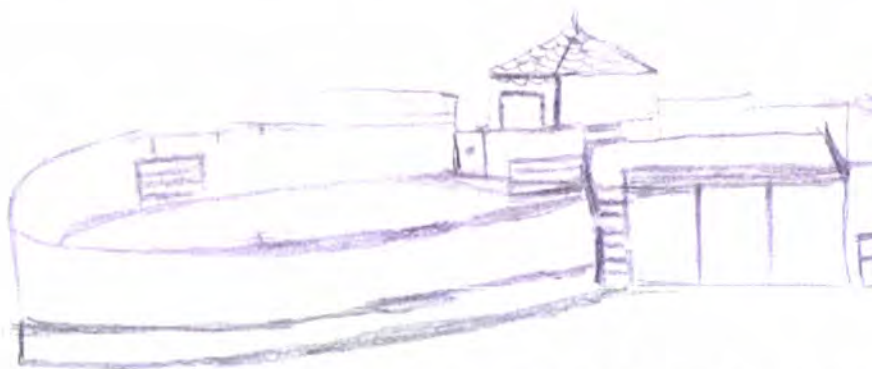


Fig.63 - Esboço de um tentadero, praça sem cobertura, usada para se realizar a selecção de reses bravas. Desenho da autora.

Outras tipologias: Para além das tipologias que acabamos de referir existem outras, como é o caso da praça de toiros de Barrancos - que é construída em madeira aproveitando as fachadas envolventes tal como acontecia em épocas anteriores, terminados os festejos a praça é desmontada; e o caso da praça de toiros feita em pedra, existente dentro das muralhas do Castelo de Monsaraz.



Fig.64 - Vista parcial da praça de toiros de Barrancos, [em linha]:
<http://estadodebarrancos.blogspot.com/2009/08/festas-de-barrancos-2009-1-dia.html>. (acedido em 03/03/2010).



Fig.65 - Curros da praça de toiros do Castelo de Monsaraz. Fotografia da autora. (13/03/2009).



Fig.66 - Panorâmica da praça de toiros do Castelo de Monsaraz. Fotografia da autora. (13/03/2009).



Fig.67 - Pormenor da trincheira e de um dos burladeros da praça de toiros do Castelo de Monsaraz.
Fotografia da autora. (13/03/2009).

No edificado em causa, impera a alvenaria, a cantaria, o ferro forjado e a madeira, usada geralmente nas bancadas de galerias e camarotes, nas portas, na *trincheira* e nos *burladeros*.

Quanto ao cromatismo, das praças de toiros nacionais, estas apresentam uma paleta bastante variada. No entanto, a maioria das praças encontra-se pintada de branco ou bege com barras e efeitos de outras cores. Há que referir que existem estruturas que não alteram a sua coloração de praça para praça, são elas: a *trincheira*, a porta dos *curros* e os *burladeros* móveis, todos estes elementos são pintados de vermelho.

A observação “*in loco*” permitiu-nos verificar que as praças mais emblemáticas em termos arquitectónicos se localizam na região do Ribatejo e Oeste. Constatámos também que é na região alentejana que existe o maior contraste entre tipologias simples ou rústicas e as mais sofisticadas (a maioria das praças construídas no Alentejo especificamente em meio rural, não possuem *trincheira*). Na verdade, se nos restringirmos às construções mais antigas, estamos perante um edificado de estrutura simples, pouco trabalhada, que chega a albergar apenas as dependências indispensáveis à prática tauromáquica. Em contrapartida, é também nesta região que encontramos o maior número de tauródromos cuja fisionomia apresenta um traçado moderno. Com a excepção da praça de toiros do Campo Pequeno em Lisboa até ao momento, as únicas praças adaptadas a espaços multiusos foram edificadas no Alentejo: Coliseu José Rondão Almeida, em Elvas, Arena d’Évora e Coliseu

do Redondo. Este facto prende-se com a necessidade de aproveitamento do espaço das praças de toiros para a promoção de outro tipo de espectáculos, que não as corridas de toiros. Por outro lado, o fraco número de espectáculos tauromáquicos ocorrido nestas praças não cobre os encargos que um edifício destes acarreta em termos de manutenção. Assim sendo, é necessário criar formas para que os imóveis ganhem uma maior utilidade, logo uma maior fruição. Em termos da localização na malha urbana constatamos que dadas as dimensões destes edifícios se encontram, na maioria dos casos, em zonas periféricas das localidades. Esta questão prende-se com o facto de em épocas anteriores os toiros serem conduzidos a pé para as praças, logo quanto mais longe das localidades se encontrassem as praças de toiros, menor era o perigo dos animais fazerem distúrbios. Nos meios rurais, ou em vilas mais pequenas, onde não houve um grande desenvolvimento da malha urbana, as praças continuaram a localizar-se na periferia, (como é o caso da praça de Alcochete, de Mourão, etc.) ao passo que nas grandes cidades acabaram por ser envoltas pelo casario (apontamos como exemplos os casos das praças de toiros do Campo Pequeno, da Nazaré ou da Moita).

A maioria dos espaços tauromáquicos portugueses apresenta um formato redondo. Todavia, a forma poligonal também se manifesta na arquitectura tauromáquica, designadamente na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

As praças podem apresentar-se providas ou desprovidas de camarotes e galerias, que regra geral se localizam na parte superior das bancadas dos sectores da sombra. A sua estrutura também é variável, podendo ocupar todo o *redondel*, ou apenas parte dele. Quanto às bancadas, podem dispor-se de forma escalonada, sem divisões, ou apresentarem-se sob a forma de anéis, ou ainda divididas por pisos.

Verificámos ainda que a disposição das dependências de acesso directo à *arena* é quase sempre a mesma. Regra geral, os *curros* localizam-se à direita do *pátio de quadrilhas*, junto deste estão as cavalariças. A localização do *pátio de quadrilhas* é, porém, variável. Em cerca de 98% dos casos o *pátio de quadrilhas* encontra-se frente à zona que corresponde à fachada da praça, mas existem excepções em que o espaço se apresenta a ladear a entrada principal (como nas praças de toiros de Sousel e de Vila Nova da Barquinha). Quanto à

disposição da enfermaria, deve estar próxima da *arena* e ter acesso imediato com o exterior.

Falando ainda na questão das dependências, detectámos que a capela não é um espaço de presença obrigatória numa praça de toiros. No caso da região do Alentejo, a sua existência é quase nula. Mesmo noutras regiões do país as capelas existentes nos espaços tauromáquicos apresentam-se tanto mais guarnecidas de elementos de conteúdo religioso quanto maior for a tradição tauromáquica nessa localidade.

De um modo geral, e comparando os tauródromos nacionais com os existentes noutros países aferimos que em Portugal existe uma maior diversidade tipológica do edificado e que o mesmo apresenta uma menor “monumentalidade” em termos arquitectónicos, em relação às praças espanholas, francesas ou mesmo mexicanas. No entanto, não nos devemos esquecer que o valor patrimonial de um edifício não se cinge à sua arquitectura, existem outros critérios que contribuem para o acto da sua valorização, critérios esses que passam pelo reconhecimento do *espírito de lugar*, da intenção pela qual foi construído e a envolvência com a população local, da funcionalidade, da sua autenticidade, do espólio intrinsecamente ligado a si; podemos dizer que estes são alguns dos factores que em conjunto, concedem valor ao edificado, seja ele cultural, histórico, construtivo, etc. Apesar da ausência da referida “monumentalidade” arquitectónica, as praças de toiros portuguesas não deixam de ser tão importantes quanto as que mencionámos atrás, pois contêm em si riqueza cultural, são manifestações da história e das vivências de cada localidade e até pequenos museus, enquanto portadoras de um vasto espólio religioso, iconográfico, fotográfico, etc.

III.5. Estudo de casos: praças de toiros em Portugal continental e ilhas, fundadas entre 1850-1950 – Inventário

Depois de termos feito uma abordagem geral da História da tauromaquia, na qual se insere o aparecimento e desenvolvimento das praças de toiros, e uma vez denunciado o valor que estes edifícios contêm, achámos pertinente

aprofundar o tema tomando casos concretos como objectos de estudo, ou seja, elegemos um grupo de praças a serem estudadas, fundadas entre 1850-1950, cuja justificativa já foi apresentada na introdução da dissertação.

Este trabalho pressupôs a elaboração de fichas de inventário que figuram em anexo e que nos permitiram conhecer os factos que levaram à construção de cada uma das praças, as suas principais características, bem como os elementos que lhes concedem o seu valor patrimonial¹²⁹. A inventariação é um acto de extrema importância, pois permite-nos conhecer o património, contribuindo para a sua salvaguarda. É precisamente esse o nosso principal objectivo, contribuir para a salvaguarda e divulgação das praças de toiros nacionais enquanto património histórico, artístico e cultural, em que se manifesta uma parte integrante da identidade do povo português.

Frisamos que este projecto se baseia em cinco palavras-chave: **investigar, diagnosticar, salvaguardar, valorizar e divulgar**.

Dentro da cronologia seleccionada, registámos a existência de 41 praças de toiros, no entanto, apenas 32 tauródromos foram inventariados. Esta situação prende-se com aspectos como situações de ruína (caso da praça de toiros de Azaruja, anterior a 1861), desactivação dos edifícios (exemplo das praças de toiros de Estremoz, 1904, e Cercal do Alentejo, 1946), demolição (praça de toiros de Viana do Castelo, 1941) ou falta de informação (caso das praças de Idanha-a-Nova, 1906, Beja, 1907, Moura, 1908, Santo António das Areias, 1933, e Portalegre, 1944)¹³⁰.

III.5.1. Datação e autoria

Do levantamento feito, apurámos que na 2ª metade do séc. XIX foram edificadas, de Norte a Sul de Portugal, aproximadamente 15 praças de toiros. Todavia, nos primeiros cinquenta anos do séc. XX, registou-se um aumento na construção do edificado tauromáquico, subindo o número para 41 redondéis, ou seja, foram construídas em território nacional mais 26 praças que no século

¹²⁹ Anexo IX – Fichas de Inventário.

¹³⁰ Neste caso não foi possível estabelecer contacto com os proprietários das praças, logo a informação recolhida apresenta-se muito escassa e pouco relevante, daí não ter sido feita a inventariação dos referidos tauródromos.

anterior. Regra geral, todos os anos se edificava um espaço tauromáquico, o que poderá denunciar a empatia pela *aficion* tauromáquica e a consolidação da evolução dos preceitos exigidos pelo espectáculo da corrida de toiros.

No que se refere ao nome dos projectistas e mestres-de-obras que estiveram à frente da construção das praças de toiros portuguesas, muitas vezes ficaram no anonimato, pois a grande maioria foi edificada pelas populações, tendo por trás o impulso de pessoas ilustres e beneméritos locais, que actuavam sozinhos ou se uniam em colectividades, acabando por doar os edifícios a instituições como a Santa Casa da Misericórdia, tutora da grande maioria das praças de toiros nacionais.

Dos 32 edifícios inventariados, apenas 10 foram projectados por arquitectos ou engenheiros, cujos nomes passamos a referir, assim como a respectiva praça:

- Praça de toiros de Alcochete – Arq. Leopoldo Soares Branco.
- Praça de toiros do Campo Pequeno – Arq. António José Dias da Silva (1892), Arq. José Bruschy (2006).
- Praça de toiros da Figueira da Foz – Arq. Sangalho.
- Praça de toiros da Moita – Arq. Cabeça Padrão.
- Praça de toiros da Nazaré – Arq. Francisco da Silva Castro.
- Praça de toiros da Povoia do Varzim – Arq. Alfredo Coelho de Magalhães.
- Praça de toiros de Setúbal – Empreiteiro José Francisco Machado.
- Praça de toiros de Tomar – Engenheiro João Manuel de Carvalho Noronha.
- Praça de toiros de Vila Franca de Xira – Arq. Manuel Ferreira dos Santos.
- Praça de toiros de Évora – Carlos Augusto Guedes Amorim (2006).

Da análise feita aos dados divulgados, podemos dizer que, possivelmente, a diversidade e a especificidade das construções tauromáquicas prende-se com

a individualidade dos projectistas enquanto arquitectos. Do cunho pessoal de cada um dos projectistas resulta uma diversidade de modelos construtivos.

III.5.2. Concessionários e utilização dos espaços tauromáquicos

Como já referimos, a grande maioria das praças de toiros portuguesas é pertença de entidades privadas. No entanto, essas entidades nem sempre reúnem as condições financeiras necessárias para organizar espectáculos tauromáquicos ou mesmo para garantirem a manutenção dos espaços, sendo, muitas das vezes, o aluguer das praças a solução para as manter de portas abertas.

Deste modo, os proprietários abrem um concurso público a que concorrem vários empresários. Mediante a melhor oferta assim é eleito o concessionário para o espaço. O arrendamento pode ser acordado por vários anos, sendo o contracto renovado anualmente ou apenas por uma temporada tauromáquica. Uma vez o espaço alugado, este pode servir de palco para os mais variados eventos, estejam eles relacionados com a arte tauromáquica ou não.

Dadas as características físicas destes edifícios, alguns deles foram transformados em espaços multiusos. Em nosso entender, a adopção desta medida trás algumas vantagens: fomenta a salvaguarda das praças de toiros e, por outro lado, possibilita que o público não aficionado tenha a possibilidade de conhecer os espaços por meio de outros eventos e actividades. Neste sentido, uma maior fruição dos tauródromos exige a manutenção assídua dos mesmos, factor que contribui para a preservação do edificio.

Durante o trabalho de investigação tivemos oportunidade de abordar um dos casos em que uma antiga praça de toiros foi adaptada a pavilhão multiusos, o da praça de toiros de Évora. De facto, ali encontramos um trabalho louvável, pois a praça de toiros existente há muito que denunciava sinais de degradação e a falta de remodelação. No entanto, na nova construção, pouco ficou das características originais da centenária praça, pois manteve-se apenas a forma planimétrica das paredes exteriores. É necessário que a construção das praças de toiros acompanhe a modernidade dos tempos e proporcione o conforto e a segurança daqueles que as visitam, mas para tal será legítimo destruir a

essência das edificações primitivas e apagar as características de autenticidade que cada praça oferece e que as tornam singulares dentro dos cânones da arquitectura tauromáquica? Na nossa opinião, a evolução dos espaços tauromáquicos não deverá deixar que a autenticidade destas construções seja apagada, pois também elas são testemunhos das vivências da população de cada região. Assim sendo, julgamos que o conceito de renovação/ remodelação não deverá sobrepor-se à linguagem do traçado original das praças de toiros, muitas delas seculares, marcadas pelos contornos em voga na época em que foram edificadas. Caso contrário, correremos o risco de no futuro, em vez de olharmos para este património e identificarmos as características singulares e a diversidade de tendências arquitectónicas que o caracterizaram, encontrarmos apenas a reprodução de um molde mais ou menos elaborado, mas pouco genuíno.

III.5.3. Protecção e classificação

Na fase inicial da investigação sobre o tema do edificado tauromáquico consultámos órgãos competentes pela salvaguarda do património e constatámos que muitos dos tauródromos nacionais se encontram inventariados, o que significa que, estando eles assinalados, será mais fácil contribuir para a sua preservação. Dentro do conjunto de praças que nos propusemos a estudar, verificámos que a grande maioria dos edifícios não se encontra abrangida por uma zona de protecção, mas é lhes reconhecido valor patrimonial, que significa que embora já haja uma valorização patrimonial, não lhe é reconhecida uma relevância que obrigue a ter em conta a salvaguardar e o enquadramento urbano.

Em termos de classificação, grande parte das praças de toiros que se encontram inventariados foi catalogada pelo IHRU¹³¹ na categoria de monumento. Os espaços tauromáquicos, enquanto bens imóveis, estão classificados como de Interesse Público ou de Interesse Municipal.

¹³¹ IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Dentro da cronologia que abordámos, apenas 19 dessas praças de toiros fazem parte da categoria de monumento, todavia apenas 1 foi distinguida como Imóvel de Interesse Público, (o caso da praça de toiros do Campo Pequeno) 1 como Imóvel de Interesse Municipal (caso da praça de toiros da Figueira da Foz) e nenhuma de monumento nacional.

Como já referimos em capítulos anteriores, para além da classificação atribuída pelas estruturas de defesa do património, o edificado tauromáquico encontra-se abrangido também por uma classificação feita por categorias (1ª, 2ª, 3ª), atribuída pela IGAC¹³².

Tabela nº 1 – Tabela ilustrativa das diferentes categorias de classificação e respectiva praça de toiros.

Praças de Toiros	Categoria	Subcategoria	Classificação IGAC
Abiul	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Vila Nova da Barquinha	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Alcácer do Sal	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Montemor-o-Novo	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Setúbal	Monumento	Inexistente	1ª Categoria
Sousel	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Cartaxo	Inexistente	Inexistente	2ª Categoria
Caldas da Rainha	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Évora	Inexistente	Inexistente	1ª Categoria
Lisboa	Monumento	Imóvel de Interesse Público	1ª Categoria
Arronches	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
-----	-----	-----	-----

¹³² Esta classificação é atribuída segundo a tradição tauromáquica vivida pela comunidade local, a lotação do espaço, o número de corridas realizadas por ano e a tipologia arquitectónica da praça.

Figueira da Foz	Monumento	Imóvel de Interesse Municipal	2ª Categoria
Santa Eulália	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Nazaré	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Vila Franca de Xira	Monumento	Inexistente	1ª Categoria
Vila Viçosa	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Tomar	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Alter do Chão	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Chamusca	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Salvaterra	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Alcochete	Monumento	Inexistente	2ª Categoria
Mourão	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Arruda dos Vinhos	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Reguengos de Monsaraz	Inexistente	Inexistente	2ª Categoria
Monforte	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Nisa	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Aljustrel	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Montalvão	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Cabeço de Vide	Inexistente	Inexistente	3ª Categoria
Crato	Monumento	Inexistente	3ª Categoria
Povoa do Varzim	Inexistente	Inexistente	2ª Categoria
Moita	Inexistente	Inexistente	1ª Categoria

Tabela nº 1 – Continuação da tabela nº 1.

III.5.4. Materiais e cores

Materiais

Olhando para o edificado tauromáquico apercebemo-nos que, na maioria dos casos, estamos perante construções seculares, cujos elementos estruturantes das primitivas edificações se baseavam na consolidação da alvenaria com a madeira. Pouco a pouco fomos assistindo à evolução arquitectónica dos espaços taurinos e a par desta evolução foram sendo introduzidas novas técnicas construtivas e novos materiais. As técnicas de construção (início do século XIX) são consideradas tradicionais e destacam-se pela utilização de materiais mais resistentes que aqueles que haviam sido usados em épocas anteriores. Resultante da aplicação dos conhecimentos construtivos e dos novos materiais, hoje em dia é possível encontrarmos edifícios antigos, mas solidamente construídos e duradouros, facto que se comprova pela existência de inúmeras praças de toiros centenárias, que embora necessitem de algumas intervenções ao nível das estruturas construtivas, mantêm-se de pé e aptas para continuarem a servir a arte tauromáquica.

Do levantamento que fizemos, constatámos que os materiais utilizados por excelência na arquitectura tauromáquica são: o betão armado, o tijolo, o ferro (aplicado como elemento estruturante ou como elemento decorativo – ferro forjado), a pedra, a madeira, a telha (cerâmica ou metálica), os azulejos, a cantaria e outras estruturas metálicas.

Quanto à alvenaria apresenta-se geralmente rebocada.

Cores

O revestimento das paredes tem um papel muito importante na conservação dos edifícios. A pintura, por exemplo, é um tipo de revestimento que, para além de ser uma boa medida de preservação da alvenaria, tem também uma função estética que confere notabilidade à arquitectura. A cor poderá ser encarada como um elemento de identificação. Tal como é referido pelo Arquitecto José Aguiar: “ (...) Antigamente a identidade urbana afirmava-se em grande medida

pelo desejo da diferença: Beja não queria ser formalmente igual a Évora, tal como Chaves não queria ser igual a Vila Real ou o Porto a Lisboa (...)”¹³³.

No caso do edificado tauromáquico, a cor não assume um papel de diferenciação ou de identidade, elegeu-se uma paleta de cores - branco, bege, cor de tijolo e vermelho escuro - e, regra geral, são essas as utilizadas na pintura das praças de toiros¹³⁴. Para a pintura das portas, janelas, emadeiramentos, gradeamentos e elementos decorativos, as cores de eleição são o vermelho, o ocre, o verde e o branco.

III.5.5. A conservação das praças de toiros

No ano de 1836, Almeida Garrett propôs, à rainha D. Maria II, a criação da Inspeção-Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais. A proposta foi aceite e assim nasceu a referida inspecção, actualmente reconhecida como IGAC¹³⁵, que tem mantido um contacto permanente com a tauromaquia, estando esta actividade inserida, por lei, no grupo das actividades de natureza artística. Deste modo, todos os anos, a IGAC, procede à inspecção das praças de toiros fixas, testando a sua segurança e conforto, apresentando resultados no final de cada época tauromáquica, por meio de relatórios. À semelhança do trabalho desenvolvido pelo referido órgão, vamos apresentar um conjunto de informações reveladoras do estado de conservação do património tauromáquico imóvel em Portugal.

Procedamos então à divulgação das conclusões a que chegamos acerca do estado de conservação das “nossas” praças de toiros.

¹³³ José Aguiar – **Cor e conservação de revestimentos, alguns casos de estudo em Évora**. In: “Portefólio”. Revista da Fundação Eugénio de Almeida. 2005, p. 42.

¹³⁴ A coloração das praças de toiros é feita segundo o gosto dos responsáveis pelas mesmas.

¹³⁵ Inspeção-Geral das Actividades Culturais, subsequente da Inspeção-Geral dos Teatros e Espectáculos Nacionais,

III.5.6. Diagnóstico

Desde que a IGAC começou a fazer a inspeção anual das condições físicas das praças de toiros tem havido um maior cuidado em garantir a sua preservação¹³⁶. Conscientes da inspeção, as “nossas” praças encontram-se, regra geral, em bom estado de conservação. A observação “*in loco*” de cada um dos edifícios permitiu-nos perceber que tem havido um cuidado em se fazer a manutenção regular dos espaços, sendo este um dos procedimentos fulcrais para a preservação do património.

Das praças de toiros inventariadas por nós, apresentamos os casos que julgamos serem bons exemplos de preservação e os menos exemplares, aqueles cuja intervenção se torna urgente.

Tabela nº 2 – Tabela representativa das praças de toiros que se encontram em bom estado de conservação.

Abiúl
Vila Nova da Barquinha
Sousel
Montemor-o-Novo
Caldas da Rainha
Arena d' Évora – Évora
Campo Pequeno – Lisboa
Coliseu Figueirense - Figueira da Foz
Santa Eulália
Nazaré
Palha Blanco - Vila Franca de Xira
Vila Viçosa
José Salvador – Tomar
Alter do Chão
Chamusca
Salvaterra de Magos
Alcochete
Dr. Libânio Esquível - Mourão

¹³⁶ Em alguns casos, os recintos chegaram mesmo a ser encerrados por falta de condições de higiene ou segurança.

Arruda dos Vinhos
Reguengos de Monsaraz
Monforte
Nisa
Aljustrel
Montalvão
Cabeço de Vide
Povoa do Varzim
Daniel do Nascimento – Moita

Tabela nº 2 – Continuação da tabela nº 2.

Tabela nº 3 – Tabela representativa dos casos de praças de toiros que apresentam necessidade de serem intervencionadas.

Praças de toiros a precisarem de ser intervencionadas (à data da observação)	Sugestões de medidas a serem tomadas
Alcácer do Sal	Sugerimos que sejam feitas intervenções nomeadamente na zona dos camarotes, e na capela. Detectámos nestes espaços infiltrações nas paredes, janelas partidas e emadeiramentos apodrecidos. A nível do exterior denunciámos a necessidade de pintura da praça de toiros.
Setúbal	Será urgente uma intervenção profunda em todo o edificado: consolidação das estruturas construídas, reparação ou substituição dos emadeiramentos, vidros e ferros, acompanhada de pintura dos espaços, etc.

Cartaxo	Sugerimos que sejam feitos reparos nas escadarias de acesso ao piso superior.
Arronches	Detectámos que a zona das bilheteiras se encontra completamente suja, com vestígios de anúncios, que vão sendo colocados uns por cima dos outros. Sugerimos a remoção dos mesmos e a pintura das paredes que comportam as bilheteiras.
Crato	Denunciamos a falta de pintura do espaço. Apontamos também a falta de manutenção verificável através da presença de ervas daninhas, que proliferam por todo o lado. A zona envolvente também se apresenta pouco cuidada. Julgamos que a manutenção poderá resolver as lacunas assinaladas.

Tabela nº 3 – Continuação da tabela nº 3.

III.5.7. Intervenções

Devido à passagem do tempo e à falta de uma conservação preventiva do aparecimento de eventuais patologias, torna-se necessário intervir no edificado para que este se mantenha íntegro. Os danos físicos decorrentes da falta de manutenção e da exposição das estruturas às intempéries são algumas das causas que levam à degradação das mesmas.

A salvaguarda do património traduz-se numa acção fundamental para que consigamos mantê-lo íntegro e valorizado de modo a que as gerações vindouras possam vir a partilhar das memórias dos seus antepassados.

A grande questão coloca-se aquando da actuação no edificado tauromáquico. Segundo as bases de defesa do património, uma intervenção deve pressupor, acima de tudo, o respeito pelo valor cultural dos edifícios.

O trabalho de campo permitiu-nos contactar com diferentes realidades. Como mencionámos em capítulos anteriores, a fragilidade das estruturas de algumas praças de toiros levou a que a IGAC as encerrasse e só permitiu que as mesmas voltassem a reabrir portas de pois de terem sido intervencionadas. Apesar da maioria dos tauródromos nacionais se encontrarem classificados na categoria de monumentos, o procedimento de intervenção nem sempre é feito atendendo às bases defensoras do património.

Muitas das obras que se fizeram nas praças de toiros, ao longo dos últimos anos, foram, ao nível do alargamento dos espaços, oferecendo um maior conforto e segurança a quem os frui. Nestes casos, não constatámos que as operações tenham vindo alterar as características patrimoniais do edificado. Devemos mencionar também que no momento da construção primitiva e dada a simplicidade estrutural destes edifícios, teve-se, de uma forma consciente ou inconsciente, atenção ao princípio da reversibilidade, pois só assim se tornou possível proceder às remodelações a que temos vindo a assistir. Não nos podemos esquecer que sempre que as intervenções obriguem a laborações mais profundas, torna-se necessário agir com especial atenção, pois estamos perante edifícios com grande carga simbólica, cujos elementos arquitectónicos, em conjugação com os elementos decorativos/ artísticos, lhes concedem um valor singular. Logo, sempre que seja destruído algum desses componentes, será posto em causa o valor patrimonial do imóvel.

Seguindo este raciocínio, passamos a apresentar dois casos distintos de intervenção/remodelação: o da praça de toiros do Campo Pequeno e o da Arena d'Évora. Consideramos que o primeiro exemplo que referimos, é de facto, louvável. Há muito que esta praça de toiros denunciava a necessidade de ser intervencionada e em boa hora o foi. Para além de se ter transformado o espaço num local totalmente moderno e com alguma sofisticação, não se descuidou a preservação do património arquitectónico. Hoje em dia conseguimos encontrar na praça de toiros do Campo Pequeno todos os elementos artísticos que faziam parte da sua arquitectura original, e que fazem dela a “catedral” do toureio nacional.

Há semelhança da praça do Campo Pequeno, também a centenária praça de toiros de Évora necessitava de ser remodelada para poder dar resposta às necessidades que apresentava. Apesar desta praça não se apresentar tão monumental, em termos arquitectónicos como a do Campo Pequeno, continha características próprias que lhe concediam valor patrimonial e cultural. Por outro lado, dava a conhecer o gosto, os recursos materiais e as técnicas construtivas utilizadas numa determinada época.

Resultante da remodelação da antiga praça, temos um edifício moderno, equipado com as mais recentes tecnologias. Todavia, para além da volumetria e da sua localização geográfica, pouco se reconhece da estrutura da antiga praça.

Não nos podemos esquecer que nem sempre é possível o aproveitamento de partes das construções antecedentes ou a compatibilidade entre materiais e técnicas usadas hoje em dia com os que se usaram outrora. Contudo, se passarmos a adoptar a medida da remodelação total dos edifícios, como já tivemos oportunidade de referir, dentro de poucos anos não reconheceremos nos nossos tauródromos a singularidade das construções que fazem deles ícones expressivos de uma realidade arquitectónica.

Devemos referir que as intervenções feitas nas praças de toiros ocorrem sobretudo no seu interior. No exterior, regra geral, passam simplesmente pela manutenção da pintura e dos emadeiramentos.

Como observámos, o modo de intervir no edificado tauromáquico apresenta-se bastante complexo. Cada caso é um caso e os modos de agir variam consoante a vontade de cada um dos proprietários, o que leva, muitas vezes, a que as bases de defesa do património sejam esquecidas. Julgamos que este facto continuará possivelmente a ocorrer enquanto se olhar para as praças de toiros apenas como um lugar onde ocorrem espectáculos tauromáquicos e não como um património peculiar, representativo de um modo de vida, que merece ser salvaguardado e valorizado como tal.

III.5.8. A devoção tem lugar nos espaços tauromáquicos

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho de investigação fomos abordando a relação da religiosidade com a arte tauromáquica e constatámos que essa ligação existe desde os tempos mais remotos. Foi precisamente o fascínio do Homem pelo touro enquanto animal portador de poderes divinos que levou à aproximação das duas espécies e que, posteriormente, veio a proporcionar o surgimento dos espectáculos tauromáquicos.

Como referimos, o Homem demonstrou, desde sempre, um enorme sentimento de respeito pelo touro. Ao desafiá-lo estaria a pôr em risco a sua própria vida, logo seria útil ter do seu lado o auxílio das divindades. Deste modo, a religiosidade tornou-se indissociável da tauromaquia, facto que foi tido em conta no momento da construção das praças de toiros, daí a existência de capelas em alguns dos “nossos” tauródromos. Dizemos alguns porque, como já referimos, a edificação desta dependência depende muito da crença e da sensibilidade de quem manda construir as praças.

Do levantamento que fizemos identificámos 10 capelas construídas em praças de toiros: Abiúl, Alcácer do Sal, Évora, Campo Pequeno (Lisboa), Nazaré, Vila Franca de Xira, Alcochete, Monforte, Moita e Figueira da Foz. Também verificámos que a configuração das mesmas é bastante diversificada. Em contrapartida, no que se refere à presença das entidades protectoras, não existe uma variedade tão grande, em quase todas as capelas encontramos a representação de Cristo na Cruz, a imagem de Nossa Senhora de Fátima e a de Nossa Senhora da Conceição¹³⁷.

¹³⁷ Referimos que a região alentejana é aquela onde se registam menos capelas construídas dentro das praças de toiros. Denunciamos também que para além destas 10 capelas poderão existir mais algumas, pois num caso ou outro, não foi possível visitar todas as dependências das praças, nem obter informação referente à existência de capela. Gostaríamos de mencionar ainda que as imagens religiosas que referimos são as que são comuns nas diferentes capelas, no entanto, registámos a presença de outras, como é o caso da Virgem Macarena, de Nossa Senhora da Boa Viagem, de Nossa Senhora da Nazaré e algumas representações de anjos.

Vejamos algumas capelas existentes nas praças de toiros nacionais.



Fig.68 - Capela da praça de toiros de Monforte, fotografia da autora. (2009)



Fig.69 - Capela da praça de toiros de Abiúl, fotografia da autora. (2009)



Fig.70 – Altar da praça de toiros da Moita.
Fotografia da autora. (2009)



Fig.71 – Pia da praça de toiros da Moita.
Fotografia da autora. (2009)



Fig.72 – Interior da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira. Fotografia da autora. (2009)



Fig.73 - Entrada da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira. Fotografia da autora. (2009)



Fig.74 – Altar da capela da praça de toiros de Vila Franca de Xira. Fotografia da autora. (2009)

IV. As praças de toiros e a questão da classificação patrimonial: justificação da criação de um percurso temático

Quando nos referimos à questão da classificação do património tauromáquico imóvel, verificamos que este se encontra subordinado a duas entidades responsáveis pela defesa e salvaguarda do mesmo: o IGESPAR¹³⁸ e a IGAC¹³⁹. Segunda a classificação atribuída pelo IGESPAR, as praças de toiros podem ser enquadradas na categoria de Imóveis de Interesse Público, de Interesse Municipal, ou Monumento Nacional. De entre as praças que estudámos apenas a praça de toiros do Campo Pequeno se encontra classificada como Imóvel de Interesse Público, as restantes enquadram-se na categoria de Imóveis de Interesse Municipal, ou simplesmente não obtiveram qualquer classificação por parte do organismo acima referido. No que se refere ao papel da IGAC que, neste caso, actua em consonância com a Comissão de Tauromaquia, todas as praças de toiros de carácter permanente foram abrangidas por uma classificação que varia consoante as suas características. Essa classificação é atribuída por categorias (1ª, 2ª e 3ª), tendo em linha de conta aspectos como a tradição tauromáquica vivida pela comunidade local, a lotação do espaço, o número de corridas realizadas por ano e a tipologia arquitectónica da praça¹⁴⁰.

Contrariamente ao que acontece em Espanha, por exemplo, poucos são os tauródromos nacionais que tenham sido projectados por um arquitecto ou que tenham uma arquitectura de qualidade. Entre os tauródromos nacionais, a praça de toiros do Campo Pequeno é sem dúvida aquela que se destaca não só pela sua historicidade, mas essencialmente pela sua riqueza arquitectónica, sendo considerada pelos aficionados e intervenientes no espectáculo

¹³⁸ Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

¹³⁹ Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

¹⁴⁰ **Regulamento Tauromáquico**, [em linha] «<http://toureio.no.sapo.pt/principais/regulamento.htm>» (acedido em 15.05.09).

tauromáquico, como a “catedral” do toureio nacional. Esta praça de toiros é uma praça de 1ª categoria, como já referimos está classificada pelo IGESPAR, como Imóvel de Interesse Público (Nº IPA – PT031106230138 / Protecção – IIP, Dec. nº 8/83, DR 19 de 24 Janeiro de 1983)¹⁴¹. A sua construção surgiu com o intuito de vir substituir a antiga praça do Campo de Santana. Pretendia-se que o novo redondel para além de albergar um maior número de espectadores e de oferecer as características próprias para se lidarem os toiros apresentasse uma estrutura monumental em termos dimensionais e exuberante no que diz respeito à beleza artística e arquitectónica do edifício. Para responder a estes critérios, o Arquitecto (projectista da praça de toiros do Campo Pequeno) José Dias da Silva inspirou-se no modelo da antiga praça de toiros de Madrid, fundada em 1874.

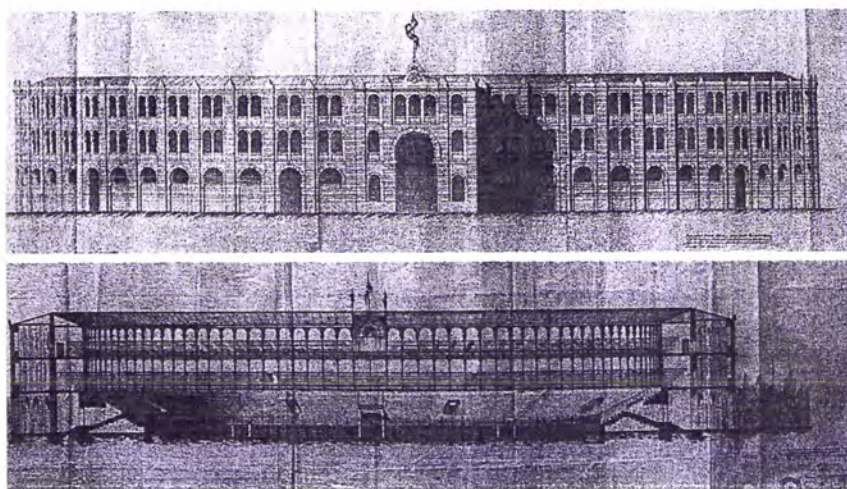


Fig.75, 76 - Alçado e corte da antiga praça de toiros de Madrid. [s.d.]. In: António Manuel Morais – A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno). 1992, p.186.

¹⁴¹ Praça de toiros do Campo Pequeno, [em linha] «http://www.ippar.pt/pls/dippar/Web_patrim.forward_query» (acesso em 15.05.09).

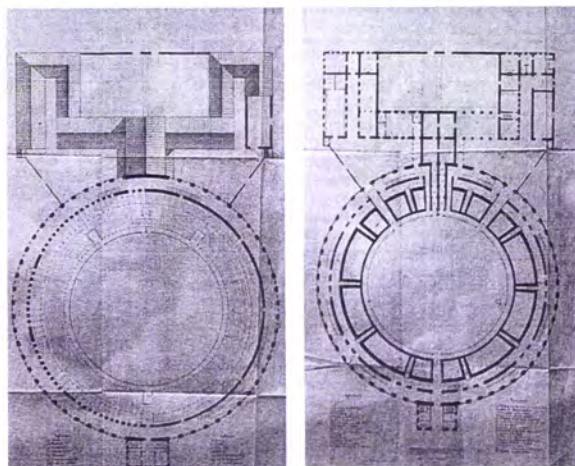


Fig.77, 78 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid. [s.d.]. In: António Manuel Morais – A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno). 1992,

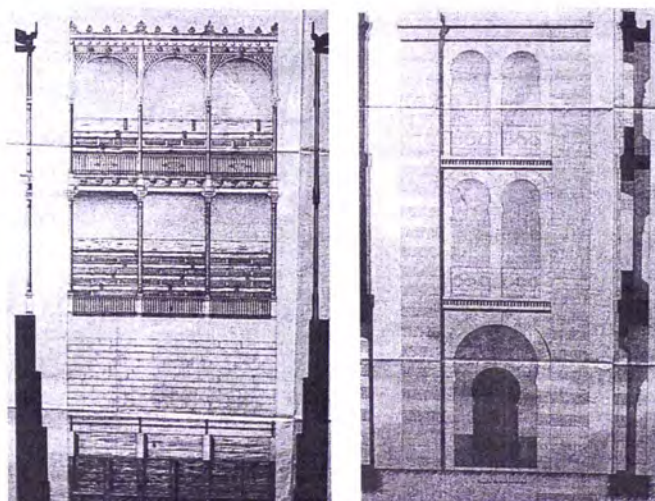


Fig.79, 80 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid (projecto para o interior e exterior). [s.d.]. In: António Manuel Morais – A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno). 1992, p.186.

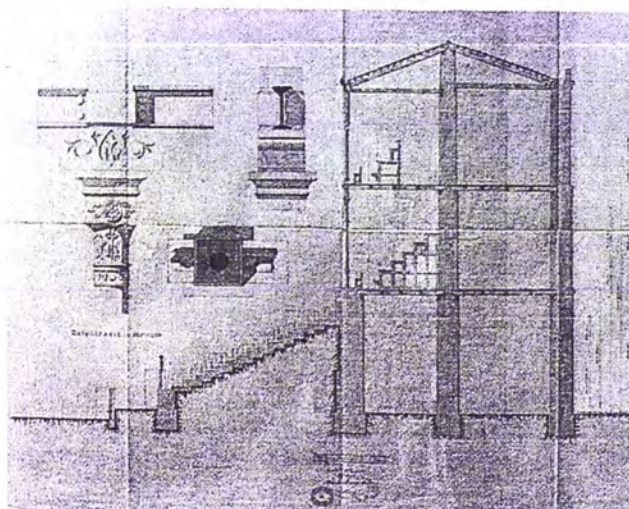


Fig.83 - Planta da antiga praça de toiros de Madrid (desenhos vários). [s.d.]. In: António Manuel Morais – A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno). 1992, p.187.

À semelhança da arquitectura da praça de toiros madrileña, o tauródromo do Campo Pequeno adquiriu características do estilo Neo-árabe, e foi buscar traços arquitectónicos às mesquitas islâmicas. Deste modo, no dia 18 de Agosto de 1892 Lisboa apresentava ao público, um dos edifícios mais emblemáticos da arquitectura Neo-árabe.

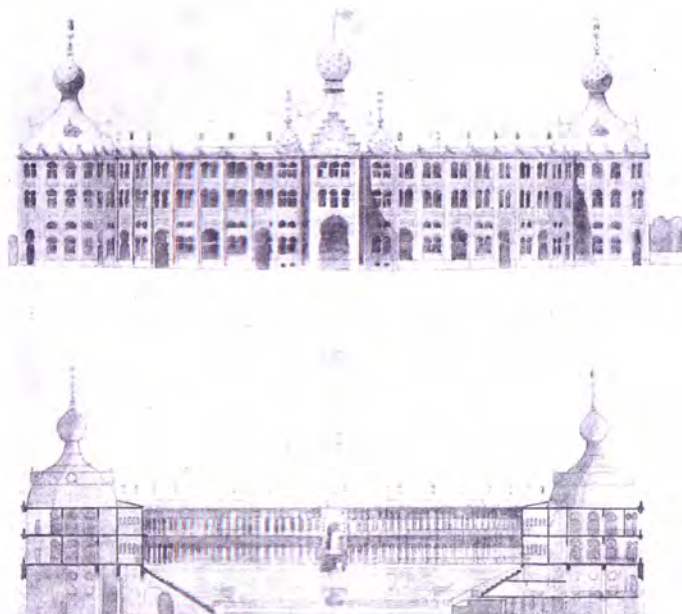


Fig.81 - Alçado e corte da praça de toiros do Campo Pequeno. [s.d.]. Aguarela s/ papel.

Autor desconhecido, Séc. XIX. (Dim:335 x 475 mm

Nº Inventário: MC. DES. 1598). In: Fernando Teixeira – **Touros em Portugal - um património histórico, artístico e cultural**. 1992, p.8.

Como podemos constatar através das plantas e fotografias apresentadas em cima, a arquitectura da praça de toiros do Campo Pequeno contém características muito semelhantes às da praça de Madrid, denotando-se, sobretudo, pela aplicação de arcos em ferradura nas portas e janelas, assim como a utilização do tijolo nos revestimentos. A arcaria em ferradura foi uma das características adoptadas por outras praças portuguesas, como é caso da praça de toiros da Chamusca, de Salvaterra de Magos e de Reguengos de Monsaraz.

Voltando à praça de toiros do Campo Pequeno, verificamos que a estas características se juntaram outros elementos estruturantes que lhe concedem um valor patrimonial ainda maior, como é o exemplo das cúpulas que rematam os quatro corpos salientes, os torreões, os arcos abobadados da alvenaria, a

decoração interior em ferro com motivos de estilo árabe e a fachada, também ela monumental, apresentando-se ladeada por duas torres lembrando um “Arco do Triunfo” da época clássica.

Podemos dizer que a história da construção deste tauródromo, juntamente com a sua beleza e riqueza arquitectónica contribuiu de facto para a existência de um dos monumentos nacionais de maior destaque.

A construção de uma praça de toiros tem uma intenção específica, a de proporcionar espectáculos tauromáquicos, ou seja, as praças de toiros, para além da vertente utilitária, são espaços onde se perpetuam tradições culturais, são também espaços de encontro, de convívio, onde se juntam diferentes públicos, das mais variadas condições sociais e faixas etárias, todos se reúnem neste espaço com um objectivo comum, o de partilharem um acontecimento cujos fundamentos e sentido ultrapassam a experiência vivida naquele momento, síntese de uma realidade cultural mais ampla, de que todos têm ou ganham consciência. Deste ponto de vista, não podemos considerar que as praças de 1ª categoria são as únicas detentoras de valor patrimonial. De facto, em território nacional poucos são os tauródromos que se destacam pela sua riqueza arquitectónica. Para além da praça do Campo Pequeno, destacamos as praças de toiros de Vila Franca de Xira (projectada pelo Arq. Manuel Ferreira dos Santos, fundada em 1901), da Chamusca (autor do projecto desconhecido, fundada em 1919), de Salvaterra de Magos (autor do projecto desconhecido, fundada em 1920), de Reguengos de Monsaraz (autor do projecto desconhecido, fundada em 1923) e Moita (autor do projecto Arq. Cabeça Padrão, fundada em 1950), pela arquitectura exterior. No que diz respeito à riqueza artística decorativa do interior das praças destacamos novamente a praça de toiros de Vila Franca de Xira, a de Tomar (projectada pelo Engenheiro João Manuel de Carvalho Noronha, fundada em 1907) e a de Montemor (autor do projecto desconhecido, fundada em 1882).

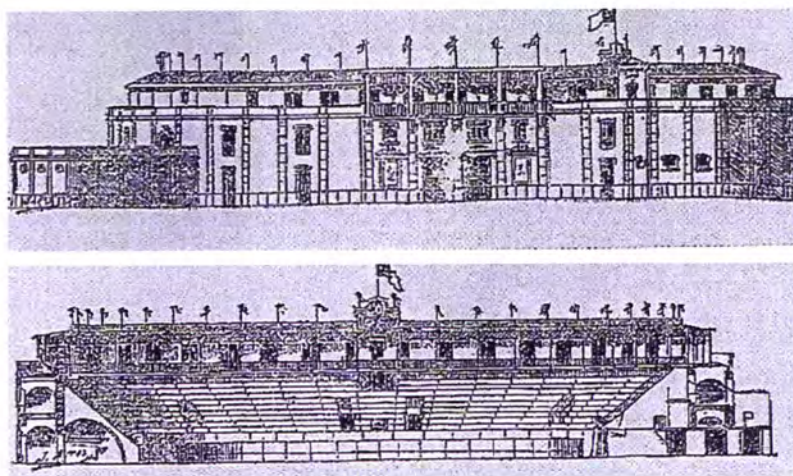


Fig.82,83 - Alçado e corte da praça de toiros de Vila Franca de Xira. [s.d.]. In: Vasco Nuno Alves de Moraes – *O centenário (1901-2001) da praça de touros de Vila Franca de Xira (Palha Blanco)*. 1992, p.17.

Contudo, as restantes praças de toiros assumem outras características que lhe concedem valor enquanto equipamentos ao serviço de uma actividade de forte significado cultural e identitário, com dimensão imaterial de um património intangível e por isso, também estas praças são edifícios de referência. Tomemos como exemplo a praça de toiros de Mourão. Apesar da sua arquitectura simples, não deixa de ter importância enquanto palco valorizador da tradição tauromáquica que se vive na vila de Mourão.

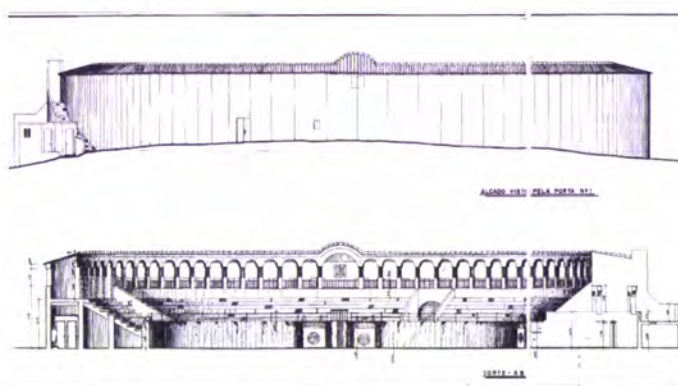


Fig.84 - Alçado e corte da praça de toiros de Mourão. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Mourão. [s.d].

Mesmo sendo esta uma praça de 3ª categoria, a sua importância cultural é reconhecida pelos aficionados à “festa brava” e é precisamente por esse motivo que se tem mantido a tradição de se iniciar a época tauromáquica nesta pequena praça e não noutra.

I.V.1. Proposta de um roteiro temático

Por vezes, quando pensamos em património, a nossa reflexão reporta-nos para o passado, para algo que nos foi deixado por herança. Nesse caso, não devemos esquecer que esse legado só chegou até nós, porque houve uma intenção de o preservar e de o fazer perdurar no tempo. Também com o património tauromáquico imóvel, tem havido a preocupação de o manter íntegro e acima de tudo de o dar a conhecer às novas gerações, não na perspectiva de monumento, pois as praças de toiros não têm sido reconhecidas como tal, mas sim como bens culturais e de lazer. Como temos vindo a constatar, ao longo desta dissertação, a realidade tauromáquica encontra-se enraizada na nossa cultura, facto que pode ser observado através da dispersão do edificado tauromáquico, de Norte a Sul de Portugal, inclusive nos Açores.

Uma praça de toiros não deve ser encarada como um palco que serve apenas uma “indústria”, mas sim, como um espaço cultural que é reconhecido, por um grupo de indivíduos, pelo seu valor arquitectónico e pela aficção tauromáquica que ali se vive, ou seja, o “espírito de lugar”.

Reconhecido o valor patrimonial de uma praça de toiros, julgamos ser pertinente propor a criação de um roteiro do património tauromáquico imóvel. A importância da criação desta rota prende-se com a necessidade de promoção, divulgação e salvaguarda do legado tauromáquico imóvel, tendo em conta os valores culturais de cada localidade.

Noutra perspectiva, a afluência das gentes a uma praça de toiros poderá contribuir também para o desenvolvimento económico e social das regiões, pois como temos vindo a observar, a existência destes edifícios marca, não só, as paisagens urbanas, mas também o meio rural, mais profundo.

Para a promoção da arquitectura tauromáquica julgamos ser extremamente importante o envolvimento dos empresários e proprietários das praças com os poderes locais, mecenatos, apoios governamentais, entre outros. Muitos dos tauródromos nacionais apresentam alguma fragilidade, facto que contribui para o afastamento do público e dos próprios artistas, logo torna-se imprescindível a intervenção e manutenção dos espaços, tarefa que nem sempre é possível de ser levada por diante, alegando a falta de verba da parte dos empresários e

proprietários das praças, assim sendo, a interacção entre estas entidades e o poder local seria uma mais-valia para todos.

Julgamos que as praças de toiros portuguesas ao constarem nos roteiros turísticos de cada localidade, teriam a ganhar na medida em que haveria um maior cuidado em preservá-las, por outro lado, seriam também uma forma de divulgação da riqueza patrimonial, da gastronomia, artesanato, etc., de cada região. Tomemos como exemplo, a “Feira de Sevilha” que decorre no mês de Abril. Durante uma semana, são atraídas a esta cidade, milhares de pessoas para assistirem às corridas de toiros na “Real Maestranza de Sevilha”, para além de fruírem do património tauromáquico, seja ele tangível, ou intangível, estas pessoas têm a possibilidade de conhecer outras vertentes turísticas, culturais e patrimoniais da cidade, consecutivamente, a sua afluência contribui para o desenvolvimento económico local.

Não devemos esquecer que dos espaços tauromáquicos fazem parte as capelas, os painéis de azulejos, as placas comemorativas, os cartazes (alguns já bastante antigos), fotografias, algum mobiliário de interesse, pequenos museus, estátuas, etc. A própria arquitectura - os materiais, as técnicas construtivas utilizadas, os elementos decorativos e a cor - fazem com que uma praça de toiros seja um lugar cheio de carga simbólica, capaz de despertar curiosidade, mesmo àqueles que não apreciam o espectáculo taurino.

Em algumas localidades este recinto, a par das igrejas ou das capelas, chega a ser o único elemento edificado de referência.

Do ponto de vista etnológico, e se tomarmos como objecto de estudo os festejos populares ou religiosos, verificamos que a praça de toiros se destaca, mais uma vez, por acolher uma das manifestações culturais mais antigas do nosso país, ou seja a lide do toiro bravo. Neste sentido, o espaço tauromáquico passa a ser um arquétipo integrante de tradições de raiz milenar e formas de socialização.

As dimensões deste edificado só por si chamam a atenção. Muitos não fazem ideia das verdadeiras obras de arte que poderão encontrar *intramuros*, logo seria pertinente despertar o interesse destas pessoas para que se sintam tentadas a entrar numa praça de toiros e possam desfrutar da beleza, da riqueza artística e cultural destes espaços.

Julgamos que a melhor forma de contribuímos para a salvaguarda de um bem é dá-lo a conhecer, de modo a que todos tenham a percepção do seu valor patrimonial ou cultural e assim se sintam sensibilizados a preservá-lo e a dignificá-lo. É precisamente esse o nosso objectivo ao criarmos este roteiro. Em primeiro lugar, pretendemos divulgar o património tauromáquico móvel e o imóvel, em si integrado. Pretendemos também, demonstrar os valores (artístico, patrimonial, cultural e até ético) incutidos neste edificado, e acima de tudo, como já foi referido, contribuir para a sua valorização e salvaguarda.

Perpetuando estes espaços estaremos a fazer perdurar no tempo as vivências, a cultura, a entidade do povo português.

A história incutida em cada praça, aliada à beleza e ao carácter artístico e monumental do edificado, fazem dos recintos tauromáquicos uma referência.

I.V.1.2. Apresentação do roteiro

A construção de praças de toiros e museus, a criação de tertúlias, a execução de obras de arte ou a realização de exposições alusivas ao tema da tauromaquia, são formas que o povo português encontra para manifestar a sua afición. Deste modo e uma vez apresentada a justificativa para a proposta de criação de um roteiro tauromáquico, tracemos então o percurso desse roteiro.

De entre os diversos tauródromos nacionais elegemos apenas aqueles que se destacam pelo seu carácter arquitectónico, artístico e monumental, numa tentativa de dar a conhecer a variedade da realidade tauromáquica construída. Tentámos também conciliar o roteiro com outros espaços tauromáquicos, como são os casos das tertúlias ou museus taurinos, das lojas de artesanato, e ainda com festividades ligadas ao meio taurino.

Seleccionámos 14 localidades a visitar, cada uma delas com a sua praça de toiros, e com laços de ligação à tauromaquia. Passamos então a apresentar o roteiro (informamos que o roteiro será apresentado segundo a localização geográfica de cada praça)¹⁴².

¹⁴² Para informação mais detalhada sobre as diversas praças seleccionadas, conferir as respectivas fichas de inventário no volume de anexos da presente dissertação.

Na Região Centro destacamos a praça de toiros da Nazaré como o símbolo mais emblemático em termos de arquitectura tauromáquica. No entanto, por ser uma região com poucos laços de ligação com a referida prática, não encontramos outros arquétipos que denunciem a afinidade dos “nazarenos” ao meio tauromáquico.

A visitar:

Nazaré (1897)



Fig.85 – Praça de toiros da Nazaré. Fotografia da autora. (2009).

Como referimos, na Vila da Nazaré, o único elemento que denuncia proximidade com a tauromaquia é a Praça de Toiros. Dado o facto da praça se localizar numa zona balnear sugerimos que inclua no seu roteiro de férias uma visita a este edifício. A sua construção apresenta genuinidade, nitidamente marcada pela influência do estilo Neo-árabe.

No Ribatejo e Oeste, sugerimos uma visita a um conjunto de 6 localidades onde a *afición* tauromáquica é evidente: Tomar, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Vila Franca de Xira, Lisboa e Moita. Neste caso, para além das praças de toiros, podem ser apreciadas outras estruturas alusivas ao tema da tauromaquia.

Tomar (1907)



Fig.86 - Praça de toiros de Tomar. Fotografia da autora. (2009).

Em Tomar, depois de uma visita à praça de toiros, pode visitar também a “Quinta do Falcão”. Aqui poderá contactar com vários aspectos ligados ao meio tauromáquico, desde espaços (cavalariças, picadeiro, tentadero) a instalações (sala dedicada à carreira tauromáquica do cavaleiro Rui Salvador, sala onde se encontra exposto um vasto espólio alusivo à tauromaquia, e ainda um salão que alberga alguns carros de cavalos.

Em situações esporádicas poderá ainda assistir a espectáculos taurinos.

Vila Nova da Barquinha (1853)



Fig.87 - Praça de toiros de Vila Nova da Barquinha. Fotografia da autora. (2009).

Sugerimos uma visita pela praça de toiros de Vila Nova da Barquinha não só pela sua antiguidade, mas sobretudo, pela genuidade da sua arquitectura. Embora apresente uma tipologia simples, torna-se altiva através de uma cerca amuralhada que envolve todo o edifício, culminando com a imponência de duas torres que ladeiam a entrada principal.

Chamusca (1919)



Fig.88 - Praça de toiros da Chamusca. Fotografia da autora. (2009).

Na Vila da Chamusca, em termos de edificado, o único elemento que põe em evidência a afición tauromáquica é a praça de toiros. Apesar de no seu interior não revelar aspectos arquitectónicos de grande notabilidade, apresenta uma fachada riquíssima a nível artístico. A par das características Neo-árabes impressas na construção, este edifício torna-se sublime pela forte presença azulejar. No que toca ao património imaterial e às vivências do povo ribatejano, sugerimos que visite esta Vila por ocasião das festividades comemorativas da “Quinta-Feira da Ascensão”, onde poderá assistir a corridas e entradas de toiros pelas ruas.

Vila Franca de Xira (1901)



Fig.89 - Praça de toiros de Vila Franca de Xira. Fotografia da autora. (2009).

A praça de toiros de Vila Franca só por si merece a atenção do visitante. A par da beleza e monumentalidade arquitectónica (ornamentação em ferro forjado, o colorido dos adornos, etc.), este edifício contem um vasto espólio alusivo à prática tauromáquica digno de ser admirado. Poderá ainda visitar a capela da praça e o Museu Etnográfico também sediado neste tauródromo.

Fora da praça não faltam as tertúlias tauromáquicas, os restaurantes e lojas de artesanato alusivas ao meio tauromáquico. Não deixe de visitar ainda a “Casa Museu Mário Coelho” e as diversas obras de arte (painéis de azulejos, estátuas, etc.) dispersas pela cidade. As Festas do “Colete Encarnado” e a “Feira de Outubro, são momentos altos da afição vila-franquense, que não poderá perder. Decorrem no mês de Julho e Outubro. Aconselhamos ainda uma passagem pela Biblioteca e Arquivo Municipal, onde poderá encontrar uma série de publicações alusivas ao tema da tauromaquia. Seria interessante assistir também a uma aula de toureio apeado, pois Vila Franca de Xira possui Escola de Toureio.

Lisboa (1892)



Fig.90 - Praça de toiros do Campo Pequeno. Fotografia da autora. (2009).

Em Lisboa não pode deixar de visitar a “catedral” do toureio nacional, ou seja, a Praça de Toiros do Campo Pequeno.

Para além da beleza arquitectónica e artística desta monumental praça (considerada o edifício mais expressivo do estilo Neo-árabe) merece também atenção o Museu Tauromáquico.

Ligado à arte tauromáquica, poderá visitar ainda o Museu do Traje.

Durante a temporada taurina poderá assistir a corridas de toiros na praça do Campo Pequeno todas as Quintas - Feiras.

Moita (1950)



Fig.91 - Praça de toiros da Moita.

Fotografia da autora. (2009).

A Moita é sem dúvida uma terra de grandes tradições tauromáquicas. Possui um das praças de toiros mais notáveis do país, quer a nível arquitectónico e funcional, como decorativo. Damos especial destaque à capela. Fora da praça de touros, são visíveis elementos artísticos (estatuas, pinturas, etc.) que denunciam a empatia destas gentes à tauromaquia. Poderá visitar também clubes e tertúlias taurinas, assim como desfrutar da gastronomia local em restaurantes decorados com motivos taurinos.

Não deixe de passar também pela Biblioteca Municipal e conheça um pouco mais sobre a “festa brava”. Visite a Moita, sobretudo no mês de Maio e Setembro e sinta de perto o ambiente taurino que ali se vive (corridas de toiros, largadas, recortadores, etc.)

Se tiver oportunidade assista também a uma aula de toureio apeado visitando a Escola de Toureio local.

Direccionamos também o nosso olhar sobre algumas das praças de toiros alentejanas por acharmos que esta é a região onde podemos encontrar as mais diversificadas tipologias do edificado tauromáquico.

Assim sendo, na Região do Alentejo destacamos as praças de toiros de: Montemor-o-Novo, Évora, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz, Vila Viçosa, Santa Eulália.

Montemor-o-Novo (1882)



Fig.92 - Praça de toiros de Montemor-o-Novo. Fotografia da autora. (2009).

Apesar da Praça de Toiros de Montemor-o-Novo ser um tauródromo de pequenas dimensões, a simplicidade dos seus contornos arquitectónicos, não deixa de transparecer o engenho dos que o construíram. Também os elementos decorativos desta praça põem em evidência diferentes formas de arte: desde a presença do ferro forjado, da azulejaria, da pintura, da fotografia, à iconografia, formam um espólio interessante de ser apreciado.

Para conciliar a sua visita com a ocorrência das festividades taurinas, aconselhamos que a faça nos meses de Maio e Setembro – “Feira da Luz”.

Évora (1889-2006)



Fig.93 - Praça de toiros de Évora.
Fotografia da autora. (2009).

Colocámos Évora neste roteiro para que o visitante possa conhecer uma das mais inovadoras tipologias do edificado tauromáquico. Comparando a Arena d'Évora com outros tauródromos, encontrará neste espaço contornos de modernidade e conforto. Poderá desfrutar ainda dos mais variados serviços patentes neste recinto: bar, restaurante, cabeleireiro, etc.

Dadas as características construtivas da praça, são vários os espectáculos tauromáquicos (ou outros) a que poderá assistir, destacamos aqueles que ocorrem por ocasião da “Feira de S. João”, no mês de Junho.

Mourão (1922)



Fig.94 - Praça de toiros de Mourão. Fotografia da autora. (2009).

Numa visita a Mourão não deixe de ir conhecer a Praça de Toiros local. Esta é uma praça muito castiça. Adornada por arcaria e pintada com tons alegres, é um edifício de referência na Vila de Mourão. A sua importância prende-se também com o facto da temporada tauromáquica ter início nesta praça de toiros - dia 1 de Fevereiro.

Reguengos de Monsaraz (1925)



Fig.95 - Praça de toiros de Reguengos de Monsaraz. Fotografia da autora. (2009).

A Praça de Toiros de Reguengos de Monsaraz é um dos tauródromos mais bonitos de Portugal. Engalanada com diversos elementos decorativos (azulejos, puxadores nas portas, etc.), pintada com tons fortes, insinua-se altiva denunciando o cunho do estilo Neo-árabe em si incutido. Não deixa o olhar do visitante indiferente.

Tem também a particularidade de ser um edifício habitado, no seu interior destaca-se a arcaria e a aplicação dos gradeamentos em ferro. As festividades taurinas ocorrem no mês de Agosto.

Monsaraz (?)



Fig.96 - Praça de toiros do Castelo de Monsaraz. Fotografia da autora. (2009).

Apesar de não podermos dizer que existe em Monsaraz uma praça de toiros. Temos uma sugestão muito interessante para deixar a quem tencione visitar a Vila de Monsaraz. Dentro das muralhas do Castelo de Monsaraz encontrará um espaço onde ainda hoje ocorrem espectáculos taurinos. Este é sem dúvida um modelo construtivo totalmente genuíno e talvez único no nosso país.

Vila Viçosa (1904)



Fig.97 - Praça de toiros de Vila Viçosa.

Fotografia da autora. (2009).

A praça de toiros de Vila Viçosa é mais um exemplo da diversidade e genuinidade arquitectónica do edificado tauromáquico. Denunciamos a aplicação da pedra mármore no emolduramento das bilheteiras, assim como a presença de pilaretes colocados nas extremidades do redondel, destacamos ainda o modelo arquitectónico em que foi construída a zona superior dos curros.

As festividades ocorrem no mês de Setembro. Não deixe de visitar também o Paço Ducal, onde poderá encontrar algum espólio ligado à cavalaria.

Santa Eulália (1895)



Fig.98 - Praça de toiros de Santa Eulália.
Fotografia da autora. (2009).

A Praça de Toiros de Santa Eulália enquadra-se neste roteiro pela sua peculiaridade. De uma construção muito simples, mas ao mesmo tempo bastante interessante no que se refere aos pormenores arquitectónicos, destacamos particularmente a zona dos curros e a própria pintura, elementos que tornam o espaço tão interessante.

Venha descobrir um modelo arquitectónico tão característico da região alentejana correspondente ao final do séc. XIX.

A corrida anual ocorre no mês de Agosto por ocasião das “Festas em Honra de Santa Eulália”.

Esta é apenas uma amostra da diversidade tipológica da arquitectura tauromáquica portuguesa que poderá visitar. Como tal, não deixe de incluir no seu roteiro turístico uma visita às praças toiros nacionais, sendo estas, símbolos de uma herança cultural.

Conclusão

Terminado este trabalho de investigação, é tempo de sistematizar ideias e apresentar conclusões resultantes de uma árdua pesquisa e de um forte empenho em dar resposta aos objectivos estabelecidos no início desta dissertação.

Julgamos ter conseguido alcançar a meta que havíamos estabelecido. Temos consciência, todavia, que muito ficou por abordar e por aprofundar, dada a diversidade e a complexidade do tema.

O percurso não foi fácil, pelas adversidades que surgiram à medida que fomos avançando. No entanto, tentámos sempre contornar essas dificuldades.

O primeiro obstáculo com que nos deparámos foi a escassez da bibliografia referente aos espaços tauromáquicos, que tentámos contornar com o auxílio de publicações relativas à realidade espanhola, tendo sempre o cuidado de manter o devido distanciamento entre as duas realidades (portuguesa e espanhola).

A inventariação das praças de toiros também se tornou num processo moroso e complexo; primeiro, porque nem sempre foi possível chegar aos proprietários dos tauródromos e, consecutivamente, não conseguimos obter informação que permitisse a elaboração das fichas de inventário; por outro lado, mesmo quando conseguíamos estabelecer contactos com os responsáveis, deparávamo-nos com a inexistência de registos sobre a construção dos espaços.

Este estudo deu-nos a percepção da importância que os espaços tauromáquicos assumem na nossa sociedade, não só como espaços de encontro, de lazer e cultura, mas acima de tudo como símbolos de uma herança cultural – a tauromaquia, enraizada nos nossos costumes desde há séculos. Apesar de esta realidade ser constatável de Norte a Sul de Portugal, são as Regiões do Ribatejo e Alentejo que apresentam um maior número de

praças de toiros, fenómeno que se prende com o que resta de modos de vida ancestrais, marcados pela ruralidade, pela sua ligação à produção animal e ao cultivo da terra.

Permitiu-nos identificar vários modelos arquitectónicos, que assumem diferentes características consoante o meio em que se encontram inseridos.

Fomos despertados para a diversidade e valor do espólio alusivo à prática tauromáquica existente em cada praça de toiros. Não ficámos alheios à riqueza arquitectónica e ornamental apresentada por alguns dos tauródromos nacionais, assim como à técnica e engenho daqueles que os conceberam.

Verificámos também que a religiosidade assume grande importância em algumas comunidades assumidamente aficionadas à festa brava, daí a existência de espaços reservados à meditação dentro das praças de toiros.

Estas construções tão peculiares marcam de facto o território inserindo-se no urbanismo de cada localidade.

Acima de tudo reconhecemos nestas construções valor arquitectónico, histórico/cultural e social. São parte integrante do património construído e da memória colectiva do povo português.

Resta-nos sensibilizar a população em geral, os responsáveis pela tutela - não só os proprietários das praças, mas também os organismos responsáveis pela defesa do património (o IGESPAR, as autarquias locais entre outros órgãos que possam contribuir para a valorização e salvaguarda das praças de toiros), e pela exploração das mesmas, para os “valores” que se congregam não só dentro, mas também em redor das praças de toiros, sendo verdadeiros testemunhos da identidade nacional, pelas quais grande parte do povo português demonstra um sentimento de pertença. Por tudo isto, julgamos ser fundamental que passemos a olhar para estes edifícios “ (...) enquanto património tangível e intangível de um território e elemento constitutivo de uma identidade, cujo imaginário e memória colectiva se constitui num “bem” comum que se quer partilhado, valorizado e promovido (...)”¹⁴³.

Neste momento, uma das nossas maiores realizações passa pela oportunidade que esta investigação nos proporcionou em aprofundar a temática da tauromaquia, bem como os elementos intrínsecos à arte de tourear

¹⁴³ **Cultura taurina – identidade e território**, (03-05-2008), in Comunidade Intermunicipal da lezíria do Tejo, [em linha] «<http://www.cimlt.eu>», (08-12-2009).

e, acima de tudo, por termos contribuído para a salvaguarda e valorização das nossas tradições – a Corrida de Toiros à Portuguesa e o “Palco” que a acolhe.

Glossário

Dada a diversidade e especificidade da linguagem utilizada no meio tauromáquico, achámos fundamental a elaboração de um glossário para uma maior compreensão dos factos descritos ao longo desta dissertação.

Bandarilha – Pedaco de madeira armada na ponta com um arpão e enfeitada com papéis ou fitas de várias cores.

Bandarilheiro – Toureiro que crava as bandarilhas, ou seja, um bandarilheiro é um componente da quadrilha dos toureiros (um auxiliar de lide).

Barreira – Muro existente entre o espaço da teia e as bancadas, nas praças de toiros. Apresenta-se suficientemente alto e guarnecido de cabos de aço de modo a proteger o público das primeiras filas de algum percalço vindo da arena.

Bolas – Esfera metálica que se coloca nas pontas dos cornos, geralmente dos cabrestos para evitar perfurações.

Burladero – Taipal de madeira que é colocado paralelamente à trincheira ou ao muro da barreira e serve de “esconderijo” para os bandarilheiros e matadores de toiros.

Cabo de forcados – Aquele que chefia um grupo de moços de forcados, é também o representante do grupo.

Campino – Aquele que acompanha o gado bravo nas ganadarias portuguesas, desde o nascimento até à morte.

Capote – Instrumento utilizado pelos matadores de toiros e bandarilheiros, serve para burlar e tourear o gado bravo.

Capote de passeio – Adereço usado em volta do corpo pelos matadores de toiros e bandarilheiros durante as cortesias.

Cartel – O mesmo que cartaz / cartaz – papel que anuncia a corrida de toiros.

Casa da Guarda – Defesa da entrada da escadaria que dava acesso à tribuna real feita por um grupo de “alabardeiros”.

Citar o toiro – Chamar/desafiar o toiro.

Condução de cabrestos – Forma de fazer deslocar os cabrestos, a pé, obedecendo à voz do maioral.

Colhida – Quando a rês alcança o toureiro ou outro interveniente no espectáculo.

Cornetim – Indivíduo que na corrida fica sentado ao lado esquerdo do inteligente e tem por missão regular a lide através dos diversos toques.

Correr toiros – O mesmo que tourear.

Cortesias – Encenação que antecede o início do espectáculo propriamente dito em que é feita a apresentação dos intervenientes na corrida de toiros e a saudação ao público e dirigentes.

Curro de toiros – Conjunto de toiros a serem lidados.

Curro – Dependência da praça de toiros destinada à permanência dos cabrestos e das reses que hão-de ser lidadas.

Divisa – Fitas ligadas entre si (geralmente duas) e que se colocam no cachaço das reses bravas. Estas fitas correspondem às cores que distinguem cada ganadaria e o respectivo gado bravo.

Embolar – Acto de colocar as embolas.

Embolos – Protecção que se coloca nos cornos das reses, com o fim de evitar a gravidade de uma cornada,

Encierro – Prática tauromáquica que consiste em fazer correr os toiros pelas ruas até os fecharem em algum lugar. Exemplo: Festejos de Pamplona.

Enjaulamento – Acto de fechar os toiros para os fazer chegar à praça.

Equitador – Cavaleiro.

Estribo – A palavra estribo pode ter dois significados. Chamamos estribo à saliência de madeira que se encontra colocada junto da trincheira e que serve para auxiliar os intervenientes na arena a saltarem para fora dela. É também o sítio onde se apoiam os pés quando montamos a cavalo.

Farpa – Em termos de composição a farpa apresenta-se idêntica à bandarilha. No entanto, as farpas têm a particularidade de se partirem, acima de cerca de um palmo do arpão, ficando um pedaço no morrilho do toiro e o restante na mão do cavaleiro.

Festa brava – Denominamos festa brava, às diversas festividades relativas à cultura tauromáquica.

Ficar em tábuas – Diz-se que um toiro fica em tábuas quando este aí se refugia sem dar importância ao site do toureiro.

Ferra – Acto de marcar as reses bravas, para tal é utilizado um ferro aquecido.

Ferro da ganadaria – Distintivo de cada ganadaria que é gravado na perna direita (em Espanha a ferragem é feita do lado esquerdo).

Forcado – O forcado pode ser aquele que pega toiros ou ser o instrumento que o mesmo ostenta durante as cortesias. Neste sentido, o forcado é uma vara de madeira com, aproximadamente, 1m,60cm de comprimento, cilíndrica até cerca da altura em que toma a forma cónica. Na extremidade tem uma forquilha de metal amarelo, com as pontas emboladas, na extremidade oposta é ferrada com o mesmo metal. Noutras épocas este instrumento foi utilizado para deter o toiro quando se executava a *casa da guarda*.

Forcado da cara – Aquele que numa pega se coloca frente ao toiro, citando-o, esperando e aguentando a sua investida, sendo auxiliado posteriormente pelo restante grupo.

Ganadaria – Conjunto de reses bravas, de várias idades e sexos, cuja criação se destina à lide.

Ganadeiro – Aquele que cria gado bravo, proprietário de uma ganadaria.

Guarda-perna – Adorno que faz parte da composição do arreio do cavalo.

Ginete – O mesmo que cavaleiro.

Inteligente – Aquele que tem por função orientar e fiscalizar o cumprimento dos preceitos regulamentares, ou seja, é o director de corrida.

Jogo de cabrestos – Conjunto de cabrestos (geralmente 7 bois mansos, devidamente treinados) que são utilizados para auxiliar as pegas de cernelha, e para recolher as reses lidadas.

Lances de capote – Sorte utilizada com capote, em que o toiro segue o trajecto do capote quando citado.

Largada – Prática tauromáquica em que um toiro é solto nas ruas de modo a que o povo possa interagir com o animal.

Médios -Denomina-se médios à zona central da arena.

Montada – Designação utilizada para nos referirmos ao cavalo.

Moços de arena – Auxiliares que exercem funções técnicas na arena, limpeza, concerto da trincheira ou portas, alisamento do piso, etc.

Moços de curros – Auxiliares que exercem funções técnicas nos curros, abrem e fecham portas, passam os toiros de uns compartimentos para os outros, consoante a ordem pela qual vão ser lidados, etc.

Morrilho – O mesmo que cachaço.

Muleta – Instrumento utilizado pelos matadores de toiros no último tercio, que antecede a morte do animal na corrida à espanhola. A muleta é composta por um pau com cerca de 50cm de comprimento do qual se suspende um pedaço de lã vermelha, sem gola, para que as abas se distribuam igualmente para cada um dos lados. A capa fixa-se ao pau nos dois extremos através de pequenos parafusos.

Novilhada – Espectáculo tauromáquico em que são lidadas reses de 3 anos, por cavaleiros ou novilheiros praticantes.

Novilhada popular – Espectáculo tauromáquico em que as reses de 3 anos são lidadas por cavaleiros praticantes ou novilheiros praticantes e também por amadores.

Paseo – Apresentação dos toureiros, com que se iniciam as corridas em Espanha. Em Portugal chamamos a esse momento “Cortesias”.

Pátio de quadrilhas - Espaço onde os artistas se juntam antes de se iniciarem as cortesias.

Pátio de cavalos – Espaço adjacente às cavalariças, onde os cavalos aguardam pelo momento de entrarem na arena. Por vezes, o pátio de quadrilhas é o mesmo que o pátio de cavalos.

Péga de caras – “ A que se realiza citando de caras”. “ (...) a péga de caras realiza-se formando o grupo uma fila, dispondo-se os forcados uns detrás dos outros e tendo à frente aquele que vai efectuar a *sorte*. Nesta posição, o grupo caminha em direcção do toiro, frente a frente, e quando este *arranca*, o primeiro forcado da fileira, aguenta a investida e no momento em que a rês *humilha*, caem-lhe na cabeça, entre os cornos, no que deverá ser prontamente auxiliado pelo que estiver imediatamente a seguir. Os restantes forcados saíram da fileira, alternadamente para a direita e para a esquerda, rodeando o toiro e sobraçando-o, indo um deles tomar-lhe o rabo, que agarrará pela parte superior, com força e imprimindo-lhe uma torção que obrigue a rês a parar, se os companheiros não o tiverem conseguido já. Assim dominado o toiro durante uns momentos, a um sinal do cabo todos abandonarão os seus lugares, devendo o *rabejador* continuar a sua acção afim de evitar que os companheiros sejam perseguidos, só se afastando quando tenha a certeza de estarem a salvo todos os companheiros (...)”¹⁴⁴.

Péga à barbela – Trata-se de uma péga de caras, em que o forcado ao receber o toiro se fecha à barbela, ou seja, abraçando o pescoço do mesmo, com os dois braços.

Péga de cernelha – “ Uma das várias maneiras de pegar toiros, na qual, apenas intervêm dois moços de forcados, com a colaboração dos cabrestos e exige bom trabalho da parte dos campinos que, se actuarem sem desembaraço e conhecimento, tornam demorada a execução, o que lhe furta interesse, pela impaciência que o público bem depressa manifesta. Com o jogo de cabrestos

¹⁴⁴ Fernando Sommer de Andrade – O toureio equestre em Portugal.1992, p.120.

na arena, os campinos procurarão *encabrestar* o toiro (metê-lo entre os mansos) e, conseguido isto, imprimirão aos pontudos, um andamento regular em volta da praça. Os forcados então, metendo-se no meio dos animais, alcançam o toiro e, quanto possível ao mesmo tempo, agarrará um o rabo, enquanto o outro abraçará a rês por altura da *cernelha*, segurando-se o melhor possível, geralmente a uma prega da pele, e acertando o passo por forma a amortecer as naturais sacudidelas que o toiro dará ao sentir-se agarrada (...) no remate desta péga, sai primeiro o *cernelhador* mantendo-se o *rabejador* no seu posto até que o parceiro esteja fora de perigo”¹⁴⁵.

Péga de costas – Aquela em que o forcado da cara sita o toiro de frente, mas fica na cabeça do toiro de costas voltadas para ele.

Péga à córnea – Esta é uma péga executada de caras, em que o forcado se fecha na cara do toiro envolvendo os cornos do animal com os dois braços.

Péga de rabo – Péga em desuso.

Esta péga era executada apenas pelo rabejador. Depois do animal estar encabrestado, o forcado agarrava o rabo do toiro na tentativa de o imobilizar, este ao sentir-se preso rodava a cabeça no sentido do forcado que lhe tocava com uma mão na cabeça sem largar o rabo, dando assim algumas voltas.

Péga ao sopé ou à meia volta – “ (...) espera-se que o toiro esteja perto da trincheira e voltado para ela. O grupo avança então e, o mais perto possível, o *pegador*, que vai à frente, baterá as palmas ou chamará com a voz. O toiro acudindo ao *cite*, dá meia volta para investir e mal arranca, pela proximidade do forcado, *humilha* para dar a marrada. Então o *pegador* aproveita o momento para lhe cair na cabeça e nela ficar, da forma descrita para a *pega de caras* (...)”¹⁴⁶.

Picaria – Actividade tauromáquica que consiste na demonstração da audácia do cavaleiro em picar o toiro por meio de uma vara de picar.

¹⁴⁵ Idem p.123.

¹⁴⁶ Eduardo de Noronha – *História das toiradas*. 1900, p.14.

Picador – Toureiro a cavalo que nas corridas, onde se pode praticar a sorte de varas, tem por missão picar os toiros com uma vara idêntica à que os campinos usam.

Pitón – O mesmo que agulha, termo utilizado em vez de cornos ou hastes.

Rabicho – Adorno que é colocado junto da cauda do cavalo, faz parte da composição do arreio do mesmo.

Rabeira – Laço de seda com fitas pendente que cobrem a cauda do cavalo.

Redondel – O mesmo que arena ou praça de toiros.

Reunião – Momento em que o toiro tenta agarrar o cavalo seguindo o engano da trajectória do mesmo.

Rojão – Vara com que se picavam os toiros antes do aparecimento das farpas e bandarilhas. Em Espanha, ainda se utiliza o termo rojão.

Semental – Toiro escolhido, nas ganadarias, para a reprodução.

Sortes – Procedimentos do toureiro diante o toiro, ou seja chama-se sortes às diferentes maneiras de cravar a farpa na rês.

Sorte acometendo – Quando o cavaleiro toma a iniciativa do ataque e lança o cavalo sobre o toiro que se encontra parado ou andando com menos velocidade que o cavaleiro.

Sorte de caras – Quando o cavaleiro avança para o toiro de uma forma frontal. Este tipo de sorte pode ser feito em todos os terrenos da praça, desde que o toiro invista.

Sorte de caras a dois tempos – Momento em que o toiro e o cavaleiro avançam um para o outro ao mesmo tempo.

Sorte de caras - poder-a-poder – Quando o cavaleiro e o toiro se encontram, inicialmente, um em cada ponta da arena, mas sobre o mesmo diâmetro.

Sorte de caras recebendo – Quando o toiro arranca e o cavaleiro espera pela investida do mesmo partindo apenas no momento da saída da cara do toiro.

Sorte de largo – O citar do toiro é feito à distância e este arranca de largo.

Sorte em curto – Quando o cavaleiro cita o toiro muito de perto.

Sorte por dentro – Quando o cavaleiro crava o ferro passando entre o toiro e as tábuas.

Sorte por fora - Quando o cavaleiro crava o ferro passando entre o toiro e os médios.

Sorte de dentro para fora – Quando o cavalo sai junto das tábuas direito ao toiro que se encontra mais ao centro.

Sorte de fora para dentro – Quando o cavaleiro se encontra nos médios ou nos tercios e o toiro está junto das tábuas.

Sorte ao estribo – Quando o toiro segue o cavalo na perpendicular e o cavaleiro coloca o ferro à altura do estribo do seu lado direito.

Sorte de gaiola ou à porta gaiola – Sorte executada estando o cavaleiro à porta dos curros recebendo o toiro.

Sorte galeando – O cavaleiro leva o toiro junto da cauda do cavalo, muda diversas vezes de direcção enquanto o toiro o persegue, a dado momento distancia-se do mesmo volta-se de frente com o toiro e coloca o ferro.

Sorte à garupa – Quando o cavalo espera pelo toiro que persegue a sua garupa, o cavaleiro espera o toiro, deixa-o chegar junto da cauda do cavalo, regula a velocidade para se acoplar à mesma que a do toiro, vira-se para trás e crava o ferro.

Sorte nos médios – Quando cavalo e toiro têm o centro entre eles, ocorrendo a reunião nos médios.

Sorte em tábuas – Quando o toiro se encontra em tábuas e o cavaleiro avança para ele nesse local.

Sorte nos tércios – Quando cavalo e toiro se juntam nos tércios.

Sorte à tira – O cavaleiro se limita a receber a investida do toiro alterando a velocidade do cavalo para o conseguir enganar.

Sorte à tira de frente – Quando o cavaleiro cita o toiro antes que este se arranque para o cavalo mudando a trajectória no momento em que o toiro avança. O cavaleiro acelera o cavalo e passa-lhe pela frente colocando o ferro.

Sorte à tira na perpendicular – Quando o toiro investe estando o cavalo já mais adiantado, ou seja sobre a perpendicular da trajectória.

Sorte à meia-volta – Quando o toiro não investe ao cite do cavaleiro, tendo este que cravar o ferro de lado.

Sorte ao sesgo – Esta sorte é executada quando o cavaleiro e o toiro se encontram junto às tábuas a uma distância relativamente próxima.

Sorte em terrenos cambiados – Quando o cavaleiro avança para o toiro, simulando ir por um lado, acabando por mudar de direcção e ir por outro, enganando o toiro.

Sorteio – Cerimonial privado, que tem por função sortear os toiros pelos toureiros que os irão lidar.

Tauromaquia – Designa-se tauromaquia ao conjunto de preceitos e regras por que se rege a arte tauromáquica.

Tauródromo – Praça de toiros.

Teia – Local intermédio entre a barreira e a trincheira.

Tenta – Meio pelo qual se testa e selecciona o gado bravo.

Tentadero – Praça de toiros privada, geralmente edificada na herdade onde se encontra sediada a ganadaria. O tentadero destina-se à realização da tenta.

Tércios- Zona da arena intermédia das tábuas e dos médios.

Toiros corridos – Toiros que já foram lidados pelo menos uma vez.

Tourada à corda – Este tipo de espectáculo, muito usual nas ilhas Açorianas, consiste em largar um toiro pelas ruas de modo a que possa haver interacção entre o animal e as pessoas. O toiro é preso pelos cornos com uma corda que é segura na ponta por um grupo de homens que a vão puxando de modo a que o animal siga a direcção que estes desejam, evitando que o toiro provoque alguma colhida.

Toureio de frente – Tipo de toureio que é feito frente a frente, entre cavalo e toiro.

Vacada – O termo vacada pode ter dois significados. Pode ser o nome que é dado ao conjunto de fêmeas numa ganadaria brava, entende-se também por vacada o espectáculo tauromáquico em que são lidadas vacas em vez de toiros.

Vara de picar – Instrumento utilizado para picar as reses, seja na sorte de varas, executada na corrida à espanhola ou no campo usado pelos campinos.

Variedades taurinas – Espectáculos tauromáquicos em que são lidados garraios, vacas ou novilhos, por toureiros praticantes, amadores ou toureiros cómicos.

Xairel – Peça que ornamenta a parte de trás da sela.

Bibliografia consultada:

Jayme Duarte de Almeida – **A festa brava. Cartilha do novo aficionado.** [s.d.], pp.71- 79.

Jayme Duarte de Almeida - **Enciclopédia tauromáquica ilustrada.** 1962.

Jayme Duarte de Almeida - **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureiro. Vol.II.** 1953, pp.413-433.

João Aranha – **Tauromaquias - um olhar diferente sobre a festa de toiros em Portugal.** (levantamento histórico de tauromaquia em Portugal. 2005, pp.38-45.

Fernando Sommer de Andrade – **O toureio equestre em Portugal.** 1992, pp.105 - 112.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. **Decreto-lei nº 306/91, de 17 de Agosto – Regulamento Tauromáquico,** [em linha] «<http://toureio.no.sapo.pt/principais/regulamento.htm>». (06/11/09).

Bibliografia

Fontes:

Biblioteca Pública de Évora, Novo Reservado nº 1289:

Arte de ser toureado (ou breve instrução de como se há de haver o touro, desde que sai a quatro pés pela porta do touril, até que sai a quatro mulas pela da praça) dedicada ao touro triunfante do carro de fogo do quarto dia do festejo. [s.l.] Empresa em Touro, na oficina de Taurizio Cornaro. 1752.

Dicionários:

COSTA, J. Almeida et al – Dicionário da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2004.

MESTICA, Giuseppina Sechi - Dicionário AKal de Mitologia Universal. Madrid: Ediciones Akal, S.A.1993.

ORTIZ BLASCO, Marceliano - Tauromaquia A-Z. Diccionario Enciclopédico de la historia, la técnica y la cultura del arte del toreo. Madrid: Espasa-Calpe. Vol.I.1991.

Tourada em Portugal. In: Dicionário ilustrado da História de Portugal. [s.l.]: Edições Alfa, [s.d.].

Estudos:

AGUIAR, José – **Cor e conservação de revestimentos, alguns casos de estudo em Évora.** In: Portefólio. Revista da Fundação Eugénio de Almeida, 2005.

AGUIAR, José; APPLETON, João; CABRITA, A.M Reis – **Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais.** Vol.I. [s.l.], [s.d].

AJA, Teresa - **A festa dos touros: um espectáculo cavalheiresco?** Trad. Manuela Abreu. Lisboa: Dir. Geral dos Desportos, 1988.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – **A festa brava. Cartilha do novo aficionado.** Lisboa: Empresa Contemporânea de edições, [s.d.].

ALMEIDA, Jayme Duarte de – **A festa brava. Cartilha do novo aficionado.** [s.d.].

ALMEIDA, Jayme Duarte – **Enciclopédia tauromáquica ilustrada.** Lisboa: Estampa, 1962.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – **História da tauromaquia. Técnica e evolução artística do toureio.** Vol.I e II. Lisboa: Artis, 1953.

ÁLVARES, Carlos Patrício – **À unha!... Os forcados.** Lisboa: Chaves Ferreira, 1998.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - **A festa barroca no Porto ao serviço da Família Real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo.** [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

AMOROS, Andrés – **Toros y cultura.** Madrid: Espasa – Calpe, 1987.

ANDRADE, Fernando Sommer de – **O toureio equestre em Portugal**. Lisboa: Quetzal Editores, 1991.

ARANHA, João – **Tauromaquias - um olhar diferente sobre a festa de toiros em Portugal**. Lisboa: IGAC/ Ministério da Cultura, 2005.

ARAÚJO, Luís Manuel – **O touro no mundo Pré-Clássico**. In: O touro. Mitos. Rituais. Celebração. Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

BARRADAS, José Tello - **1º centenário da praça de toiros de Évora: 1889-1989**, [s.l], [s.d].

BARRETO, Mascarenhas – **Breve história da tauromaquia em Portugal**. Lisboa: Casa Portuguesa, 1970.

GRANDE DEL BRIÓ, Ramón – **El culto al toro. Ritos y símbolos de la tauromaquia**. Madrid: Ediciones Tutor, 1999.

BULHOSA, Manuel Nascimento Vasquez – **Um século de toureio equestre em Portugal**. Lisboa: [s.n.], 1996.

CANCIO, Francisco – **A festa brava**. Lisboa: Grande Edição Ilustrada, 1941.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes – **O campo da tauromaquia**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

CARMO, José Pedro do – **Touros. Arte portuguesa**. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [s.d.].

CLARAMUNT, Fernando - **Historia ilustrada de la tauromaquia: aproximación a una pasión ibérica**. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

COBALEDA, Mariate – **El simbolismo del toro: la lidia como cultura y espejo de humanidad**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.

COSSIO, José Maria de – **Los toros, la fiesta, el toro, la plaza y el toreo.** Madrid: Espasa-Calpe. Vol.I, 1995.

DINIZ, Mariana – **Figuras de touros na Pré-História: faces de um mito, a (in) substância dos ritos.** In: O touro. Mitos. Rituais. Celebração. Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

DUPUY, Pierre – **Palha 150 anos de historia, a alquimia da bravura. Do horror, temor e furor à procura da casta.** Chamusca: Edições Castelão, 2005.

DURO, António Rodovalho – **História do toureio em Portugal.** Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1907.

FERNANDES, Carla Varela et al. - **O touro. Mitos. Rituais. Celebração.** Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

FLORES HERNANDÉZ, Benjamin – **Sobre las plazas de toros en la nueva Espana del siglo XVIII.** [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

GUERRA, Álvaro – **Esboços para uma tauromaquia.** Lisboa: Dom Quixote, 1994.

GUERRA, Amílcar – **Os touros na tradição histórica e mítica da antiga Hispânia.** In: O touro. Mitos. Rituais. Celebração. Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

LUÍS, Pepe – **Ribatejo Berço de heróis.** Lisboa: Livraria popular. [s.l.]: [s.n.], 1949.

LOPES, Aurélio - **Vale de Santarém, uma comunidade em mudança.** Santarém, [s.n.], 1986.

LUÍS, Pepe – **Ribatejo berço de heróis**. Lisboa: Livraria Popular, 1949.

MIRANDA ALVAREZ, Ángel – **Ritos y juegos del toro**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1998.

MANUEL, Vítor - **Personalidades do meu concelho – notícias da Moita**. [s.l.]: [s.n.], 1999.

MARTINS, Artur; COLAÇO, Francisco – **Praça de touros de Aljustrel – Subsídios para a história do toureio em Aljustrel**. [s.l.]: [s.n.], 2006.

MORAIS, António Manuel – **A Praça de touros de Lisboa (Campo Pequeno)**. [s.l.] : [s.n.], 1992.

MORAIS, Vasco Nuno Alves de – **O centenário (1901-2001) da praça de touros de Vila Franca de Xira (Palha Blanco)**. [s.l.]: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.

MORAIS, António Manuel – **Enciclopédia de tauromaquia**. Lisboa: Edições Campo Pequeno, 1992.

NEVES, Francisco Palha Botelho - **O toiro de lide em Portugal**. Lisboa: Inapa, 1992.

NORONHA, Eduardo de – **História das toiradas**. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1900.

NUNES, Leopoldo – **A arte, o gosto e a amargura de ser aficionado tauromáquico**. Santarém: Tertúlia Tauromáquica Ribatejana, 1965.

OLIVEIRA, J. Nunes – **Praças de touros em Portugal**. [s.l.]: [s.n.], 1997.

Orlandis José – **História breve do Cristianismo**. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1993.

Praça de toiros de Alcochete. Pequena Resenha Histórica. [s.l.]: [s.n.], [s.d.].

PEREIRA, José Luiz - **Aqui está Coruche. Os dizeres do seu povo, os seus trajes, os seus usos, os seus costumes.** [s.l.]: [s.n.], 1983.

PEREIRA, Paulo – **O espectáculo tauromáquico no limiar do III milénio.** In Leopoldo – A arte, o gosto e a amargura de ser aficcionado tauromáquico. Santarém: Tertúlia Tauromáquica Ribatejana, 1965.

RAMALHO, João Alves – **Lugares de encontro (s) tertúlias e outros lugares da tauromaquia.** Celeiro da Patriarcal – 26 de Junho a 10 de Outubro de 1999. Vila Franca de Xira: Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1999.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – **Da caça no monte à corrida em campo fechado: como se lidavam os touros na Idade Média.** In: O touro. Mitos. Rituais. Celebração. Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

RODRIGUES, Nuno Simões – **O imaginário taurino no mundo Greco-Romano.** In: O touro. Mitos. Rituais. Celebração. Alcochete: Câmara Municipal Alcochete, [s.d.].

SERRAS, Augusto – **Cabeço de Vide – Memórias de um povo de hoje e de ontem.** Cabeço de Vide: Junta de Freguesia de Cabeço de Vide, 2005.

SILVA, Elsa Peralta da – **Património e identidade. Os desafios do turismo cultural.** Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, [s.d.].

SILVEIRA, José Cunha da – **O touro e a arte de tourear.** Liboa: [s.n.], 1971.

SORAES, Teresa – **Homens que pegam toiros em defesa de valores.** Chamusca: Cosmos, 2008.

TEIXEIRA, Fernando – **Touros em Portugal – um património histórico, artístico, e cultural.** [s.l.]: Clube do Coleccionador dos Correios, 1992.

VASCONCELLOS, J. Leite de – **Vida tradicional portuguesa.** In: Etnografia portuguesa. Lisboa: I.N.C.M, Vol. III, 1985.

ZUZARTE, António José – **Monforte “vila taurina”. Elementos para o seu historial.** Monforte: Reprografia da Câmara Municipal de Monforte, 2001.

Jornais, Revistas e outras publicações:

BEXIGA, Catarina – **Campo Pequeno procurou e vai de certeza descobrir novos toureiros.** Novo Burladero. Torres Novas.2007.Nº 219. P.17.

COSTA, António Maria – **Tauromaquia.** O jornal d` Estremoz. Semanário político, literário e noticioso. Nº 896. 27 Agosto 1904.

CURTO, Marta – **As últimas 24 horas da vida de um touro.** Grande Reportagem. Ano XV. 3ª série. 25 de Setembro de 2004, p. 45.

De cara lavada e vestida a rigor: praça de touros de Montemor comemora 120º aniversário. Folha de Montemor. Montemor. Agosto de 2002.

DELMAS, Alain ; LECCIA, Jacques - **Espaces de la tauromachie en Pays Landais.** Exposition d'Architecture / Conseil d'Architecture d' Urbanisme et de l' Environnement des Landes. [s.d].

Relatório anual de actividades – 2008. In: Inspeção das actividades culturais. [s.l.], [s.d].

ROSINHA, Maria da Luz – **75 anos do Colete Encarnado/ 75 anos do Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira.** Jornal das Exposições. Vila Franca de Xira. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Julho de 2007.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº871.1904, p.3.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº872.1904, p.2.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº882.1904, p.3.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº892.1904, p.3.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº893.1904, p.3.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº895.1904, p.3.

Praça de touros. O jornal d'Estremoz. Estremoz. Nº900.1904, p.3.

Praça de touros nos Chões. Folha de Montemor. Montemor. Agosto de 2002.

SILVEIRA, Folgado da – **Touros na Beira Baixa.** Panorama. [s.l.]: Secretariado da Propaganda Nacional. Núms. 25 e 26. 1945.

Terras com toiros - A praça de toiros de Mourão. Revista Novo Burladero. 2006. Nº207.p.38.

Touros, toureiros e touradas. Conferências 1998/1999. Santarém: Centro Cultural Regional de Santarém, 2001.

Vieira, Manuel Filipe – **Montemor vai ser praça cheia.** Folha de Montemor. Montemor. Abril de 2002.

Legislação:

Assembleia da Republica. Decreto-Lei nº. 107/01 – **Lei de bases do Património Cultural Português.** DR I Série – A.

Decreto-lei nº 306/91, de 17 de Agosto – **Regulamento Tauromáquico**.

Webgrafia:

«<http://www.auniao.com.noticias>». (2Fev.2009)

«http://www.cetnotorolidia.es/opencms_wf/opencms/cultura_arte/historia/cultura_pueblos/index.html». [s.d.]

«<http://www.centroetnograficodeltorodelidia.com>». [s.d.]

«<http://www.cormacarena.com.co/paginas/lamesadeltoro.html>». [s.d.]

«<http://www.monumentos.pt>». [s.d.]

«<http://www.plazasdetoroshistoricas.es>». [s.d.]

«<http://www.tauromania.com>». [s.d.]

«<http://www.toureio.com>». [s.d.]

Bagos de Uva (25/09/2008) – Tourada à corda na ilha Terceira. [em linha] «<http://bagosdeuva.blogspot.com/2008/09/tourada-corda-na-ilha-terceira-1.html>». (acedido em 18/11/09).

Cultura taurina – identidade e território, (03-05-2008), in Comunidade Intermunicipal da lezíria do Tejo, [em linha] «<http://www.cimt.eu>». (acedido em 08-12-2009).

Decreto-lei nº 306/91, de 17 de Agosto – Regulamento Tauromáquico, [em linha] «<http://toureio.no.sapo.pt/principais/regulamento.htm>». (acedido em 23/11/08).

Eye, (26/04/2009), **História do nosso brasão, Noites Alentejanas**, [em linha] «<http://noitesalentejanas.weblog.com.pt/arquivo/071090.html>». (acedido em 12/11/2009).

Ministério da Cultura – **Relatório da actividade tauromáquica 2007 e 2008. Análise comparativa. Divisão de Administração e Gestão**, [em linha] «<http://www.igac.ml.pt>». (acedido 05/10/2009).

Nelson Lampreia – **As imagens do Campo Pequeno**, [s.d.], [em linha] «<http://www.toureio.com/mm/noticias/outubro/6270.html>» (acedido em 06/10/09).

Os Cristãos no tempo das perseguições, [s.d.], [em linha] «<http://www.catacombe.roma.it/br/persecuzioni.html>». (acedido em 25/03/2010).

Plaza de toros de Ronda. [s.d.], [em linha] «<http://www.turismoderonda.es/catalogo/esp/plazatoros.htm>». (acedido em 25/03/2010).

Praça de toiros de Barrancos. Agosto de 2009, [em linha]: «<http://estadodebarrancos.blogspot.com/2009/08/festas-de-barrancos-2009-1-dia.html>». (acedido em 03/03/2010).

Praça de toiros do Campo Pequeno, [s.d.], [em linha] «<http://www.ippar.pt>». (acedido em 15/05/09).

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros. **Decreto-lei nº 306/91, de 17 de Agosto – Regulamento Tauromáquico**, [em linha] «<http://toureio.no.sapo.pt/principais/regulamento.htm>». (acedido em 06/11/09).

Rádio Elvas, (07/12/08) – **Corrida de Toiros de gala à Antiga Portuguesa**, [s.d.], [em linha] «<http://www.radioelvas.com/album536.html>». (acedido em 18/11/2009).

SAMPAIO, Jorge - **As imagens da encerrona de Augusto Moura**, (20/09/09), [em linha] «<http://www.toureio.com/mm/noticias/setembro/6180.html>». (acedido em 20/11/09).